

TEXTOS & DEBATES

11

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

Número 11

julho a dezembro de 2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor

Roberto Ramos Santos

Vice-Reitora

Gioconda Martinez

Diretor da Editora da UFRR

Rafael da Silva Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Professores Conselheiros

Alexander Sibajev
Armando José da Silva
Fábio L. Wankler
Jaci Guilherme Vieira
Marlene Grade
Nilza Pereira de Araújo
Rafael da Silva Oliveira
Robson Fernandes Farias
Rubens Savaris Leal
Simão Farias Almeida

TEXTOS & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comissão Editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes

Conselho Editorial

Prof ^o Dr ^a Ana Lúcia de Sousa (UFRR)	Prof. Dr. Antonio Emilio Morga (UFAM)
Prof ^o Dr ^a Carla Monteiro de Souza (UFRR)	Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)	Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. Erwin Frank (UFRR)	Prof ^o Dr ^a Hilda Maria Freire Montysuma (ISE-RR)
Prof ^o Dr ^a Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)	Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)
Prof ^o Dr ^a Maria Luiza Fernandes (UFRR)	Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Prof. Dr. Nelvio Paulo Dutra Santos (UFRR)	Prof ^o Dr ^a Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)	Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)

Ilustração da Capa: Rafaella Ráfea da Silva Pereira

Editoração: Rafael da Silva Oliveira

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates / Universidade Federal de Roraima,
Centro de Ciências Humanas - V.1, n.1 (Ago - Dez 1995).
Boa Vista/RR: Editora da UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2. Ciências Sociais. 3. História -
Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas

CDU: 0 (05)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA Leandro Klineyder Gomes de Freitas	07
ALFABETIZAÇÃO – INSTRUMENTO DE DISCRIMINAÇÃO, DOMINAÇÃO OU (TRANS)FORMAÇÃO? Parmênio Citó	23
A DISCUSSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ABORDAGEM CULTURAL Rafael da Silva Oliveira	43
A MÚSICA INDÍGENA DIANTE DAS LEITURAS OCIDENTALIZADAS E DE SUA APROPRIAÇÃO HISTÓRICA José D' Assunção Barros	61
NOTAS SOBRE OS HOLANDESES NA AMAZÔNIA NO PERÍODO COLONIAL Reginaldo Gomes de Oliveira	81
“COMO NOS VELHOS TEMPOS”: O RIO DE JANEIRO E A MEMÓRIA DA CIDADE Luciana Nascimento	99
SOBRE OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ANTROPOLOGIA Wanderley Gurgel de Almeida	105

Apresentação

O Centro de Ciências Humanas, em conjunto com a Editora da UFRR, tem grande satisfação em apresentar à comunidade universitária a edição de número 11 da Revista Textos & Debates.

Acreditamos que a Revista representa um espaço efetivo de divulgação de novos conhecimentos e que constitui um mecanismo importante para garantir qualidade na formação profissional e na consolidação da universidade enquanto instituição pública e democrática. Além disso, contribui com a sociedade na busca de soluções, e na melhoria das condições de vida e dignidade humana.

Nesta edição, a Textos & Debates apresenta artigos que tratam sobre: a presença dos holandeses na Amazônia no período colonial; sobre a apropriação histórica da musicalidade indígena; sobre a memória do Rio de Janeiro; sobre paisagem geográfica e cultura; sobre educação e o conflito dominação X transformação; sobre Economia solidária e sobre Teoria antropológica.

A presente coletânea de artigos, oriundas das áreas de História, Ciências Sociais, Geografia, Economia e Antropologia, consolidam a proposta da Revista de criar uma interface no âmbito das Ciências Humanas.

Agradecemos a todas as pessoas que, sensíveis a este projeto, contribuíram com seus artigos.

Desejamos a todos que tenham uma boa leitura e que se sintam estimulados a contribuir com suas produções acadêmicas para os próximos números.

As editoras

EM BREVE:

LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Inauguração prevista para o primeiro semestre de 2007

**NOSSA LIVRARIA SERÁ A ÚNICA EM RORAIMA QUE
IRÁ TRABALHAR EXCLUSIVAMENTE COM LIVROS
DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS.**

**EDUSC – PUC-SP – EDUFMG – EdUFBA – EDUSP – EDUFF –
EdUFMS – EdUFG - EDITORA DA UNISINOS – EdUFSCar –
EdUERJ – EdUFRJ – EdUFSC – EdUFRGS – EDITORA DA UnB –
EDITORA DA UNESP – EDITORA DA FIOCRUZ – ASSOCIAÇÃO
EDITORIAL HUMANITAS – EDIPUCRS – EDUA – EDITORA DA
UFV – EDUFLA – EDITORA DA ULBRA – EdUFRO – EDUFPA –
ENTRE OUTRAS...**

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO.



ECONOMIA SOLIDÁRIA E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Leandro Klineyder Gomes de Freitas*

RESUMO

O presente trabalho faz uma discussão entre a Economia Solidária, enquanto políticas públicas de geração de trabalho e renda, e a Nova Sociologia Econômica enquanto abordagem teórica na compreensão dos fenômenos sociais. Buscamos compreender as contribuições acadêmicas e políticas de ambas. A discussão se justifica, tendo em vista, que ambas as abordagens não se limitam a ver apenas o viés econômico, mas principalmente, procurando ver outros ângulos, que por muito tempo foram marginalizados na academia, como relações de confiança, redes sociais, capital social, solidariedade. Neste ensaio procuraremos estabelecer suas origens históricas, seus princípios, comparações e contribuições teóricas na análise e implementação de políticas públicas de geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Economia Solidária – Nova Sociologia Econômica – Políticas Públicas.

* Sociólogo. Prof. Ms. do Depto. de Métodos, Técnicas e Orientação da Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA).

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer esse texto partiu, inicialmente, do meu envolvimento com a temática sobre Economia Solidária, mais especificamente programas de microcrédito. Essa discussão iniciou-se com a pesquisa da minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Ciências Sociais da UFRN em 2002. Desta forma, venho estudando programas de microcrédito, baseados na concepção de desenvolvimento humano de Muhammad Yunus (2000) enquanto políticas públicas de geração de trabalho e renda como pertencentes e inseridos na lógica da Economia Solidária.

Posteriormente, assistindo as aulas do Prof. Edmilson Lopes Jr., (no mestrado) especificamente, sobre a Nova Sociologia Econômica (NSE), pude perceber alguns pontos em comum e que me chamaram muito a atenção, na medida em que pude utilizar esse referencial teórico na análise desse objeto de estudo, pois como constatei nas aulas e em minhas leituras, percebi o quanto a abordagem da NSE é abrangente, perspicaz e muito lúcida a análise que faz da esfera econômica na sociedade, não se limitando a ver apenas o viés econômico, mas principalmente, procurando ver outros ângulos, que por muito tempo foram marginalizados na academia.

Desse modo, o presente trabalho visa relacionar a Nova Sociologia Econômica (NSE) com a discussão sobre Economia Solidária, por acharmos que existem várias semelhanças entre ambas. Não só quanto ao seu caráter inovador como também ao seu conteúdo crítico.

É interessante observar que ambas surgem como contestação do atual paradigma econômico dominante, na qual o mercado capitalista é o centro de tudo; Estado e sociedade são tratados como instrumentos a serviço dos interesses do grande capital que busca de qualquer maneira o máximo lucro. A Nova Sociologia Econômica surge, principalmente, no campo acadêmico, enquanto a Economia Solidária surge, inicialmente, na esfera política, porém, atualmente, esta última vem sendo desenvolvida tanto na esfera política quanto nos meios acadêmicos de vários países.

Cabe alertar o leitor que o presente texto, constitui-se como um pequeno ensaio introdutório sobre o tema, que visa, sobretudo, fazer uma reflexão o mesmo. Assim, o texto será organizado da seguinte maneira: na primeira parte faremos um apanhado histórico sobre a Economia Solidária, e sobre a Nova Sociologia Econômica.

Na segunda parte, estabeleceremos as principais características de ambas, tendo intuito de fazer algumas comparações para identificar suas semelhanças e diferenças, também enfocaremos as principais contribuições teóricas e políticas de ambas, bem como seu caráter inovador e crítico. E em seguida concluiremos demonstrando a importância de se adotar essas novas abordagens teóricas, bem como sua relevância do ponto de vista político para repensá-lo e, porque não, possibilitar a construção de um mundo mais justo, solidário, em que a esfera econômica e o mercado sejam apenas meio para a garantia e melhoria da vida e não fins como infelizmente acontece.

NOTAS HISTÓRICAS SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

a) Economia Solidária

A economia solidária, não tem uma única origem histórica, assim com uma data precisa. Mas podemos precisar um momento histórico em que há certo consenso tanto no que diz respeito ao período, como aos principais fundadores da mesma.

Conforme Singer (2002, 24), a economia solidária surge logo após a consolidação do capitalismo industrial¹ na Europa, principalmente na Grã-Bretanha. Seu surgimento, na realidade é uma reação e contestação às perversas situações em que estavam vivendo a população, principalmente os artesãos que foram expropriados de seu trabalho pela introdução do processo de maquinofatura nas fábricas. Camponeses foram expulsos do campo e tornaram-se o proletariado moderno das fábricas nas grandes cidades, provocando um inchaço populacional em Londres, Paris e outras grandes cidades.

De acordo com Bresciani (1998), apesar de a Inglaterra passar por grande crescimento econômico nesse período, seus trabalhadores pagaram um alto custo social: desemprego em massa, falência das Corporações de Ofício e manufaturas, proletarianização dos camponeses e artesãos, inchaço populacional, péssimas

¹ A revolução Industrial ocorreu nos fins do século XVIII, predominantemente na Inglaterra e por muitos anos ficou restrita a esse país. Posteriormente expandiu-se para a Europa. Ela se consolidou somente no século XIX. (cf. AQUINO et. al.: 1988).

condições sanitárias e de moradia, fazendo aparecer várias doenças provocando a morte precoce de milhares de pessoas. Também, as condições de trabalho eram precárias, insalubres, sendo que, além disso, havia uma jornada de trabalho de até 16 horas. O trabalho infantil e das mulheres se generalizou, em virtude principalmente do preço da mão-de-obra e de serem uma força de trabalho considerada dócil e obediente. Essas questões sociais colocavam a própria reprodução da população dos trabalhadores em risco de nem sobreviverem mais.

Devido a esses problemas engendrados pelo capitalismo industrial no século XIX, surgiram inúmeros atos e movimentos sociais de contestação da atual situação. Movimento esses que eram na sua maioria formados por trabalhadores desempregados, alguns industriais, indigentes, mendigos, e também em sua minoria por intelectuais e pensadores da época, entre outros.

Uma das primeiras manifestações de ideais sociais e políticos que contribuíram para o aparecimento da economia solidária deveram-se, sobretudo, ao chamado Socialismo Utópico, representado por: Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), Louis Blanc (1811-1882) e Robert Owen (1771-1858).

O industrial britânico Robert Owen é considerado pela maioria dos estudiosos em Economia Solidária com um dos fundadores desse movimento, não só do ponto vista teórico, como também do prático. Owen era dono de um complexo têxtil em New Lanark, e sensibilizado com as atuais situações dos trabalhadores decidiu criar condições mais humanas para seus trabalhadores, diminuindo a jornada de trabalho, proibir o trabalho de crianças em sua fábrica, sendo que ele chegou até construiu escolas para as mesmas. A primeira cooperativa de Owen foi criada por George Mudie (1820 e 1821), que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos de Londres. Outro projeto inspirado nas idéias de Owen foi a Comunidade de Orbiston, fundada por Abram Combe em 1826. Por algum tempo a comunidade progrediu e fez experimentos em educação em sistemas de repartição da renda baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa. Com a morte de Combe seu irmão despejou a Comunidade para pagar dívidas. (SINGER: 2002, p. 24-28, *passim*).

Apesar dos fracassos, a semente de Owen frutificou e o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo dos trabalhadores. Owen foi um homem de ideais, mas

principalmente de ação, pois a maioria de suas idéias eram postas em prática. Assim, hoje ele é considerado por muitos como o “pai do cooperativismo moderno”. (SINGER, 2002).

Outro grande pensador que contribuiu para a economia solidária foi Charles Fourier com seu projeto de Falanstério², porém como ele não era homem de ação e nem desejava que os trabalhadores implantassem seu projeto, ao invés disso desejava que os empresários se sensibilizassem com a situação dos trabalhadores, seu projeto fracassou. Além disso, o projeto de Fourier não era coletivista (como as aldeias cooperativas de Owen) e também preservava a propriedade privada dos meios de produção. As idéias de Fourier inspiraram mais as organizações associativas, enquanto as de Owen, as cooperativas.

Assim, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas, a maioria delas, não conseguiu manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros de Rochedale³, estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Portanto, os empreendimentos de economia social surgem, principalmente, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica. As palavras de Razeto (1997, p. 94), sintetizam nosso pensamento, vejamos:

Do lugar mais fundo da miséria e da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: o lento descobrimento do homem e da mulher que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a valorização das forças e das próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender.

² Uma espécie de comunidade razoavelmente grande com o objetivo de oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. (SINGER, op. cit., 36).

³ Fundada em 1844, considerada a primeira cooperativa moderna.

b) Nova Sociologia Econômica (NSE)

Um novo movimento teórico surge no campo da Sociologia, na década de 80. É a NSE que, principalmente, surge como reação ao imperialismo disciplinar da Economia, que tinha certa hegemonia na esfera política (políticas neoliberais conduzidas pelo governo de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra, servindo de inspiração político-ideológica para vários países, inclusive o Brasil) e também no campo acadêmico, através da Escola Neoclássica de Economia. Essa visão economicista de ver o mundo e a vida estava se estendendo para todos os campos de investigação, adentrando até na Sociologia com a Teoria dos Jogos, Individualismo Metodológico e Teoria da Escolha Racional. (cf. LOPES JR.: 2002).

Alguns estudiosos, como Mark Granovetter (1985) e Viviana Zelizer (1994) foram os principais responsáveis pelo surgimento desse novo campo. Principais, não os únicos. Esses autores a partir de uma releitura dos clássicos das Ciências Sociais, como Max Weber, George Simmel e Karl Polanyi propuseram-se a

... investigar tanto os processos específicos de institucionalização do mercado quanto os contornos assumidos (...) de dimensões tomadas como dados de realidade na análise econômica tradicional, tais como *confiança, informação e escolha*. (LOPES JÚNIOR, *op. cit.*).

Neste trabalho, daremos ênfase à contribuição de Polanyi (1980), por entendermos que suas idéias foram por muito tempo ignoradas e marginalizadas pela academia e também pelo meio político, ressalte-se ainda, devido a enorme contribuição teórica que possibilitou aos autores contemporâneos construir uma nova abordagem teórica: a NSE.

Karl Polanyi⁴ (1886-1964) foi um dos principais inspiradores dessa nova abordagem teórica de investigação, com a obra *A Grande Transformação* publicada em 1944. Polanyi foi rejeitado tanto

⁴ Intelectual judeu, nascido em Viena (Áustria). Estudou Filosofia e Direito em Budapeste e Viena. No período do Nazismo e do Fascismo, refugiou-se em Londres nos anos de 1933 a 1947. Nesta época escreve sua principal obra, *A Grande Transformação*, publicada em 1944. Em 1947 vai para os EUA, tornando-se Professor na Universidade de Columbia.

pelos marxistas, quanto pelos conservadores. Produzindo em plena guerra fria um pensamento crítico e independente do maniqueísmo ideológico então em confronto, não é de admirar que em vida sua obra tenha tido pouca repercussão, e que apenas aos poucos, na medida em que o neoliberalismo ascende, sua grandeza venha sendo reconhecida de forma mais universal.

Inicialmente sua obra é reconhecida mais no campo da Antropologia Cultural e aos poucos vai sendo apropriada pela Sociologia, Economia e outras ciências, tornando-se um clássico das Ciências Sociais. Seu conceito de *embeddedness*⁵ é fundamental na crítica a economia de mercado, tornando-se um instrumental teórico bastante útil nos processos de investigação da relação economia e sociedade.

Polanyi (1980) demonstra que até o final do século XVIII encontramos em todas as sociedades o sistema econômico imerso no sistema social. Assim, anteriormente à nossa época nenhuma economia era controlada por mercados. Embora a instituição mercados estivesse sempre presente na história humana, "seu papel era apenas incidental na vida econômica" (p. 59). "Os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais que nunca, pela autoridade social" (p. 80).

Ao formular a categoria de *embeddedness* (submersão, imersão) Polanyi explica a impossibilidade de separar mentalmente a economia de outras atividades sociais antes do surgimento da sociedade moderna. É o que se constata em suas palavras: "A primeira razão para a ausência de qualquer conceito de economia é a dificuldade de identificar o processo econômico debaixo de condições onde está incrustado em instituições não econômicas" (idem, *ibidem*). Para Polanyi a verdadeira crítica à sociedade de mercado não é pelo fato dela se basear na economia, mas de sua economia se fundar no auto-interesse, em ser apenas "*conforme os interesses pessoais*" (*op. cit.*, cap. 21).

A peculiaridade do sistema econômico que surgiu na Europa no século XIX foi que ele se separou institucionalmente do resto da sociedade. Segundo Polanyi, esta é a principal característica da nossa civilização, a primeira a se basear em fundamentos

⁵ Que pode ser traduzido por *imersão*, *submersão*, *incrustação*, *embebimento*.

econômicos: não há dúvida que todas as sociedades estão "limitadas pelas condições materiais da sua existência - este é um traço comum a toda a vida humana, na verdade a toda a vida" (POLANYI, 1980, p. 47). Mas, na nossa sociedade, "ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico" (p. 72).

Esta grande transformação (a emancipação do econômico das regras morais graças a separação radical dos aspectos, hoje, chamados "econômicos" do tecido social) ocorreu através de dolorosos processos sociais, gerando um processo de reificação da vida econômica e um processo de barbarização. A inclusão da natureza e do ser humano no mercado significou "subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado" (POLANYI, 1980, p. 84). A sociedade humana passa a ser apenas um acessório do sistema econômico, ou seja, uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (p. 72). Isto resulta no desmoroamento da sociedade. "Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por (...) uma organização atomista e individualista" (p.167).

Amartya Sen (1999) irá dizer que com o passar do tempo ocorreu uma separação da ética e da economia, sendo que atualmente a economia atua unicamente com esta concepção de "engenharia". Entretanto, segundo Sen, é impossível dissociar ética da economia.

Portanto, a economia, embora relacionada com a riqueza, está ligada, a um nível mais profundo: avaliar e promover os fins mais fundamentais. Para Sen (1999), em Aristóteles a economia está profundamente ligada à ética e a política. Desse modo, podemos perceber que economia é muito mais que mercado, resultado, eficácia entre outros termos. Para Laville (2003a, p. 15) a economia real é formada também pelo princípio do mercado, mas é também formada ainda por dois outros princípios, a saber: o princípio da redistribuição e o princípio de reciprocidade. No primeiro, um poder central (da sociedade organizada) pode retirar uma parte da produção com a finalidade de redistribuir conforme normas definidas por esse mesmo poder central. No segundo, uma parte da economia é administrada pela desigualdade entre pessoas e grupos. É importante lembrar que o princípio da reciprocidade sempre foi um componente fundamental da economia, desde as

sociedades primitivas até às modernas. Como bem nos mostrou as obras de Malinowski (*Argonautas do Pacífico Ocidental*) entre os habitantes das ilhas Trobriand e a de Mauss (*Ensaio sobre a Dádiva*) entre os índios iroqueses, onde a troca entre as pessoas era muito mais que troca mercantil, era uma troca voltada essencialmente para manter e reforçar os vínculos sociais.

Desse modo, o “progresso” foi e é feito à custa de desarticulação social. Daí o aparente paradoxo de que a pobreza parece acompanhar uma abundância nunca vista. Somente a ameaça da fome era capaz de criar um mercado de trabalho. A submissão do ser humano à necessidade (à fome) é um fenômeno moderno. É somente quando a pessoa é privada de todas suas autonomias com a desarticulação da *oikonomia* (da “economia natural”) é que sua sobrevivência se vê ameaçada, e surge a pobreza tal como a conhecemos hoje: pessoas despossuídas das mínimas condições de existência. “É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva, num certo sentido, mais humana que a economia de mercado” (POLANYI, 1980, 168).

Atualmente se impõe, paulatinamente, a visão de que a superação da pobreza reside no fortalecimento da autonomia cultural-econômica das comunidades (*empowerment*) ditas carentes e na melhoria do uso comunal dos recursos naturais, ao contrário da proposta do paradigma econômico vigente de atrelar a sobrevivência dos pobres ao crescimento da economia industrial e da geração de empregos. O autor alerta que defender o primado da sociedade sobre a economia como condição da sobrevivência da humanidade representa, apenas, o fim da sociedade de mercado, o que “não significa, de forma alguma, a ausência de mercados” (POLANYI, 1980, p. 246), e sim que o mercado deixe de ser “um órgão de auto-regulação econômica” guiado apenas pelo sistema de preços, e passe a ser controlado pela sociedade.

A partir de idéias como essa que foi inspirada a NSE (de origem predominantemente norte-americana) e que possibilitaram a Viviana Zelizer (1994) desenvolver a construção social do mercado de seguros e sobre o mercado de crianças nos EUA, demonstrando os condicionantes culturais e sociais no quais os mercados estão imersos.

Granovetter, reformula o conceito de *embeddedness* ao afirmar que o referido conceito “expressa uma ação econômica que se desenvolve dentro de uma rede de relações sociais a partir da

qual constitui-se a estrutura social". (GRANOVETTER *apud* LOPES JR.: 2002, p. 6). Granovetter sustenta que toda ação social está "inserida" numa teia de relações e redes sociais. Sua expressão "*social embeddedness*" passou a ser moeda corrente nas discussões sobre o Estado para uma gama muito grande de autores. Em análises empíricas sobre redes de empresas, mercados de trabalho e desenvolvimento integrado sustentável e local (Programas de Economia Solidária, entre eles Microcrédito), pode ser enfatizado as bases não-econômicas da organização do mercado (redes de sociabilidade, o papel da confiança entre atores etc.). Esse tipo de análise considera o impacto da cultura política e cívica sobre a esfera da economia, ou se quiser sobre o desenvolvimento e o "progresso"

Cinco anos depois, DiMaggio dirá que a ação econômica não está, apenas, submersa na estrutura social, mas também está imersa no sistema cultural. (LOPES JR.: 2002, p. 7).

Hoje, a NSE faz parte das discussões contemporâneas nos principais círculos acadêmicos e também já possui revistas e portais que tratam sobre o assunto, inclusive em sites mantidos pela American Sociological Association.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA NSE

Antes de estabelecer as principais características da Economia Solidária, é mister conceitua-la com o objetivo de delimitarmos nossa análise e precisarmos o assunto.

O conceito de Economia Solidária está diretamente relacionado ao conceito de solidariedade. Dessa forma, solidariedade "... não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim, com o comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações de trabalho, econômicas e comerciais". (CORRÊA, 2000, p. 2).

Assim, para Laville (2003b, p. 85) economia solidária

...pode ser definida como o conjunto das atividades contribuindo para a democratização da economia a partir do engajamento dos cidadãos. (...) Ela emana de ações coletivas visando instaurar regulamentos internacionais e locais, completando os regulamentos nacionais ou complementando-os quando for necessário.

Desse modo, entendemos por Economia Solidária, atividades e empreendimentos que se organizam “de dentro para fora”, “de baixo para cima”, uma economia que se expressa pelo associativismo, cooperativismo e outras formas de autogestão, mas, também, uma economia que se expressa por articulações de empreendedores individuais em eventos e feiras, circuitos de troca e negócios de reforço mútuo e ainda, outras formas de negócios que mesmo submetida à lógica capitalista excludente tem uma inserção baseada em alguma relação solidária. Dessa maneira, podemos perceber que a concepção de Economia Solidária já é uma realidade, na medida em que existem atividades operando no mundo inteiro, ao mesmo tempo uma utopia, pois ela se coloca como uma alternativa de transformação para uma sociedade mais justa e solidária.

Os empreendimentos econômicos solidários exercitados pelas cooperativas se apresentam como pertencentes à Economia Solidária, nela o conceito chave é a cooperação, pois agrega os valores de colaboração e ajuda mútua. Economia Solidária não é, em si, uma adaptação ao capitalismo, ao invés disso, ela é contrária a ele. Sendo que ela, não está sendo representada somente na produção, mas também no crédito e no consumo. Esta é sem dúvida uma forma paralela ao sistema capitalista, pois assume distintas relações de produção e distribuição de bens e serviços do que os adotados pela maior parte da sociedade.

Na distribuição, a Economia Solidária também se distingue da capitalista, indo além das relações de troca com valorização simplesmente monetarizada, como compra e venda de bens e serviços, tributações e dotações orçamentárias. Existem nesta economia relações como doações (transferência unilateral), reciprocidade (transferência bidirecional), comensalidade (transferência pluridirecional) e cooperação (transferência bidirecional múltipla).

Quanto ao consumo, percebem-se comportamentos diferentes e bastante relevantes. Como não existem fortes relações de intermediação entre produtor e consumidor, como a presença de entidades comerciais, acaba-se percebendo certa proximidade entre estes, sendo que certas vezes os produtores são os próprios consumidores de seus produtos ou serviços. Outro comportamento interessante é a preferência pelo consumo comunitário, dando-se vazão ao consumo que possa suprir as necessidades de um maior número de pessoas, do que somente o

consumo individual. O comportamento que talvez seja o que mais se difere do comportamento capitalista, que se caracteriza pelo consumismo exacerbado e pela sofisticação imposta de forma subjetiva à sociedade é o que insinua de forma qualitativa à simplicidade e quantitativa à frugalidade. Não é que se queira aqui impor a pobreza ou mesmo o sacrifício dos indivíduos. Este comportamento induz a se descobrir novas alternativas para que se mantenha, ou crie uma melhor qualidade de vida de forma simples e natural.

Lisboa (1998, p. 16) expõe de forma bastante clara a importância das experiências populares e solidárias no âmbito econômico, afirmando que:

A solidariedade é um conceito ausente dos manuais de economia. Mas, as relações comunitárias são muito fortes na "economia dos pobres". Sem elas não é possível entender como aqueles tão pobres logrem constituir uma economia operando com baixa produtividade e recursos tão limitados – inclusive os descartados como obsoletos, ineficientes – e sem acesso ao crédito. Estes recursos se potencializam pela força da solidariedade, a qual, como um outro fator econômico, desencadeia uma sinergia comunitária. (LISBOA: 1998, p. 16)

Relacionando a NSE, podemos perceber algumas semelhanças com a Economia Solidária, vejamos.

A NSE leva em consideração conceitos tidos como subjetivos, como: confiança, escolha, valores sociais, culturais, relações de reciprocidade. A questão da informação e da confiança no processo de formação das redes sociais que o indivíduo utiliza no seu cotidiano, por exemplo, na migração em que as pessoas decidem se vão migrar ou não tendo em vista, principalmente as redes sociais (cf. MARQUES, 1999) que ela conseguiu estabelecer, bem como as redes de parentesco, que são bastante utilizadas nesse processo.

A economia e o mercado na concepção da NSE são apreendidos como partes da sociedade, daí sua análise partir sempre da sociedade e, dessa maneira, ela não trata o mercado ou a economia como o centro da sociedade ou como o ponto inicial ou final da análise.

Com relação à economia solidária, esta subverte o conceito funcionalista de economia e recoloca a economia no seio do mundo da vida, do mundo das relações humanas, desfazendo-a como

sistema colonizador e sufocador de potencialidades. O mercado deixa de ser o agente obscuro que determina as relações sociais. Recupera-se a idéia de *troca* como a essência das relações econômicas – em contraposição à idéia de mercado. A economia solidária, portanto, nega o mercado como *mão invisível* (mercado auto-regulado), e afirma relações de troca solidárias.

Na economia solidária as atividades se desenvolvem em setores populares, ou seja, junto àqueles que estão excluídos do mercado de trabalho formal. Bem como, há sempre um caráter associativo, as atividades não são individualistas, porém não chegam a agregar uma “multidão econômica” (RAZETO, 1993, p. 47).

É importante ressaltar que as questões éticas e morais são alguns dos principais fatores que movem a Economia Popular e Solidária, pois é a partir do que cada indivíduo crê, que este vai construir sua vida. Mance (1999, p. 19) ressalta que:

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos no conjunto, e politicamente de promover a transformação na sociedade com esse mesmo fim. (MANCE, 1999, p. 19).

A economia solidária como um novo paradigma emergente constrói-se pela cultura da solidariedade que envolve as seguintes características e princípios:

- Respeito à diversidade / complexidade;
- Autogestão;
- Democracia;
- Convivência solidária com a natureza e cuidado com o meio-ambiente;
- Descentralização / desconcentração do poder das riquezas, dos bens (terra, tecnologia, saber etc.);
- Cidadania / ação participativa;
- Reciprocidade;
- Relações comunitárias.

Portanto a economia solidária é entendida como fazendo parte de um amplo e novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, no qual deve haver a primazia do trabalho sobre o capital, a economia deve estar a serviço do social, a tecnologia adaptada às novas exigências de não aprofundamento do desemprego e poluição da natureza e, também a deve haver a necessidade de implementação de políticas públicas efetivas no combate a pobreza e a exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de Economia Solidária, hoje, estão na agenda das políticas públicas de vários países, não queremos afirmar com isso que eles devam ser transformados em mais um modismo na esfera política ou na intelectual, mais principalmente, porque é urgente se adotar esses programas, na medida em que estamos passando por um período extremamente catastrófico, permeado de desemprego estrutural, precarização do trabalho, diminuição real do poder de compra dos assalariados afetando a maioria da população do planeta, enquanto que por outro lado aumenta astronômicamente a concentração de renda e a acumulação de riquezas, por uma minoria. Com isso, problemas como fome, miséria, se acentua e generaliza-se por todo o mundo colocando em risco a própria desintegração de várias sociedades e a existência de milhares de pessoas. Assim, percebemos o quanto é importante a adoção de programas de Economia Solidária na construção de um mundo mais humano.

Com relação à NSE, em termos de importância teórica, Monastério (2002), afirma que ela foi uma das responsáveis pela disseminação do conceito do capital social para outras áreas de pesquisa. Suas críticas das visões sobre o comportamento econômico: a sub-socializada, escola neoclássica de Economia, que percebe apenas indivíduos atomizados, eliminando todas as relações sociais; e a sobre-socializada, típica de boa parte do pensamento sociológico, que trata os agentes como marionetes, que seguem estritamente o roteiro esperado para a sua classe social ou meio social (percebe-se isso, principalmente, nas análises de Durkheim com a relação Sociedade e Indivíduo). Granovetter (1985) propõe superar essa dicotomia através da adoção do conceito de "embeddedness", que perceba as ações econômicas dos agentes como inseridas numa rede de relações sociais. Ou seja, os

indivíduos escolhem, ainda que de forma relativa, dentro de uma determinada malha de conexões com outros agentes.

A contribuição da Nova Sociologia Econômica para políticas de desenvolvimentos, bem como para programas de Economia Solidária pode ser vista como um aporte teórico enriquecedor, consistente e coerente, na medida em que uma série de pesquisas empírica acabou por inspirar a idéia de conceitos, como: *embeddedness*, capital social, redes sociais, confiança entre outros.

Ao se adotar como referencial teórico de análise a NSE e como referencial político e social a concepção de Economia Solidária, estaremos alargando não só nossa visão disciplinar e fragmentária no processo de investigação científica através da NSE, assim como adotando outros referenciais éticos e morais no que se refere à Economia Solidária. Tanto a NSE pode orientar e pesquisar programas de Economia Solidária com objetivo de aperfeiçoar seu aporte teórico, quanto esses programas ao serem planejados, implantados e avaliados podem se orientar pelo instrumental teórico da NSE, com vista a serem mais eficazes e eficientes na resolução dos problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Rubim S. Leão de. et. al. 24. ed. **História das Sociedades:** das sociedades modernas às sociedades atuais. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico. 1988.
- BRESCIANI, M^a Stela Martins. **Londres e Paris no século XIX:** o espetáculo da pobreza. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Col. Tudo é História, 52).
- CORRÊA, Luís Oscar Ramos. **Economia Popular, Solidária e Autogestão:** o papel da educação de adultos neste novo cenário. Disponível [Online] em www.ecosol.org.br, 2000.
- GAIGER, L. A solidariedade como alternativa econômica para os pobres. **Contexto e Educação**, n. 50, p. 47-71, 1998.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE** -- Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15, 1999.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and Social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, n. 90, 1985.
- LAVILLE, Jean-Louis. Globalização e Solidariedade. In.: **Economia Solidária: desafios para um novo tempo.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº 5. Salvador: FLEM, 2003a. 132p. p. 13-18.
- _____. Práticas da Economia Solidária. In.: **Economia Solidária: desafios para um novo tempo.** Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, nº 5. Salvador: FLEM, 2003b. 132p. p. 83-88.

LISBOA, Armando M. **A Economia Popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

LOPES Jr., Edmilson. **As potencialidades analíticas da Nova Sociologia Econômica**. Natal: UFRN, 2002. (mimeo).

MANCE, Euclides A. A colaboração solidária como uma alternativa à globalização capitalista. **Revista Missoneira**, n. 16, p.55-91, 1999.

MARQUES, Eduardo. Redes Sociais e Instituições na construção do Estado e da permeabilidade. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol 14, nº 41, 1999.

MONASTÉRIO, Leonardo M. **Capital Social e Economia: antecedentes e perspectivas**. Disponível [Online] em www.economia.ufpr.br/portal/Economia_Politica, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Revista Proposta**, n. 75, p. 91-99, 1997.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SEN Amartya K. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 143p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. Trad. Maria Cristina Cupertino. São Paulo: Ática, 2000.

ZELIZER, Viviana. **Pricing the Priceless Child: The Changing Social Value of Children**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

ALFABETIZAÇÃO – INSTRUMENTO DE DISCRIMINAÇÃO, DOMINAÇÃO OU (TRANS)FORMAÇÃO?

Parmênio Citó*

RESUMO

Na comparação entre a visão de documentos que fundamentam o programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA e a visão de uma pessoa não-alfabetizada, observamos uma coincidência de representações e valorações em relação à habilidade, ou não, para ler e escrever. Com base nos documentos, observamos uma atitude grafocêntrica, onde a alfabetização é entendida como instrumento de desenvolvimento cognitivo e este, por sua vez, dependente da escolarização. A partir das respostas do sujeito, verificamos que a representação que ela faz de si mesma é reflexo da valorização simbólica que a sociedade faz da alfabetização, baseada na habilidade de ler e escrever.

Palavras-chave: Letramento – Educação de Jovens e Adultos – Representação.

* Agradeço à Universidade Federal de Roraima – UFRR –pela liberação para cursar o Curso de Mestrado Acadêmico em Lingüística Aplicada – CMLA, na Universidade Estadual do Ceará – UECE, e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP – pelo apoio financeiro através da concessão de bolsa. Por fim, agradeço à Profa. Stella Vieira pelas observações feitas ao texto.

“Costuma-se pensar que a escrita tem por finalidade difundir as idéias. No entanto, em muitos casos ela funciona com o objetivo inverso, qual seja: ocultar, para garantir o poder àqueles que a ela têm acesso” (Tfouni, 1995: 11).

INTRODUÇÃO

Fazer parte do mundo letrado deve ser visto como uma ação política. Isto quer dizer que a alfabetização deve ser vista como uma atividade de conformação social e histórica e não apenas individual. É a partir dessa perspectiva sócio-histórica do processo de alfabetização que procuramos analisar a visão que fundamenta o programa de Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA) no Brasil, através da análise da proposta curricular para a alfabetização de jovens e adultos que dá suporte ao programa.

Além da proposta curricular, analisaremos uma entrevista feita com uma pessoa não-alfabetizada com o intuito de conhecer sua(s) expectativa(s) em relação à alfabetização, bem como sua(s) representação(ões), de si mesma, em função da sua condição de não alfabetizada. Com esses dados, procuraremos fazer uma comparação entre a visão sobre alfabetização que fundamenta o programa EJA e a visão de uma pessoa não-alfabetizada.

Nossa análise tem como base autores que abordam a educação como processo de (trans)formação de historicidade e, conseqüentemente, de (re)construção de identidades (GNERRE, 2003; MATENCIO, 1995; SOARES, 1986; TFOUNI, 1995).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos trabalhos de Gnerre (2003), Matencio (1995), Soares (1986) e Tfouni (1995), alfabetização e letramento, embora diferentes processos, a partir de uma perspectiva sócio-histórica são concebidos como interligados entre si. Segundo Tfouni (1995), muitos autores têm utilizado os termos alfabetização e letramento demonstrando uma superposição entre eles. O que a autora propõe, por sua vez, é que alfabetização e letramento passem a ser considerados “como processos interligados, porém separados enquanto abrangência e natureza” (p. 24). A autora, quando trata da questão das abordagens do processo de alfabetização, faz uma distinção entre as duas formas mais comuns de entendimento deste processo, a saber, “ou como um processo de aquisição individual de

habilidades requeridas para a leitura e escrita, ou como um processo de representação de objetos diversos, de naturezas diferentes” (p. 14).

Na primeira abordagem, entendida como uma abordagem clássica, o processo de alfabetização é visto “como um processo individual de aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para a leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem (...) por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal” (ibid: 09). Nesta abordagem, alfabetização confunde-se com escolarização e caracteriza-se como um processo linear. Segundo Giroux (1983)¹, essa concepção de alfabetização apresenta um forte componente funcional, tendo sido “completamente subjugada à lógica e às necessidades do capital” (apud Tfouni, 1995: 17).

Como consequência, temos uma alfabetização que supervaloriza o padrão da classe dominante, nos seus códigos oral e escrito, e padroniza todos os sujeitos, através da negação de suas historicidades, pela recusa em considerar os conhecimentos não-formais desses sujeitos. Desta maneira, a educação, através dos processos de alfabetização, tem sido usada como instrumento de manutenção das relações de dominação. Esta dominação se dá, entre outras formas, através da reificação do padrão da classe economicamente favorecida nos seus códigos escrito e oral. Destarte, temos um modelo que padroniza o sujeito, nega a sua historicidade e todos os seus conhecimentos, e o subjugua, como diz Giroux (1983), à lógica do capital.

Matencio (1995), ao analisar os princípios que nortearam o programa denominado Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, apresenta a questão da natureza funcional da alfabetização, quando diz que, segundo o MOBRAL, “a alfabetização seria um mecanismo para melhorar a renda e as condições de vida dos alfabetizandos” (p. 245). Esta natureza funcional é vista por Street (1989² apud Tfouni, 1995) como uma das características de um “modelo autônomo” de letramento, onde alfabetização e letramento são considerados sinônimos e dependentes de uma instrução formal, ou seja, de uma escolarização.

¹ GIROUX, P. *Pedagogia radical*. São Paulo: Cortez -- Autores Associados. 1983.

² STREET, B. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Soares (1986), quando trata do papel da escola segundo algumas teorias lingüísticas, a saber, a da deficiência lingüística, a das diferenças lingüísticas e a do capital lingüístico escolarmente rentável, também aborda esta questão da funcionalidade da educação a partir de um bidialetalismo, proposto pela teoria das diferenças lingüísticas, que pressuporia uma “*aquisição* da linguagem socialmente prestigiada, para que, através de um bidialetalismo funcional o aluno possa *adaptar-se* às exigências da sociedade *tal como ela é*” (p. 70). Nesta perspectiva, o processo de alfabetização seria um instrumento de manutenção da situação, de dominação, por meio da negação dos alfabetizandos como sujeitos históricos.

Na segunda abordagem sobre o processo de alfabetização, a alfabetização deixa de seguir o modelo linear, com um forte componente mecânico e funcional, e passa a ser um processo complexo de construção de representações (simbolizações) através do uso da escrita. Nesta outra perspectiva, a alfabetização seria entendida como um meio de instrumentalizar e, por conseguinte, levar os alunos a uma (re)construção de suas identidades, culminando com a efetiva (trans)formação do sujeito histórico, através do conhecimento do código escrito.

O processo de alfabetização, por conseguinte, deve ser orientado a partir das práticas sociais nas quais eles tomam parte. Destarte, a escola teria papel fundamental, não somente, ao admitir que haja diferenças lingüísticas, mas, principalmente, ao “garantir às classes populares a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social” (Soares, 1986: 73). Com esse entendimento, Soares (1986), a partir de uma concepção social³, defende uma escola transformadora, que teria como base um bidialetalismo instrumental, que deve “levar o aluno das camadas populares à aquisição do *capital cultural* (isto é, da cultura considerada legítima), a fim de assim instrumentalizá-lo para uma mais ampla participação política na luta contra as desigualdades (...)” (p. 76).

Em relação à questão das práticas sociais como instâncias de conhecimento no processo de alfabetização, Teale (1982)⁴,

³ A perspectiva social, segundo Soares (1986), seria “resultado da contribuição integrada e articulada da Sociologia, da Sociologia da Linguagem e da Sociolingüística” (p. 06).

⁴ TEALE, W. (1982) *Toward a Theory of how Children Learn to Read and Write Naturally*. LANGUAGE ARTS, vol. 59, nº 6, p. 555-570, 1982.

separando os processos de alfabetização e escolarização, vistos pela abordagem clássica como idênticos, afirma que

(...) a prática da alfabetização não é meramente a habilidade abstrata para produzir, decodificar e compreender a escrita; pelo contrário, quando as crianças são alfabetizadas, elas usam a leitura e a escrita para a execução das práticas que constituem sua cultura (apud Tfouni, 1995: 15).

Tfouni (1995), tendo por base essa perspectiva sócio-histórica da alfabetização, não como atividade abstrata, mas dependente de uma historicidade dos sujeitos envolvidos, afirma que a autoria do sujeito é a “noção-eixo do conceito de letramento enquanto processo sócio-histórico” (p. 41).

A autora entende letramento independente de alfabetização e escolaridade, embora interligados, e, a partir dessa noção de autoria, trabalha não apenas o discurso escrito, mas também o discurso oral interpenetrado pela escrita. Essa interpenetração, segundo ela, seria decorrente das práticas sociais nas quais os sujeitos tomam parte e que independem da alfabetização e da escolarização.

A partir dos exemplos apresentados pela autora, podemos entender que os traços de autoria seriam marcados, dentre outros, por elementos de coesão e coerência no domínio do intradiscurso, os quais fariam com que o sujeito produzisse um texto. Partindo dessa perspectiva, parece-nos que a autora propõe o processo de alfabetização iniciado a partir da competência oral do alfabetizando com suas características autorais.

Aqui cabe uma reflexão sobre a maneira como as duas abordagens entendem e trabalham os discursos oral e escrito. Na abordagem clássica, segundo Street (1989), “o letramento [visto como sinônimo de alfabetização] é definido estritamente como atividade voltada para textos escritos” (apud Tfouni, 1995: 35). Nesta abordagem, há uma supervalorização da escrita resultante do entendimento de que, a partir da aquisição da escrita, haveria um desenvolvimento cognitivo do indivíduo decorrente de características presentes apenas no código escrito. O que observamos, portanto, é que nesta abordagem o discurso oral é visto como uma construção primitiva, como observa Street (1989) (apud Tfouni, 1995: 35).

Esse entendimento assemelha-se à argumentação de

Bernstein (1973)⁵ sobre os códigos elaborado e restrito, onde “o uso dos códigos elaborado ou restrito significa acesso a formas de pensamento qualitativamente diferentes” (apud Soares, 1986: 29). A atitude de considerar a escrita com um valor maior em relação à oralidade seria resultado de uma valorização simbólica da escrita por ela representar melhor os valores da classe dominante.

Esse conceito de valorização simbólica tem sido utilizado por estudiosos, dentre eles Bourdieu e Passeron (1975)⁶, para demonstrar que a escola tem sido instrumento de “imposição, às classes dominadas, da cultura – aí incluída a linguagem – das classes dominantes, apresentadas como a cultura e a linguagem *legítimas*” (apud Soares, 1986: 54). Neste sentido, a abordagem clássica de alfabetização seria um instrumento de dominação e não de difusão de idéias, posição essa coincidente com a hipótese de Lévi-Strauss (1955)⁷ de que a “função primária da comunicação escrita é a de favorecer a escravidão” (apud Gnerre, 2003: 58).

Na abordagem sócio-histórica, por sua vez, a relação entre o oral e o escrito é vista como uma relação de interpenetração entre as duas modalidades. Para Tfouni (1995), “deve-se aceitar que tanto pode haver características orais no discurso escrito, quanto traços de escrita no discurso oral” (p. 42). A partir desse entendimento, como já vimos anteriormente, a autora propõe que alfabetização e letramento passem a ser considerados como processos interligados.

Essa reflexão sobre as duas conceituações de alfabetização tanto deve servir de fundamentação para a análise que pretendemos fazer acerca da visão que permeia o programa EJA, através da análise da proposta curricular do programa, quanto pode mostrar-nos de que forma o programa entende esse processo de alfabetização, se numa perspectiva clássica ou numa perspectiva histórico-social. Nossa análise se dá em dois momentos: no primeiro, com base nos princípios e objetivos do programa EJA, a partir da análise da proposta curricular e do material didático do programa de alfabetização de jovens e adultos, buscando responder duas perguntas: (1) Que relação a proposta curricular e o material

⁵ Bernstein, Basil. *Theoretical studies towards a Sociology of Language*. In: Basil Bernstein, *Class, codes and control*, vol. I., edição revista, 1973.

⁶ Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean Claude. *A reprodução; elementos para uma teoria do sistema de Ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

⁷ Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon., 1955.

didático do programa EJA estabelecem entre texto oral e escrito; (2) De que forma a proposta curricular e o material didático do programa EJA abordam a competência letrada do alfabetizando. Competência letrada é entendida como a capacidade de produção textual dos sujeitos, definida pela presença de elementos de coesão e coerência, tanto no discurso escrito quanto no oral.

O segundo momento compreende a análise de uma entrevista com uma pessoa não-alfabetizada, gravada em áudio e de natureza semi-estruturada, a fim de verificar o que ela pensa sobre a alfabetização, se já teve alguma experiência escolar e quais representações ela faz sobre a sua situação de não-alfabetizada, dentre outras questões. A partir dessas análises, procuramos comparar a visão que fundamenta o programa EJA e a visão da pessoa não-alfabetizada, com vistas a identificar sua(s) representação(ões) em relação ao domínio da escrita, com base em Gee (1990); Kress (1979); Matencio (1995); Tfouni (1995).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

O atual programa oficial, do Governo Federal, para a alfabetização de jovens e adultos, intitulado Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA, tem suas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB Nº 1, de 05 de julho de 2000⁸. Para fundamentar nossa análise, tomamos como base a proposta curricular para o ensino fundamental (RIBEIRO, 2001)⁹.

Na apresentação dos fundamentos e objetivos do programa de alfabetização, Ribeiro (2001) ressalta que as exigências educacionais contemporâneas estão relacionadas a diferentes dimensões, dentre elas, a participação social e política e o trabalho. Para dar conta dessas dimensões, a proposta apresenta, dentre outros, os seguintes objetivos gerais para a alfabetização, a partir dos quais é necessário desenvolver nos educandos a capacidade de:

- Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem;

⁸ Disponível no endereço <http://portal.mec.org.br/secad/>.

⁹ Disponível no endereço <http://portal.mec.org.br/secad/>.

- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais (Ribeiro, 2001: 49-50).

O primeiro objetivo está relacionado com a dimensão política, que, segundo a proposta curricular, para que os sujeitos possam participar politicamente da nossa sociedade, é necessário que eles dominem instrumentos da cultura letrada. O segundo e o terceiro objetivos relacionam-se à dimensão econômica, que prevê dentre outras coisas a autonomia para uma aprendizagem que possa capacitá-los continuamente frente às exigências da sociedade contemporânea. Um exemplo dessa ação seria, segundo a proposta, a possibilidade de obter melhores condições de “negociar sua participação na distribuição das riquezas produzidas” (Ribeiro, 2001: 40).

Como objetivo central do trabalho com a Língua Portuguesa, o documento destaca a formação de bons leitores e produtores de textos, que possam “encontrar e compreender informações escritas [e] expressar-se de forma clara e adequada à intenção comunicativa” (ibid: 57). Ainda em relação à área de língua portuguesa, o documento apresenta como princípios gerais, dentre outros, os seguintes:

- Valorizar a língua como veículo de comunicação e expressão das pessoas e dos povos;
- Expressar-se oralmente com eficácia em diferentes situações, interessando-se por ampliar seus recursos expressivos e enriquecer seu vocabulário;
- Dominar os mecanismos e os recursos do sistema de representação escrita, compreendendo suas funções;
- Desenvolver estratégias de compreensão e fluência na leitura;
- Expressar-se por escrito com eficiência e de forma adequada a diferentes situações comunicativas, interessando-se pela correção ortográfica e gramatical;
- Analisar características da Língua Portuguesa e marcas lingüísticas de diferentes textos, interessando-se por aprofundar seus conhecimentos pela língua (Ribeiro, 2001: 62-63).

A partir da análise destes princípios, podemos observar a importância dada à escrita e à leitura, verificada em quatro dos princípios acima, em detrimento da oralidade, vista em apenas um deles. Esta perspectiva coincide com a argumentação feita por Street (1989), onde a alfabetização, sinônimo de letramento, é uma atividade voltada para textos escritos (apud Tfouni, 1995: 35).

Ribeiro (2001), no documento da proposta curricular, faz algumas afirmações em relação às linguagens oral e escrita que merecem ser destacadas. Dentre elas, no que tange à linguagem oral, que ela “é o meio lingüístico primordial dos seres humanos” e que “é basicamente através da comunicação oral que nos desenvolvemos como participantes de uma cultura” (p. 54). No documento, podemos perceber a argumentação sobre a relação entre os códigos oral e escrito no processo de alfabetização, quando ele afirma que “mesmo a aprendizagem da leitura e escrita depende do comentário oral sobre o texto” (Ribeiro, 2001: 54).

No que tange à linguagem escrita, o documento afirma que “vivendo numa sociedade letrada, mesmo os jovens e adultos que nunca passaram pela escola têm conhecimentos sobre a escrita” (Ribeiro, 2001: 55). Essas afirmações parecem demonstrar o entendimento de letramento diferentemente de alfabetização, mas considerados de forma interligada, bem como parecem considerar importantes tanto o código oral quanto o escrito. Neste sentido, essa perspectiva assemelha-se com a definição de letramento na abordagem sócio-histórica.

No entanto, além da supervalorização do código escrito nos princípios acima, causa-nos estranheza a afirmação feita na proposta curricular de que “[uma] característica importantíssima das formas de pensamento letrado (...) diz respeito à chamada metacognição, ou seja, à capacidade de tomar consciência das operações mentais, de pensar sobre o pensamento e, assim, poder controlá-lo melhor” (Ribeiro, 2001: 46).

Essa afirmação denota um entendimento de letramento coincidente com o modelo autônomo de letramento, ao qual Tfouni (1995) faz referência, onde a alfabetização é vista como “critério para estabelecer diferenças entre processos cognitivos e comunicacionais” (p. 36). Além do que, a afirmativa parece considerar que os alfabetizados, aqui sinônimo de escolarizados, teriam uma capacidade que os não-alfabetizados não poderiam ter, exceto se a adquirissem através da escolarização. Por essa afirmação, fica claro a “atitude grafocêntrica” da proposta curricular,

“onde a escrita aparece como uma ‘força superior’, que ‘combate’ e ‘triumfa’ sobre a oralidade” (Ewald, 1988 apud Tfouni, 1995: 36).

Entendemos oportuno uma referência ao “mito” da alfabetização que, segundo Gnerre (2003), seria uma “extrema valorização dos aspectos positivos da alfabetização, vista como o passo central num processo de “modernização” dos cidadãos” (p. 44). A partir dessa afirmação de Gnerre, parece-nos que a concepção de modernização estaria relacionada com a assimilação do padrão da classe dominante, no nosso caso, letrado. Destarte, o processo de alfabetização presente na proposta curricular, quando tem como elemento central do processo a formação de bons leitores e produtores de textos, assimilando o padrão da cultura dominante, poderia ser caracterizado como elemento de manutenção das relações de dominação, sob a ótica do capital, como já observamos nas argumentações de Giroux (1983), Bourdieu e Passeron (1975) e Lévi-Strauss (1974).

Para concluirmos a análise sobre os fundamentos e objetivos do programa EJA, e respondendo às perguntas orientadoras, verificamos que a base da proposta é uma abordagem grafocêntrica, onde a alfabetização é entendida como mecanismo de desenvolvimento de habilidades para um aperfeiçoamento da competência letrada, aqui vista como capacidade de leitura e escrita, partindo do conhecimento que o aluno já possui como membro de uma comunidade lingüística. O ponto positivo é a consideração do conhecimento que o alfabetizando já possui, ou seja, sua capacidade de expressar-se oralmente. No entanto, nos parece que essa capacidade deva ser reestruturada na direção do padrão da classe dominante, privilegiando o código escrito.

A partir da análise da proposta curricular, ficamos com a sensação de que seria necessária uma análise do material didático para dirimir algumas dúvidas acerca de como o processo de alfabetização está efetivamente sendo abordado. Entendemos, pois, que pode haver a possibilidade de os educadores não terem conhecimento das diretrizes curriculares, ou o terem superficialmente, enquanto que o material didático é instrumento de orientação da prática alfabetizadora desses educadores, ou pelo menos deveria sê-lo. Desta maneira, o conhecimento da abordagem sobre o processo de alfabetização presente no material didático é mais uma peça na tarefa de analisar o processo de alfabetização que deve realizar-se na sala de aula.

O MATERIAL DIDÁTICO

Tomamos por base para a análise do material didático, instrumento de orientação da prática alfabetizadora dos educadores do EJA, o material oferecido pelo Ministério da Educação – MEC, intitulado *Viver, aprender: educação de jovens e adultos* (Vóvio, 1998). Este material está organizado em quatro livros, cada um acompanhado pelo Guia do Educador. Desse conjunto, analisaremos o Guia do Educador referente ao Livro 1, mais especificamente a Introdução, e, desta, as partes denominadas *Dicas de como utilizar os livros desta coleção*, *Algumas idéias sobre o processo de alfabetização* e *A alfabetização matemática*.

Na apresentação do livro, temos a definição da clientela, isto é, jovens e adultos iniciando o processo de alfabetização, e do objetivo principal das atividades, qual seja, a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, incluindo a leitura de números (Vóvio, 1998: 03). As atividades do livro são organizadas por temáticas. No caso do material da nossa análise, o tema é a identidade do educando.

Vóvio (1998) justifica a escolha do tema porque considera “essencial promover o fortalecimento da auto-estima dos jovens e adultos que estão iniciando seu processo de alfabetização” (p. 03), e complementa, afirmando que:

Para que a leitura e escrita realmente lhes sirva de instrumento para melhorarem suas vidas e a sociedade em que vivem, esses alunos precisam reconhecer-se como cidadãos produtivos e criativos, capazes de aprender, donos de uma importante bagagem cultural, que pode ser enriquecida continuamente (Vóvio, 1998: 03).

Esta concepção de alfabetização é semelhante à proposta pelo MOBREAL, como atesta Matencio (1995), e enquadra-se nas características do modelo autônomo de letramento, apresentadas por Street (1989), onde a aquisição da leitura e escrita seria um meio de promoção de ‘civilização’, ‘liberdade individual’ e ‘mobilidade social’, dentre outras. Em outras palavras, o material didático pressupõe que sem a alfabetização as pessoas não teriam condições de reconhecerem-se cidadãos, e mais, criativos e produtivos.

Um outro aspecto importante que podemos notar no material didático é sua atitude grafocêntrica, onde a alfabetização é vista

como domínio da escrita, e esta usada como meio de desenvolvimento cognitivo, ou seja, como “instrumento para pensar e agir no mundo” e, por conseguinte, indispensável para desenvolver a capacidade das pessoas alfabetizadas de “entender melhor as coisas” (Vóvio, 1998: 06).

Esta mesma atitude grafocêntrica é observada na apresentação do conteúdo de matemática, onde a diferença entre a capacidade cognitiva de alfabetizados e não alfabetizados é reforçada na seguinte afirmação:

Sabe-se que o conhecimento matemático adquirido por jovens e adultos não escolarizados é de natureza prática e tem como característica marcante a eficiência para resolver problemas numa situação específica. Além disso, na maioria das vezes esses conhecimentos não são explicados verbalmente, não são registrados graficamente e tampouco generalizados, pois estão vinculados a uma situação particular (Vóvio, 1998: 18).

Mais uma vez, observamos a menção à questão da diferença na qualidade do pensamento entre letrados e não-letrados, isto é, alfabetizados e não-alfabetizados, a partir da afirmação sobre a natureza prática e contextualizada do conhecimento não-escolarizado. Este entendimento é reforçado quando lemos que uma das tarefas da alfabetização será “ajudar na passagem dos saberes práticos para um conhecimento que possa ser abstraído e generalizado para ser aplicável a muitas situações” (Vóvio, 1998: 19).

Essa diferenciação entre saberes e conhecimentos, estes, generalizados, abstratos e descontextualizados, aqueles, práticos e contextualizados, representam uma atitude grafocêntrica do material didático. Este pensamento coaduna-se com a afirmação de Bernstein (1973) sobre a natureza dos códigos elaborado e restrito e suas significações, onde, no código elaborado, teríamos significados que são “lingüísticamente explicitados e independentes do contexto, e, por isso, acessíveis a qualquer pessoa” e, no restrito, significados que “ficam, em grande parte, lingüísticamente implícitos, e são estreitamente vinculados ao contexto, de modo que só podem ser bem compreendidos por aqueles que participam do mesmo contexto” (p. 26).

A partir da análise dos princípios e objetivos do material didático, podemos verificar uma abordagem clássica da alfabetização, demonstrada na atitude grafocêntrica decorrente da

valorização simbólica da escrita, que resulta em uma ação de padronização dos sujeitos, quando toma por modelo a classe dominante e seus códigos, oral e escrito, e não valoriza o conhecimento que os alfabetizandos já possuem, agindo como instrumento de manutenção das relações de dominação. Esta abordagem torna-se mais clara ao respondermos as perguntas feitas sobre a relação que a proposta curricular e o material didático estabelecem entre texto oral e escrito, bem como sobre a forma como estes documentos tratam a competência letrada do alfabetizando. Lembrando que competência letrada é entendida, por nós, como a capacidade de produção textual dos sujeitos, verificada pela presença de elementos de coesão e coerência, tanto em textos escritos quanto orais.

Nos dois documentos analisados, não encontramos nenhuma alusão à importância do texto oral que os alunos já trazem consigo, como exemplos de textualidade, nos seus aspectos de coesão e coerência. Parece-nos que a produção discursiva desses alunos, antes de irem à escola, não teria relações de coesão entre as idéias formuladas, nem teria relação de adequação aos diversos contextos de produção desse discurso. Esta não alusão ao texto oral como instância de comunicação coesa e coerente se dá pelo fato de, além da atitude grafocêntrica presente nos dois documentos, a alfabetização ser entendida como o instrumento de desenvolvimento cognitivo e este, por sua vez, dependente da escolarização.

Acreditamos, porém, necessária uma análise que possa contemplar a relação de interação na sala de aula, onde tenhamos condições de observar as instâncias de argumentação entre professor-aluno e aluno-aluno, como forma de termos uma resposta mais conclusiva a respeito das funções e implicações do processo de alfabetização. Faz-se necessária, também, uma abordagem que traga a fala dos atores no processo de alfabetização, outra forma de entendermos com mais acuidade como está se dando esse processo e seus desdobramentos. Com isso, teríamos mais elementos para avaliar se a alfabetização estaria a serviço de uma formação de sujeitos adaptados à realidade ou engajados na transformação da realidade que os vê como “incapazes”.

A ENTREVISTA - REPRESENTAÇÕES

Como segundo momento do nosso trabalho, apresentamos a

análise da entrevista com a pessoa não-alfabetizada, Mariana¹⁰. Para tanto, foi feita uma entrevista semi-estruturada, onde foi perguntado: (1) se ela já havia freqüentado uma escola; (2) o que teria impossibilitado a alfabetização; (3) se a inabilidade de ler e escrever traria alguma dificuldade no seu dia-a-dia; (4) se sua vida poderia ser diferente caso ela fosse alfabetizada; (5) se gostaria de fazer um curso de alfabetização e o que gostaria de aprender.

Antes da apresentação da análise das respostas à entrevista, faremos uma exposição das representações relacionadas ao domínio da escrita e da leitura, habilidades desenvolvidas pela alfabetização, com base em Gee (1990), Kress (1979), Matencio (1995) e Tfouni (1995). A noção de representação referida neste trabalho, diz respeito a dois conceitos diferentes, porém interligados. O primeiro refere-se às adjetivações que predicam todas as coisas e pessoas, resultando em uma imagem concreta - real e/ou virtual, consoante com a definição filosófica apresentada por Ferreira (s/d), qual seja, um "conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória e pelo pensamento" (p. 1220). O segundo conceito, por seu turno, refere-se à "reprodução daquilo que se pensa" (Ferreira, s/d: 1220).

Estes conceitos estão interligados, ou seja, complementam-se, no sentido de que a reprodução é feita com base nos conteúdos concretos apreendidos por cada um de nós a partir dos diversos eventos vivenciados. Por exemplo, no caso da Mariana, verificamos que sua representação de não-alfabetizada como 'sem inteligência' (vide EXCERTO 4 – linha 104) é uma imagem concreta, que, por sua vez, pode ter sido construída, por ela, com base na sua apreensão das diversas adjetivações negativas referidas à condição de não-alfabetizada, as quais resultam na representação que a sociedade faz acerca do analfabeto.

Gee (1990), ao referir-se ao mito do letramento, entendido numa perspectiva tradicional como as habilidades para escrever e ler, afirma que "tem sido aceito por séculos que o letramento proporciona habilidades cognitivas de ordem superior, com pensamentos mais analíticos e lógicos, em relação a culturas orais" (p. 38). O mesmo entendimento é apresentado por Tfouni (1995), quando discute sobre o modelo autônomo de letramento, onde a autora afirma que "a alfabetização [é vista] como critério para estabelecer diferenças entre processos cognitivos e comunicacionais (...) entre aqueles que não sabem ler e escrever e

¹⁰ O nome da entrevistada foi modificado para preservar seu anonimato.

aqueles que sabem” (p.36). Observamos, portanto, uma supervalorização da escrita em relação à oralidade, justificada por uma propriedade de desenvolvimento cognitivo atrelada ao domínio da escrita.

Em decorrência dessa perspectiva grafocêntrica, oriunda da reificação da escrita, Kress (1979) aponta para uma estigmatização, pelos próprios não-alfabetizados, em virtude de suas inabilidades para ler e escrever (p. 46). Essa mesma estigmatização em relação ao não-alfabetizado é vista por Matencio (1995), ao analisar a representação do analfabetismo feita pela mídia, que mostra o analfabeto como um não-homem ou uma não-pessoa, ou seja, um “*sujeito menor*” (p. 269).

Passemos, então, às respostas à entrevista¹¹. Ao responder a primeira pergunta, Mariana afirma ter tido duas experiências escolares: a primeira, quando tinha três anos, por um período de dois anos; a segunda, ainda adolescente, porém sem a precisão do tempo de permanência na escola. Dentre as razões para sua não-permanência na escola, impossibilitando a aquisição das habilidades para ler e escrever, ela alega, em relação ao primeiro momento, a preferência pela brincadeira e pelas diversões (excerto 1)¹². Quanto ao segundo momento, podemos notar uma atitude de desvalorização da escola, pelo menos naquele momento (excerto 2).

(1)

032 Cláudia – tá. (0.8) aí mariana, é::, o quê que foi que (.) que atrapalhou tu aprender ler=

033 C – = e escrever, tu sabe? tem uma coisa só, ou tem mais de uma coisa? (1.1)

034 Mariana – foi só a brincadeira, (0.6) e as diversões, só.

035 C – é:?

036 M – só.

¹¹ Agradecemos à informante pela disponibilidade de participar, respondendo as perguntas, bem como à entrevistadora, Conceição Citó, pelo registro da entrevista.

¹² As linhas referem-se à transcrição da entrevista de acordo com as convenções de transcrição em Garcez (2006).

(2)

072 C – aí deixou de estudar quan- grande:, por que? (1.1)

073 M – porque:, todo dia eu ficava só no meio da rua, aí eu não pensava na =

074 M – = escola.

Na resposta à terceira pergunta, se a inabilidade de ler e escrever traria alguma dificuldade no seu dia-a-dia, Mariana apresenta respostas contraditórias, como vemos no excerto (3).

(3)

044 C – ah tá bom. (.) e aí, (.) assim, o (.) o fato de tu num saber ler e escrever, =

045 C – = te atrapalha em alguma coisa?

046 M – não.

047 C – não, num atra[palha em nada? tu sente:, falta (.) de ler e escrever =

048 M – [não.

049 C – = pra alguma coisa?

050 M – sinto, muita falta.

051 C – pro- por que?

052 M – porque eu não tenho assim, não tem pessoa que me ensine, eu quero =

053 M – = aprender, não tem,

054 C – uhm. mas aí se tu for fazer alguma coisa atrapalha, tu:, (.) num saber ler e =

055 C – = escrever, faz falta?

056 M – faz.

057 C – tu lembra de uma coisa, assim? (1.7)

058 M – não.

Quando perguntada se o fato de não saber ler e escrever atrapalharia em alguma coisa na sua vida (linhas 044-045), Mariana responde que não (046). Porém, com a reestruturação da pergunta e ao ser perguntado se ela sentiria falta de saber ler e escrever (047/049), ela responde que sente muita falta por não ter quem a ensine, o que ela quer muito (052-053). Na continuação da entrevista, é perguntado a Mariana como ela faz para executar tarefas que necessitariam saber ler e escrever, tais como, pegar ônibus ou tomar um medicamento, no que ela responde que pede ajuda a outras pessoas (linhas 075-087). Essa atitude de dependência a outras pessoas não parece ser vista como problemática para Mariana, demonstrando uma aceitação passiva da sua condição de 'inferioridade'.

Em seguida, ao ser perguntado se sua vida poderia ser diferente caso ela fosse alfabetizada, Mariana faz uma revelação surpreendente sobre a representação de si mesma devido ao fato de não saber ler e escrever (excerto 4).

(4)

088 C – [é, né? (1.4)<tá:: e assim,
o quê que tu =

089 C – = acha importante assim pra:: (0.9) pra::,> se tivesse um
curso, pra =

090 C – = alfabetização de adulto, né, de gente grande, o quê que tu
acha que devia =

100 C – = ser importante, num curso de alfabetização?

101 M – aprender a ler, (1.3) ((a pronúncia tem uma característica de
super correção)) =

102 M – = e ser uma:, uma pessoa muito inteligente.

103 C – é? e tu, tu num se acha inteligente não?

104 M – não, porque eu num sei ler, (0.8) eu não me acho.

A resposta dada por ela mostra uma representação negativa de si mesma, isto é, a própria imagem como a de uma pessoa sem inteligência em virtude de não saber ler (102/104). A partir das

respostas de Mariana, verificamos que a representação que ela faz de si mesma é reflexo da valorização simbólica que a sociedade faz da alfabetização, baseada na habilidade de ler e escrever.

CONCLUSÃO

Na comparação entre a visão dos documentos que fundamentam o programa EJA e a visão da Mariana, uma pessoa não-alfabetizada, observamos uma coincidência de representações e valorações em relação à habilidade, ou não, para ler e escrever. A visão do programa, como já apresentamos na análise da proposta curricular e do material didático, é a de que através da alfabetização, entendida como habilidade de ler e escrever, haveria o desenvolvimento de processos cognitivos qualitativamente superiores em pessoa letradas e não-letradas. Essa mesma visão, não surpreendentemente, é assumida por Mariana, que se vê como menos inteligente em face de não saber ler e escrever. Em suma, observamos a presença da estigmatização, tanto individual quanto social (Cf. KRESS, 1979).

Ao lermos os documentos do programa EJA e ouvirmos a voz de Mariana na entrevista, temos a sensação de uma única voz: a da discriminação face às pessoas que não sabem ler e escrever, mesmo que essas pessoas tenham uma vida cheia de sentidos, tanto pra si quanto para os que com elas convivem. Nessa voz podemos identificar um instrumento de dominação das elites, estas alfabetizadas, sobre as classes menos favorecidas, exercida pela valorização simbólica da habilidade de ler e escrever como sinônimo de 'civildade', 'desenvolvimento cognitivo' e 'criticidade'.

Fica, então, a pergunta: como podemos usar o processo de alfabetização como instrumento de (trans)formação da representação das pessoas não-alfabetizadas e, conseqüentemente, transformação de sua situação de dominados?

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa, 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, s/d.
- GARCEZ, Pedro M. *A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento*. Calidoscópio, vol. 4, nº 1, p. 66-80, 2006.
- GEE, James Paul. *Sociolinguistics and literacies*. London: The Falmer Press, 1990.

- GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KRESS, Gunther. *The social values of speech and writing*. In: R. Fowler et al. Language and control. Routledge/Kegan Paul, p. 46-62, 1979.
- MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Analfabetismo na mídia: Conceitos e imagens sobre o letramento*. In: Angela Kleiman (Org.), Os significados do letramento. Campinas-SP: Mercado de Letras, p. 239-266, 1995.
- RIBEIRO, Vera Maria Masagão. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental – proposta curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa, 2001.
- SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.
- VÓVIO, Cláudia Lemos (Coord.). Viver, aprender: educação de jovens e adultos. São Paulo: Ação Educativa, 1998.

CONHEÇA OS OUTROS PERIÓDICOS DA UFRR.

CADERNOS DE EXTENSÃO

Revista da Pró-Reitoria de Extensão
Publicação semestral

ACTA Geográfica

Revista do Instituto de Geociências – IGeo
Publicação Semestral

LANÇAMENTO EM 2007:

Revista do NUHSA

– Núcleo Histórico Socioambiental –



A DISCUSSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ABORDAGEM CULTURAL

Rafael da Silva Oliveira*

RESUMO

O conceito de paisagem, no âmbito da ciência geográfica, possui importante serventia no discurso da ciência em tela, pois juntamente com as categorias de espaço, território, lugar e região constituem os cinco conceitos-chave deste ramo do conhecimento.

Isto posto, o presente artigo busca apresentar alguns estudos relevantes na elucidação do entendimento acerca do conceito de paisagem, desde as primeiras décadas do século XX até o momento hodierno, a partir da perspectiva cultural. Cumpre mencionar que o conceito de paisagem possui, no cerne do pensamento geográfico, um caráter polissêmico, sendo que neste *paper* prenderemos nossa atenção apenas dentro da visão supramencionada.

Palavras-chave: paisagem – abordagem cultural – geografia.

* Professor Assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Roraima – UFRR; mestre em Ordenamento Territorial e Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – UFF.

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica possui cinco conceitos-chave, a saber: espaço, lugar, território, paisagem e região (CORRÊA, 1995). Tais conceitos contribuem na instrumentalização do discurso da geografia como, também, inclinam suas interpretações a partir de uma preocupação e objetivo específicos: o espaço geográfico. Tais conceitos-chave além de municiar o estudo do referido ramo do conhecimento marca as especificidades da contribuição desta ciência em relação as demais.

Neste sentido, torna-se indubitável o conhecimento das distintas posturas reflexivas existentes no cerne de cada conceito-chave, facilitando assim o entendimento da realidade a partir do olhar geográfico. Isto posto, pretendemos, no artigo em xeque, esboçar reflexões concernentes a alguns estudos de importante relevância para a compreensão do conceito de paisagem.

Cumprir mencionar que o debate acerca do conceito de paisagem possui característica plural, não sendo minorado a nenhuma perspectiva ou interpretação determinante, por isso é de suma relevância sinalizarmos que no artigo em tela nos ateremos somente ao debate a partir da abordagem cultural da geografia.

Para atingirmos tais pretensões sub-dividimos nosso artigo em dois itens, a saber: I – Panorama da discussão do conceito de paisagem na Geografia: uma apresentação ao longo do século XX e; II – Sistematizando as idéias: de Carl Ortwin Sauer ao atual debate fenomenológico do conceito de paisagem.

No primeiro item, intitulado “Panorama da discussão do conceito de paisagem na Geografia: uma apresentação ao longo do século XX”, procuramos externar algumas das principais contribuições científicas concernente ao debate de paisagem, desde o início do século XX até a década de 1980, pois a partir dos autores elencados conseguiremos ter uma compreensão dos avanços epistemológicos que o referido conceito sofreu. No tocante ao segundo item, “Sistematizando as idéias: de Carl Ortwin Sauer ao atual debate fenomenológico do conceito de paisagem”, buscamos estabelecer algumas relações entre os autores apresentados no primeiro item, sistematizando suas principais concepções teóricas com a evolução do pensamento geográfico. Outra questão discutida no referido item diz respeito ao resgate da discussão do aporte fenomenológico no estudo da paisagem, sobretudo nas três últimas décadas.

PANORAMA DA DISCUSSÃO DO CONCEITO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA: UMA APRESENTAÇÃO AO LONGO DO SÉCULO XX

O referido item busca tratar de algumas abordagens de paisagem, a partir da perspectiva cultural, ao longo de diferentes momentos da história do pensamento geográfico. Nosso objetivo é destacar os avanços epistemológicos e as mudanças teóricas evidenciadas ao longo do debate sobre a paisagem no cerne da geografia.

Sauer (1998)¹, em artigo intitulado “A morfologia da paisagem”, apresenta pertinente contribuição no tocante a discussão de paisagem, pois além de refutar a visão determinista hegemônica da geografia anglo-saxônica na época de sua publicação original, o mesmo introduz em suas reflexões a importância da cultura na compreensão da paisagem, antecipando assim a chamada Geografia Cultural.

O referido autor aponta que a paisagem deve ser entendida como possuidora de uma qualidade orgânica, cuja estrutura e função são determinadas por formas que se apresentam integradas e dependentes, sendo a mesma uma identidade que é forjada a partir da formação do reconhecimento, dos limites e do relacionamento genérico com outras paisagens. Sauer (1998:24) avança suas reflexões afirmando que *“a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais”*.

A paisagem geográfica não é mais vista como apenas um conjunto de elementos naturais, sendo inserido, assim, os aspectos culturais inculcados em uma dada área, estando esses, também, “em relevo” por aquele que o observa. Neste sentido, percebe-se que Sauer (1998), atenta que as ações humanas implicam em marcas que são impressas nas paisagens, tendo o tempo como variante a ser destacada, pois, as obras do homem através dos caminhos de uma dada cultura, mudam ao longo do tempo, tendo seu reflexo na paisagem.

Convém evidenciar que a paisagem cultural é vista como o resultado da ação do homem sobre a paisagem natural. Sauer (1998:43) possui postura enfática ao ressaltar as modificações da

¹ Publicado originalmente como “The Morphology of landscape”. In.: *Publications in Geography*, University of California, vol.2, nº2, 1925. pp.19-54.

paisagem no decorrer do tempo: “a paisagem cultural então é sujeita a mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas”.

Sauer (1998) deixa claro, em sua obra, que não importa para o geógrafo se preocupar com os costumes, crenças e ritmos do homem, importando apenas as marcas do mesmo na paisagem.

Bobek & Schmithüsen (1998:75)², apresentando discussão pautada nas questões de ordem ambiental e estabelecendo análise salutar no que tange a interferência humana na paisagem, apontam:

a Geografia não se limita à observação e à descrição do visível, ainda que parta delas, mas pretende compreender a natureza do conjunto dos elementos constitutivos do âmbito que, com certa impropriedade, se denomina superfície terrestre.

Os referidos autores apontam três elementos que constituem a essência do que os mesmos denominam, cautelosamente, de superfície terrestre, a saber:

- i) os fenômenos espaciais, materiais e perceptíveis – diz respeito a estrutura, em sua materialidade, ou seja, a forma em que se apresenta;
- ii) as relações que ocorrem de forma associada, não sendo percebido visualmente de maneira imediata em todas as partes de sua totalidade e;
- iii) a temporalidade e sua postura sucessiva, pois se realiza no presente e condiciona/projeta o futuro.

Bobek & Schmithüsen (1998:77), discorrendo acerca dos elementos supracitados, sendo estes repletos de complexidade no que tange o objeto de estudo geográfico, esclarecem que “os elementos correspondentes aos três mundos estão no objeto geográfico, não somente justapostos ou interconectados, mas essencialmente integrados”.

Neste contexto, Bobek & Schmithüsen (1998:77-78) traçam discussão concernente a paisagem, apresentando sucinta, porém aprofundada, reflexão sistematizando esta com os elementos em tela, afirmando:

² Publicado originalmente como “Die Landschaftsbegriff in logischen System der Geographie”. In.: *Erdkunde*, 2-3, 1949. pp.112-120.

paisagem no decorrer do tempo: “a paisagem cultural então é sujeita a mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas”.

Sauer (1998) deixa claro, em sua obra, que não importa para o geógrafo se preocupar com os costumes, crenças e ritmos do homem, importando apenas as marcas do mesmo na paisagem.

Bobek & Schmithüsen (1998:75)², apresentando discussão pautada nas questões de ordem ambiental e estabelecendo análise salutar no que tange a interferência humana na paisagem, apontam:

a Geografia não se limita à observação e à descrição do visível, ainda que parta delas, mas pretende compreender a natureza do conjunto dos elementos constitutivos do âmbito que, com certa impropriedade, se denomina superfície terrestre.

Os referidos autores apontam três elementos que constituem a essência do que os mesmos denominam, cautelosamente, de superfície terrestre, a saber:

- i) os fenômenos espaciais, materiais e perceptíveis – diz respeito a estrutura, em sua materialidade, ou seja, a forma em que se apresenta;
- ii) as relações que ocorrem de forma associada, não sendo percebido visualmente de maneira imediata em todas as partes de sua totalidade e;
- iii) a temporalidade e sua postura sucessiva, pois se realiza no presente e condiciona/projeta o futuro.

Bobek & Schmithüsen (1998:77), discorrendo acerca dos elementos supracitados, sendo estes repletos de complexidade no que tange o objeto de estudo geográfico, esclarecem que “os elementos correspondentes aos três mundos estão no objeto geográfico, não somente justapostos ou interconectados, mas essencialmente integrados”.

Neste contexto, Bobek & Schmithüsen (1998:77-78) traçam discussão concernente a paisagem, apresentando sucinta, porém aprofundada, reflexão sistematizando esta com os elementos em tela, afirmando:

² Publicado originalmente como “Die Landschaftsbegriff in logischen System der Geographie”. In.: *Erdkunde*, 2-3, 1949. pp.112-120.

a Geografia da paisagem procede de forma normativa ou nomotética, comparando as distintas partes da superfície terrestre e ordenando-as em tipos e gêneros, fazendo abstrações de suas peculiaridades individuais. Esta classe de unidades, definidas com base em sua aparência fenomênica, em sua trama de relações e em seu desenvolvimento histórico, denomina-se paisagem, independentemente de seu nível dimensional.

Isto posto, os autores em tela apontam o homem como o detentor do maior grau de potencialidade no que tange as interferências, modificações e influências do meio. Bobek & Schmithüsen (1998:82), evidenciam esta característica humana, sublinhando que

se o mundo biológico não-humano já é capaz de modificar o seu meio, esta capacidade no homem é enorme uma vez que pode atuar de forma consciente e racional. Os complexos bióticos pouco estáveis e integrados da paisagem natural não resistem ao ataque do homem; um pouco mais resistente aos seus impactos são aqueles (complexos) dotados de maior estabilidade. Mas, inclusive, nas comunidades mais fortemente integradas de plantas e animais, o homem intervém por meio do cultivo e da domesticação. As biocenoses naturais são substituídas por biocenoses artificiais nas quais verifica-se o mais alto grau de integração entre a natureza e o homem, chegando-se ao que se denomina paisagem cultural.

Neste sentido, a paisagem para que possa ser considerada de cunho cultural, segundo os autores, tem como fator de relevância decisiva sua fisionomia, pois esta deve possuir elementos espaciais que evidenciem as ações dos grupos que encontram-se organizados no seio da sociedade.

Troll (1996:1)³, em artigo intitulado “A paisagem geográfica e sua investigação”, deixa explícito nas linhas iniciais que a tarefa hodierna do geógrafo é buscar ressaltar, de forma mais contundente, as características e a concordância causal de suas diversas partes, destacando:

³ Publicado originalmente como “Die geographische Landschaft und ihre Erforschung”. In.: *Stadium Generale*, 4/5, 1950. pp.163-181.

a tendência é cada vez maior em se considerar a paisagem como uma unidade orgânica e estudá-la no ritmo temporal e espacial de seus numerosos e diversos fatores. [...] Levanta-se também a questão da paisagem ser algo mais que a soma dos objetos geográficos, ou seja, uma totalidade ou uma configuração.

Neste âmbito, buscando estabelecer reflexão concernente a dinâmica temporal da paisagem, compara a desenvoltura da interferência/modificação da paisagem natural com a da paisagem econômica, afirmando que

todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Mas enquanto as paisagens naturais só variam em um ritmo secular ou geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa, de geração em geração e, inclusive, durante a própria observação do geógrafo (TROLL, 1996:3).

Ao discutir a estrutura e a divisão da paisagem nas suas diversas escalas, o autor se apropria da denominação *ecótopo*⁴ para designar os pequenos espaços de uma paisagem, entendidas, também, como divisões mínimas da paisagem geográfica. Troll (1996:7) atenta que

quando se analisa a estrutura interna da paisagem apreende-se a lógica que é atribuir-lhe um caráter de conjunto, de totalidade, e não a um elemento da paisagem, mas todo o ecótopo. Porque da união espacial dos diferentes elementos da paisagem em um ecótopo não surge somente uma configuração, mas um conjunto harmonioso formado por componentes que se ajudam mutuamente e que não podem existir por si mesmos.

Neste contexto, Troll (1996), ressalta que ao analisar a paisagem, deve-se ter cautela, para que não se tenha realidades parciais, limitadas, pois no seio do ecótopo se produz uma gama de interações entre os diferentes elementos da paisagem, sendo papel

⁴ “O ecologista inglês A. G. Tansley já utilizava, em 1939, o termo *ecótopo*, ao mesmo tempo em que os autores russos começavam a falar de *unidades topo-ecológicas*. K. H. Paffen propôs que em alemão se utilizasse a expressão *célula da paisagem*” (TROLL, 1996:5).

do geógrafo estar atento para esta multiplicidade de interações.

Meinig (2002:35)⁵, edificando raciocínio sobre as diversas variáveis subjetivas estimuladas pela paisagem, aponta que

cada qual, a seu turno, descreverá a paisagem (aquela parte do espaço que é vista de um único ponto, define o dicionário), detalhando sua composição e falando algo sobre o significado do que pode ser visto. Ficará logo evidente que mesmo que nos juntemos e que olhemos para a mesma direção, no mesmo instante, não veremos – não poderemos ver – a mesma paisagem. [...] Qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes.

O referido autor busca elucidar tal análise apresentando diferentes chaves interpretativas de uma mesma cena, ratificando o alto teor complexo-subjetivo que a paisagem estimula, pois cada indivíduo pode esboçar entendimento ou considerações distintas de uma mesma cena, tendo como aporte reflexivo sua vivência, não se preocupando com os elementos, mas com sua essência, organizando idéias e delegando sentido aquilo que aparece. Sendo assim, Meinig (2002) estrutura dez versões de análise para a paisagem, a saber: a paisagem como natureza; a paisagem como habitat; a paisagem como artefato; a paisagem como sistema; a paisagem como problema; a paisagem como riqueza; a paisagem como ideologia; a paisagem como história; a paisagem como lugar e a paisagem como estética.

Na paisagem como natureza, segundo Meinig (2002), as atividades humanas perdem relevância quando comparadas com os feitos da natureza, cujo poder das marés e das tormentas apresentam a pujança da natureza onde o homem, em meio a imensidão do céu e da terra, aparece minuscilamente efêmero, até mesmo os seus imponentes arranha-céus são insignificantes diante da magnitude da natureza.

A paisagem vista como habitat é entendida como *“uma porção da Terra como lar do homem”* (MEINIG, 2002:37). Diante desta dimensão, a paisagem é identificada a partir do princípio cultural de identificação e pertencimento, sendo esta a mescla entre o homem e a natureza, modificando-a, alterando-a e adaptando-a as suas aspirações e desejos.

⁵ Publicado originalmente em “Landscape Architecture”, vol.66, 1976. pp.47-54.

A paisagem sendo observada como artefato surpervaloriza as marcas do homem, sendo a natureza apenas o suporte dos feitos humanos. Neste sentido, a superfície terrestre foi modificada dando passagem às pedreiras, túneis, barragens, pavimentações, entre outros. Meinig (2002:38) discorre sobre a questão, afirmando:

a Terra é uma plataforma, mas tudo é resultado da ação humana e desse modo não podem ser encontrados fragmentos da natureza primitiva. Os solos, as árvores, os rios não são *natureza* distinta do homem, eles são criações profundamente humanas: solos alterados pela agricultura, ceifa, queimada, adubação, fertilização, drenagem; florestas derrubadas e queimadas e toda a complexa mudança causada pela associação de novas espécies; rios assoreados, canalizados, seu regime afetado por uma miríade de mudanças em suas cabeceiras.

Concernente a paisagem como sistema, todos os elementos constituintes da superfície da Terra estão relacionados com uma ordem sistêmica maior, onde o rio não é visto apenas como um simples rio e sim como parte de um ciclo hidrológico, priorizando o entendimento integral dos fenômenos. Sendo assim, o autor apresenta o potencial holístico que uma paisagem pode conduzir nossa visão, cujo homem é, indubitavelmente, uma parte inelutável desse sistema maior.

A paisagem também pode ser entendida como problema, mas não da busca insaciável do campo científico em ampliar seu conhecimento sobre uma dada área para melhorar sua compreensão da mesma, mas como um desejo de insatisfação ou, melhor seria, de correção das paisagens vistas, pelo indivíduo, como inadequadas. Esta postura apresenta-se diante de uma pessoa através de uma floresta queimada, da poluição industrial, do lixo, dos rios assoreados, congestionamentos, onde diante de nós, a partir de cada subjetividade individual, surge uma “desordem” que clama por mudança, visando uma “ordem”.

Diante da multiplicidade de “visões” e subjetividades que as paisagens proporcionam, elas podem se apresentar como sinônimo de riqueza, pois há aqueles que vêm uma cena buscando atribuir valor a tudo que é vislumbrado. Tal visão tem serventia para o especulador ou empreendedor e, de certa maneira, para o paisagista, sendo muito utilizada para avaliar o valor das propriedades e seu entorno, considerando a localização, a

vizinhança, a acessibilidade e sua projeção para o futuro.

A paisagem como ideologia é vista como inspiração para compreender e para mudar a mesma, sendo necessário modificar as idéias que dão a sustentabilidade ao que foi criado e que surge diante de nós. Sendo assim, a paisagem sob este prisma é encarada como um olhar profundamente concentrado em compreender a essência daquilo que é corpóreo.

A história também é percebida através das cenas captadas pelo observador, pois neste âmbito a paisagem representa a conjugação de diversos momentos temporais, desde o hodierno até as marcas pretéritas, sendo um registro que representa atividades antrópicas e naturais em um dado lugar. Meinig (2002) prossegue chamando atenção que o crucial neste entendimento é a cronologia, sendo esta um suporte sobre o qual a história se constrói. Cumpre ressaltar que a paisagem visível não é um completo registro historiográfico, porém instrumentaliza e fornece subsídios para que através da inferência venha a eclodir muito mais dados que um simples olhar casual.

O lugar pode também ser um outro sentido a ser atribuído a paisagem, pois a cena observada representa uma localidade, sendo um fragmento, um recorte da totalidade. Tal paisagem abrange nossas vivências, aguçando o desejo para os detalhes e nuances do campo de relação visual. *“Tal observador procura apreender os aspectos comuns para apreciar o sabor de tudo o que encontra”* (MEINIG, 2002:44).

E, por fim, a paisagem aparecendo com o sentido de estética. Neste momento é valorizado as feições e os traços específicos buscando aflorar as qualidades artísticas. Convém registrar que as “qualidades artísticas” apresentam diversos níveis, variedades e entendimentos, sendo para cada indivíduo e/ou artista buscar extrair e selecionar as representações captadas, liquefazendo para a linguagem o entendimento básico da arte, buscando valorar cor, textura, simetria, equilíbrio, formas, trazendo um caráter interminável de visões, versões e variações.

Berque (1998)⁶, nos aponta o caráter gemino que a paisagem possui, pois a mesma se apresenta como marca, pois expressa os traços de uma civilização, e, também, como matriz, porque condiciona a existência humana, canalizando, de certo modo, as

⁶ Publicado originalmente como “Paysage-Empreinte, Paysage-Matrice: Elements de Problematique Pour Une Géographie Culturelle”. In.: *L'Espace Géographique* 13 (1), 1984.

relações de uma dada sociedade com o espaço e com a natureza. Sendo assim, afirma:

é preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc (BERQUE, 1998:86).

Cosgrove (1998:98)⁷ apresenta análise sobre a paisagem, pautando-se nas diferentes simbologias que podem ser atribuídas a mesma, sendo compreendida como uma “maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena, em uma unidade visual.”

O autor em tela nos apresenta dois tipos de paisagens geográficas, a saber: i) paisagem da cultura dominante e; ii) paisagens alternativas – residuais, emergentes e excluídas.

Isto posto, convém ressaltar que as paisagens possuem significados simbólicos, pois são frutos da apropriação e modificação do meio ambiente do homem.

Concernente a paisagem da cultura dominante, esta é discutida pelo autor como sendo as que representam poder de um grupo sobre outros. Entretanto, o poder não é visto no seu sentido *stricto*, ou seja, estando limitada apenas no controle do modo de vida, e, sim, a partir de uma compreensão *lato sensu*, onde são determinados, a partir de seus próprios valores, a permanência e reprodução do poder, através de sua capacidade de projeção e comunicação, tornando-se um reflexo ideal da realidade de cada um.

Outro tipo de paisagem geográfica, abordado pelo autor em tela, diz respeito às alternativas, cuja visibilidade não possui tanta pujança quando comparada com as dominantes. Torna-se pertinente ressaltar que, dependendo da escala de análise, uma cultura subordinada e/ou alternativa pode parecer dominante,

⁷ Publicado originalmente em “Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes”. In: GREGORY, D. e WALFORD, R. (orgs.). *Horizons in Human Geography*. London: Macmillan, 1989. pp.118-135.

podendo ser exemplificada através dos grupos étnicos que dominam cidades, bairros, ruas. Convém frisar que “*por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial*” (COSGROVE, 1998:117). Sendo assim, as culturas alternativas podem ser divididas em residuais, emergentes e excluídas.

As residuais aparecem na paisagem quase sem o seu significado original, sendo, em alguns momentos, desprovidas de qualquer significado. Cosgrove (1998:117), discorre que:

os geógrafos há muito têm interesse por paisagens relíquias, usando-as geralmente como pistas para a reconstrução de antigas geografias. Mas, como ocorre com todos os documentos históricos, é difícil recuperar o significado de tais formas para os que as produziram e, na verdade, a interpretação que fazemos deles nos diz tanto sobre nós mesmos e nossas suposições culturais quanto sobre seu significado original.

No que tange as emergentes, são aquelas muito efêmeras, com um impacto temporal relativamente curto sobre a paisagem. Cosgrove (1998:119), em meio a outros exemplos, busca elucidação sobre a questão exemplificando através do movimento *hippie* dos anos 60, pois este apareceu como um “*desafio à cultura dominante existente, uma visão de futuros alternativos possíveis*”. E, por fim, as excluídas, exemplificado pelo grafite das gangs de rua, grupos gays, prostitutas, entre outros.

SISTEMATIZANDO AS IDÉIAS: DE CARL ORTWIN SAUER AO ATUAL DEBATE FENOMENOLÓGICO DO CONCEITO DE PAISAGEM

Neste momento, torna-se pertinente registrar algumas reflexões sistematizadas sobre os autores supracitados. Primeiramente, cumpre frisar que as obras de Sauer (1998); Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996) possuem padrão analítico distinto quando comparadas com os artigos de Meinig (2002); Berque (1998) e; Cosgrove (1998), tendo em vista que os três primeiros artigos são característicos da fase anterior a 1970, ainda pautando-se fortemente na raiz positivista, ao passo que, os três posteriores são estruturados durante outro momento predominante após 1970 de cunho pós-positivista.

Isto posto, torna-se indubitável que, apesar dos avanços e contribuições, Sauer (1998), Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996), apresentam abordagens que refutam a preocupação em torno dos costumes, crenças e ritmos do homem, importando assim apenas os registros visualizados na paisagem, em contraponto, Meinig (2002), Berque (1998) e Cosgrove (1998), apresentam reflexões preocupando-se, também, com as características ignoradas pelos autores anteriores.

Os autores em tela abordam a paisagem, em meio as suas pretensões epistemológicas, como um registro cultural dos diferentes grupos de uma sociedade. Berque (1998) reflete sobre a presente questão, abordando a paisagem como uma marca que é registrada nas paisagens que propiciam vestígios, traços ou impressões de uma civilização; enquanto Cosgrove (1998), interpreta a paisagem como o caminho do qual os grupos transmitem seu significado simbólico, aparecendo como reflexo da cultura dominante, residual, emergente e/ou excluída.

Sauer (1998), apresentando diferenciações entre o entendimento de paisagem natural e cultural, sendo a segunda resultado da ação que os homens impuseram sobre a paisagem natural, ressalta que esta se apresenta em constante mudança devido às modificações ocorridas na cultura de um grupo ou, até mesmo, pela própria substituição dos condicionantes culturais.

Bobek & Schmithüsen (1998) e Troll (1996), ambos recorrendo a partir de diferentes prismas reflexivos, abordam que a atuação do homem, buscando atingir seus objetivos, modifica o meio natural, cujas atuações e interferências humanas na paisagem ocorrem de forma mais acelerada quando comparadas com as modificações das paisagens naturais que ocorrem em ritmo secular ou geológico.

Em contrapartida, Meinig (2002), em seu artigo, desvela as diversas possibilidades de análise que uma paisagem pode sofrer, onde a mesma assume múltiplos significados, dependendo, exclusivamente, da relação entre aquele que observa e o que está sendo observado.

Ainda sobre a subjetividade individual em relação a paisagem, Cosgrove (1998) nos aponta que a paisagem seria uma “maneira de ver”, enquanto Meinig (2002) contribui discorrendo que esta “maneira de ver” é individualizada por aquele que observa, atribuindo assim significados distintos, ou seja, apesar da mesma paisagem estar diante dos olhos de um grupo, esta mesma

paisagem estimula subjetividades particulares em cada indivíduo que a observa, pois “qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG, 2002:35).

Outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito ao pioneirismo do estudo de Sauer (1998) ao propor a aplicação do método fenomenológico no estudo de paisagem. Tal proposta ficou sem interlocutor durante décadas, sendo resgatada nas últimas décadas por alguns teóricos da geografia cultural como veremos a seguir.

Cumprir registrar que, entre outros, Holzer (1999) e Melo (2001) edificaram reflexões, buscando aplicar as diversas contribuições de paisagem em seus estudos empíricos, ressaltando a importância/relevância do método fenomenológico.

Holzer (1999), trabalhando explicitamente com o método fenomenológico, apresenta algumas entradas reflexivas, fertilizando ainda mais o caráter plural que permeia o conceito de paisagem. O mesmo elucida alguns entraves epistêmicos retomando a discussão do conceito em tela na dimensão cultural do pensamento geográfico. Holzer (1999:150) nos evidencia suas pretensões ao afirmar:

a questão central desse texto, então, trata da associação do interesse renovado sobre o conceito de *paisagem* por variados coletivos de geógrafos com a retomada da dimensão cultural na geografia e, em termos mais amplos, do próprio questionamento dos fundamentos conceituais do pensamento moderno.

Para atingir suas aspirações acadêmicas, nos acorda fazendo triagem para determinados coletivos, em especial as discussões travadas principalmente pelos geógrafos franceses e anglo-saxões, sendo estes os que, nos últimos trinta anos, vem se preocupando explicitamente com o tema, reestruturando a geografia e edificando raciocínio a partir de novas bases teórico-conceituais.

Holzer (1999) apresenta esforço inicial em clarificar as distinções entre o entendimento acerca do conceito “paisagem” para o senso comum – estes entendem como uma porção do espaço que pode ser observada com um golpe de vista – e para os geógrafos que sempre se esforçaram para produzir suas próprias reflexões conceituais, sem cair na armadilha reducionista do senso comum como encontramos explicitados nos dicionários até hoje.

Holzer (1999) começa a apresentar o pluralismo conceitual de paisagem remetendo-se aos naturalistas românticos, como, por exemplo, Humboldt. Pioneiros nesta discussão, estes se esforçaram para associar a “paisagem” as áreas relativamente expressivas que apresentavam características físicas e culturais que além de expressarem uma homogeneização a individualizam.

A partir das análises dos naturalistas surgiram diversas interpretações, porém o autor delega Carl O. Sauer como o mais importante difusor deste conceito geográfico, pois este estruturou as características mais marcantes, atribuindo a Sauer a primazia no que tange a corporeificação do arcabouço temático da geografia cultural.

Sauer, segundo o autor, também influenciou epistemologicamente diversos geógrafos que acabaram trazendo contribuições diversas para a ciência geográfica, como, Lowenthal que ao investigar as paisagens inglesas e americanas na década de 1960 formula proposições teóricas renovadoras, sendo conhecido como “percepção ambiental”, injetando assim novas frentes de reflexões para o estudo da paisagem. Cumpre destacar que a percepção ambiental, em meados da década de 1970, já não saciava, mais as pretensões do conjunto dos geógrafos, pois esta limitou-se a propor uma análise dos atributos visuais e estéticos da paisagem.

Cumpre mencionar que Holzer (1999) nos acorda que os geógrafos culturais optaram por trilhar outros caminhos – e não o esboçado por Lowenthal. Estes optaram em buscar elucidções na vocação ontológica, tendo a fenomenologia como aporte enquanto método filosófico capaz de resolver algumas esterilizações epistêmicas que se encontravam no cerne da Geografia.

Neste sentido, o autor percorre por diversos geógrafos que contribuíram para o desenvolvimento desta via reflexiva da Geografia, entre eles: Meinig, Tuan, Evernden, Cosgrove e Dardel.

Holzer (1999:160) registra que neste momento a geografia francesa e a anglo-saxônica passam a trilhar dois caminhos para saciar suas aspirações epistemológicas:

a geografia francesa, porém, passou por uma renovação do estudo da paisagem paralelo ao dos anglo-saxões, a partir de dois coletivos: o que procurava estudá-la enquanto espetáculo; o que, ligado à geografia cultural, a estudava como espaço vivo.

Holzer (1999) salienta que hodiernamente os geógrafos interessados no estudo da paisagem encontram dificuldades, emergindo a necessidade em estabelecer novos contornos e arranjos, sem que se perca seu significado e aporte filosófico – a fenomenologia.

Melo (2001:29) discorre que o conceito de paisagem é um dos mais antigos da geografia, no qual busca apresentar as diversas acepções que o mesmo recebeu ao longo do século XX, sendo estimulador de diversos debates, desvelamentos, refutações, aceitações e, também, questionamentos sobre seu caráter e grau de contribuição para a ciência geográfica.

Isto posto, Melo (2001) nos chama atenção para o pioneirismo da paisagem como tema abordado a partir de um enfoque cultural pelos geógrafos alemães e, na década de 1920 pelo norte-americano Carl O. Sauer. Melo (2001) salienta que essa abordagem centrava sua preocupação apenas na análise morfológica da paisagem, considerando apenas os elementos materiais da cultura que saltavam aos olhos do geógrafo em seus estudos da mesma.

A perspectiva supracitada perdurou até a década de 1940, tendo nas duas décadas posteriores uma discussão mais acanhada, deixando de ser um conceito predominante; ao contrário da década de 1970, que houve uma retomada dos estudos voltados para este conceito, inserindo-o em outras abordagens, considerando seus aspectos subjetivos.

Melo (2001) realiza um panorama dos principais autores pós-1970, que trataram de edificar reflexões acerca do conceito de paisagem a partir da perspectiva da geografia humanística, tendo como base filosófica a fenomenologia e o existencialismo.

Torna-se pertinente esboçar algumas articulações entre as contribuições científicas supracitadas, pois tanto Holzer (1999) e; Melo (2001), fazem reflexões pautando-se no solo filosófico da fenomenologia. Apesar da semelhança na escolha do aporte, estes apresentam discussões distintas. Holzer (1999) e Melo (2001) explicitam preocupação em estudar a própria evolução acerca do conceito de paisagem, no que concerne suas interpretações desde os naturalistas até estudos mais recentes, como, por exemplo, as contribuições de Cosgrove e Duncan, no qual Holzer (1999) salienta de forma mais explícita a importância da fenomenologia para redesenhar novas concepções para o conceito de paisagem, ao passo que Melo (2001) se detém a

apresentar reflexão sobre a transição interpretativa do conceito de paisagem, desde o racionalismo até o hodierno debate ontológico.

PARA (NÃO) CONCLUIR

Compreender o conceito de paisagem é de fundamental relevância para os pesquisadores que pretendem se aprofundar na compreensão do espaço-mundo circundante, como, também, refletir acerca das diversas interpretações e entendimentos que os grupos e indivíduos possuem do seu mundo vivido. Canções, poemas e registros de viagens são alguns exemplos de elementos de suma relevância para municiar nossas reflexões na edificação de raciocínio concernente as “paisagens dentro da paisagem”.

Neste sentido, a abordagem geográfica a partir das subjetividades, em especial as individuais, na investigação das marcas tangíveis e intangíveis da paisagem, é um caminho no qual a geografia cultural muito tem contribuído para entendermos a ontologia (ou ontologias) do espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERQUE, Augustin. “Paisagem-marca e paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.84-91.
- BOBEK, Hans & SCHMITHÜSEN, Josef. “Paisagem e o sistema lógico da Geografia”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.75-83. pp.75-83.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço, um conceito-chave da geografia”. In.: CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa & CASTRO, Iná Elias de. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp.15-48.
- COSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.92-123.
- HOLZER, Werther. “Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. pp.149-168.
- MEINIG, Donald W. “O olho que observa: dez versões da mesma cena”. In.: *Espaço e Cultura*, nº13. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, 2002. pp.35-46.

MELO, Vera Mayrinck. "Paisagem e Simbolismo". In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp.29-48.

SAUER, Carl Ortwin. "A morfologia da paisagem". In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp.12-74.

TROLL, Carl. "A paisagem geográfica e sua investigação". In.: *Espaço e Cultura*, nº4. Rio de Janeiro :NEPEC/UERJ, 1997. pp.01-07.

TÍTULOS PUBLICADOS PELA EdUFRR:

Migrantes e migrações em Boa Vista:

os bairros Senador Hélio Campos, Cauamé e Raiar do Sol

Carla Monteiro de Sousa e Raimunda Gomes da Silva (organizadoras)

FICHA TÉCNICA:

ISBN 85-60215-02-6

135 páginas; 21 x 14 cm

Coleção Roraima em Foco N°01

Atlas do estado de Roraima: território e população

Rafael da Silva Oliveira

FICHA TÉCNICA:

ISBN 85-60215-01-8

CD-ROM

12 x 14 cm

Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra

Jaci Guilherme Vieira

FICHA TÉCNICA:

ISBN 85-60215-00-x

226 páginas; 21 x 14 cm

Coleção Roraima em Foco N°02



A MÚSICA INDÍGENA DIANTE DAS LEITURAS OCIDENTALIZADAS E DE SUA APROPRIAÇÃO HISTÓRICA.

José D' Assunção Barros^{*}

RESUMO

Este artigo – unindo a perspectiva historiográfica e a perspectiva musicológica – busca examinar aspectos fundamentais da música indígena brasileira, particularmente a sua dimensão social e a história de sua apropriação e restrição pela cultura ocidental. Busca-se, sobretudo, refletir sobre a inadequação de abordagens que – até a primeira metade do século XX e em alguns casos persistindo ainda hoje – examinaram a prática musical indígena a partir de critérios de escuta e de anotação exclusivamente calcados nos parâmetros ocidentais. O texto intenta refletir sobre as distorções que podem surgir com o deslocamento de uma determinada produção cultural para fora de seu contexto.

Palavras-chave: Aculturação – música indígena – interação cultural.

^{*} Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História; Professor dos cursos de Graduação em Música do Conservatório Brasileiro de Música (Rio de Janeiro), onde leciona História da Música.

OS PRIMEIROS MÚSICOS BRASILEIROS

A sujeição de uma sociedade por outra sempre envolve problemas complexos no âmbito da interação cultural. Nas posições extremas, existem os casos em que a sociedade conquistadora ou invasora, sendo em parte admiradora da sociedade vencida, assimila conscientemente traços culturais daqueles que foram submetidos belicamente. Mas existem também os casos mais freqüentes em que, considerando a si mesma como plenamente superior às populações conquistadas, a sociedade invasora incorpora consciente ou inconscientemente um projeto de aniquilar a cultura dos dominados, de diluí-la na sua própria cultura, ou ainda um projeto de deixar que esta cultura sobreviva mas apenas dentro de determinados limites extremamente restringidos e sob um determinado controle. Estes enfrentamentos culturais podem se dar sob o signo da hostilidade assumida ou do paternalismo, conforme o caso.

O universo cultural das várias sociedades indígenas que habitavam a região sul-americana por ocasião da chegada dos europeus sofreu inúmeras dilapidações de um e de outro tipo. Alguns historiadores e antropólogos têm se dedicado precisamente a estudar esta dilapidação cultural, até mesmo com o intuito de poupar da aniquilação esta realidade cultural riquíssima que é a das sociedades indígenas. Aspectos que incluem a vida cotidiana, a cultura material, a mitologia e outros têm merecido estudos significativos. Mas – talvez pela especificidade deste campo para cujo estudo são requeridos alguns conhecimentos de musicologia – a música dos índios brasileiros nem sempre tem merecido a devida atenção dos historiadores. Neste artigo procuraremos precisamente diminuir esta distância entre a reflexão historiográfica e a reflexão musicológica, no intuito de examinar com maior clareza esta questão crucial para a formação da identidade brasileira.

*

O indígena brasileiro foi lançado, desde o primeiro momento de contato com o homem branco europeu, em um duplo processo que envolve simultaneamente a “aculturação” e a “redução de suas comunidades”. Quando não em momentos de maior aceleração e radicalismo, este processo representa no mínimo um *gradual* esquecimento da cultura indígena, atingido por dois caminhos complementares. Na “aculturação” o índio é levado a esquecer de si

mesmo, a dissolver sua cultura na do homem branco, a silenciar a sua música para escutar um rádio de pilha. No “desaparecimento das comunidades”, é o homem branco quem se esquece dos índios, deixando que suas aldeias sejam atropeladas pela civilização de matriz ocidental, acantonando-os em áreas cada vez mais restritas. Perde com isto a oportunidade de conhecer um lado do universo que poderia em muitos aspectos enriquecer a sua experiência humana¹.

Se quisermos recuar aos primeiros instantes deste complexo processo, poderemos retornar ao tempo dos franciscanos e jesuítas que aqui estiveram no século XVI para “catequizar” o índio, em nome da Igreja e nos interesses da empresa colonizadora. A música foi então utilizada como poderoso instrumento de conversão: levava-se os nativos a participarem de autos religiosos, a cantarem e a dançarem sob a ordem e o controle eclesiástico, a abandonarem os seus instrumentos – as suas taquaras, torés e teirús – em favor das flautas, gaitas e violas européias.

Da mesma forma, aquilo que de um ponto de vista pretensamente “civilizado” era encarado como o “canto sujo” dos índios – com suas notas rodeadas de efeitos de afastamento em relação aos sons fixos que os europeus considerariam afinados • era “limpado” para se adequar à afinação européia. Os improvisos eram banidos em favor do som da pauta, do som controlado rigorosamente pelo “mestre de capela”. A irregular “multiplicação de cantos”, que em alguns casos tendia a produzir uma

¹ Os dados de redução das comunidades indígenas são trágicos. Estima-se que, à época da chegada dos portugueses, existiam *dois milhões* de nativos nas terras que mais tarde constituiriam o Brasil. Hoje, este número está reduzido a algo entre *oitenta mil* e *cem mil* indígenas. Com relação aos mecanismos de aculturação, os antropólogos assim distribuem os tipos de relacionamentos dos atuais grupos indígenas com a sociedade nacional: (1) 30% dos grupos encontram-se em estado de isolamento (sem contato com o chamado “homem civilizado”); (2) 15% desenvolvem contatos intermitentes com o “homem civilizado”; (3) 20% mantêm contato permanente; (4) 35% estão integrados, em maior ou menor escala, à sociedade nacional. Entre o “isolamento máximo” e a “integração aculturante” (que acaba por eliminar culturalmente o índio ao absorvê-lo sem maiores cuidados na sociedade nacional), podem se desenvolver as várias possibilidades de intercâmbios culturais.

simultaneidade de repetições minimamente defasadas do mesmo desenho melódico, cedia lugar ao mais rigoroso uníssonos herdado da disciplinada prática monástica do canto gregoriano. A partir de uma infinidade de operações e repressões, enfim, a música renascentista e o cantochão invadiam a paisagem sonora dos indígenas.

É verdade que sempre existiram os “civilizados” curiosos e às vezes conscientes, às vezes dotados de algum mínimo de intuição antropológica, empenhados em compreender a cultura indígena nas suas próprias bases e em registrar os seus mitos, os seus costumes, a sua música. O século XIX, por exemplo, trouxe um número significativo de pesquisadores e viajantes europeus que estavam precisamente interessados em conhecer um Brasil mais “exótico” – e esteve na moda a formação de missões culturais, de expedições e de viagens isoladas que geraram uma rica literatura interessada em divulgar na Europa aspectos relacionados à natureza tropical, ao encontro de raças que se dava na sociedade colonial, e ao índio em particular.

Os pesquisadores austríacos Spix e Martius, por exemplo, foram dois destes incansáveis viajantes oitocentistas que se engajaram na missão de registrar a vida e as especificidades da natureza e da cultura do Brasil Colonial. Aqui chegaram em 1817, conjuntamente com outros pesquisadores e artistas europeus dispostos a decifrar e retratar este “novo mundo” de imensos espaços abertos, preenchidos por uma fauna e flora exuberantes e habitados por uma sociedade bem diferente da sua – tanto no que se refere à sociedade colonial das cidades brasileiras, engenhos de açúcar e fazendas de café, como no que se refere aos “povos das florestas” que tantos os impressionaram².

Além de sua célebre obra *Viagem pelo Brasil*, Spix e Martius ocuparam-se em coletar melodias folclóricas e indígenas, que deixaram registradas em uma obra que até hoje serve de referência aos musicólogos interessados em estudar a cultura musical indígena (SPIX e MARTIUS, 1938). Assim, podemos hoje contar com o conhecimento de diversos elementos melódicos

² Foi esta mesma expedição austríaca que trouxe o pintor Thomas Ender (1795•1875), responsável por inúmeras aquarelas que tematizaram paisagens naturais e urbanas do Rio de Janeiro e arredores.

não tinham ouvido. Por mais bem intencionados que sejam estes registros sobre a música indígena, há algo que se perde desta música ao ser filtrado pelo padrão de escuta ocidental ou pelos seus parâmetros estéticos.

Assim, alguns dos estudiosos que tiveram a oportunidade de coletar melodias e informações sobre a música indígena tenderam a proceder a uma leitura desta música de acordo com os parâmetros musicais europeus, por vezes descaracterizando-a nas suas anotações. Pode-se dizer que a própria acomodação gráfica do som nativo a uma pauta de cinco linhas, a uma armadura de clave indicativa de tonalidade, a um compasso gerador de uma métrica regular, constitui por si mesma uma interferência ou uma deformação inconsciente do material coletado.

A melodia atrás citada, por exemplo, passa a ser examinada como um trecho musical em “lá menor” – embora as quatro notas que a constituem (sol # - lá - si - dó) não autorizem exclusivamente esta interpretação⁴. A sua rítmica passa a ser traduzida em termos de um compasso quaternário com regularidade métrica, de acordo com os padrões de acentuação habituais na música de tradição européia, e assim por diante⁵. Involuntariamente, o pesquisador de tradição ocidental projeta um parâmetro de análise tonal em uma cultura musical que desconhece a tonalidade, e impõe uma rítmica específica a uma prática musical que pode trazer no seu íntimo outras soluções que não as nossas para a organização do espaço sonoro.

O OBSTÁCULO DOS PADRÕES DE ESCUTA

Os hesitantesV tateamentos dos musicólogos, compositores,

⁴ “Mais curioso ainda, porém, é surpreender, em certas melodias: indiscutível senso de tonalidade, reconhecendo funções atrativas determinados sons e delineando os acordes básicos da tônica e d dominante”. Estas são palavras de Luís Heitor Azevedo, que exemplifica seguir com a mesma melodia de Spix e Martius que aqui tomámos par exemplo (AZEVEDO, 1938, p. 29).

⁵ Mais raros são posicionamentos como o de Luciano Gallet. Ao escutar os fonogramas do Museu Nacional trazidos pela Missão Rondon, o compositor e pesquisador admite que, apesar do registro que tentaram lhe impor, a música indígena apresenta uma “quadratura rítmica sem relação alguma com a nossa” (GALLET, 1934, p. 44).

antropólogos e historiadores da cultura no afã de assimilar, registrar e analisar a prática musical indígena são índices de uma questão bastante complexa que envolve a apreensão de quaisquer objetos (e sujeitos) sonoros, quanto mais de objetos sonoros em situação de estranhamento cultural. Para além da “escrita” – gesto de transferir de forma simplificada para os símbolos visuais a complexidade de um fenômeno essencialmente sonoro – a “escuta”, já se sabe, é inevitavelmente um ato recriador. Charles Rosen (2000, p.25) tece alguns comentários bastante relevantes a respeito:

Sempre que ouvimos uma música, colocamos nossa imaginação acústica para trabalhar. Nós a purificamos, dela subtraindo aquilo que é irrelevante com relação à massa indigesta de sons que atingem nossos ouvidos – as cadeiras que rangem nas salas de concertos, as tosses ocasionais, o barulho do trânsito lá fora; instintivamente corrigimos a afinação, substituímos as notas erradas pelas corretas, e apagamos da nossa percepção musical o som arranhado do arco do violino; em poucos minutos conseguimos filtrar a ressonância excessiva da catedral que interfere na clareza da condução de vozes. Ouvir música, assim como, entender a linguagem, não constitui um ato passivo, mas um ato cotidiano, tão comum, da imaginação criadora, que seu mecanismo é aceito sem reservas. Separamos a música do som (ROSEN, 2000, p.25)

Ora. Quando nos empenhamos em escutar uma música pertencente a uma tradição cultural com a qual não estamos acostumados, a interferência do imaginário sonoro pode se tornar, ao invés de corretora e complementadora, literalmente *deformadora*. Esta ou aquela sonoridade que um certo padrão cultural de escuta julga não fazer parte do som musical puro, mas sim do âmbito dos ruídos a serem relegados ao esquecimento auditivo, pode ser extremamente importante em um outro padrão cultural de escuta. O que o homem branco ocidental chama de ruído, o indígena pode sentir como som; o portamento em quarto-de-tom que o europeu descarta como “erro de afinação”, o nativo brasileiro pode considerar como parte integrante e fundamental do seu som musical; os ruídos da floresta que parecem ao europeu intrometerem-se indevidamente no espetáculo sonoro, podem ser para o índio os principais convidados. Como separar a música do som na passagem de uma

cultura musical a outra, se cada cultura redefine por sua conta o que é o ruído, e o que é o som?

Este é o problema central a ser enfrentado na captação da música indígena. Rigorosamente, os materiais nativos recolhidos pelos pesquisadores estrangeiros e brasileiros • que hoje são fontes para o trabalho dos mais dedicados musicólogos • precisariam ser submetidos a uma análise crítica, sob o risco de que se tome por música indígena a leitura que o olhar e os ouvidos ocidentais produziram sobre esta música. Mas é com estes materiais que contamos, e é preciso trabalhar sobre eles.

Uma contribuição importante foi a do compositor e musicólogo Luciano Gallet nos seus *Estudos de Folclore* (1934, p.44) que adotou uma postura crítica ao examinar a notação musical com que os viajantes e etnógrafos registraram exemplos colhidos da tradição indígena. Questiona por exemplo os registros gráficos em partitura elaborados a partir de gravações colhidas pela Missão Rondon. Ao examinar diretamente os fonogramas do Museu Nacional, Luciano Gallet atestou ter escutado intervalos diferentes dos nossos, incluindo talvez os quartos de tom, enquanto nas transcrições correspondentes ocorre via de regra uma adaptação falseada para o modelo heptatônico e temperado ocidental.

Sobretudo, Gallet chama a atenção para a presença, não notificada naquelas transcrições (mas perceptível a partir do material fonográfico), de cantos com multiplicação de vozes, identificando-se ali um tipo de polifonia bem distinta da nossa. São talvez expressões polifônicas algo similares às dos povos africanos, fundadas em motivos repetitivos que soam defasados e que produzem uma teia sonora complexa que, para a organização auditiva do homem ocidental mediano, soam por vezes como um espaço sonoro caótico e desorganizado. Na transcrição da Missão Rondon, adaptada às noções ocidentais e ao seu padrão de escuta, estas especificidades da música indígena são como que “passadas a limpo” (na verdade perdidas).

A partir deste e de outros casos, é preciso notar que existe uma dificuldade de alguns estudiosos da música em enxergar certos padrões daquilo que chamam de “música primitiva” não como uma incapacidade, mas como uma riqueza. Assim, as hesitações sonoras em torno de um ponto de afinação são freqüentemente percebidas pelo estudioso ocidental como incapacidades de atingir o som afinado (o seu som afinado!), ao

invés de serem percebidas como um halo de riquezas timbrísticas que a voz tece em torno de um foco sonoro.

Para os ouvidos ocidentais incapazes de se abrirem a um outro padrão de escuta, o que escapa ao seu paradigma de precisão sonora é deficiência na emissão do som, é invasão de ruído afetando a pureza melódica, é “primitivismo musical”. Joseph Yasser já observava que os “primitivos” não são capazes de produzir uma altura definida de som “sem recurso ao portamento incerto de um som indefinido a outro” (YASSER, 1938, p.98). Custar-lhe-ia admitir que as aproximações ou rodeios imprecisos em torno de uma nota são mais da ordem do efeito que do defeito.

Uma introdução à escuta da música indígena deve principiar por um desmontar de preconceitos auditivos, de modelos monolíticos de percepção do som, de concepções estéticas congeladas e consideradas como únicas, de ilusões de evolucionismo cultural. Não é tarefa fácil, mas deve ser tentado.

A DIMENSÃO SOCIAL DA MÚSICA INDÍGENA

Antes de mais nada, é preciso compreender que a música indígena é fundamentalmente um fenômeno social, coletivizado tanto na sua produção como na sua escuta. Vale dizer, na música indígena todos participam simultaneamente como produtores e fruidores da música, inexistindo as noções de “artista” e de “público”, de “palco” e de “platéia”, ou tampouco a idéia de “espetáculo”. A música indígena integra-se quase sempre a um evento coletivo ou a uma função social importante para toda a comunidade – como uma festa, um canto de trabalho, uma incitação à guerra, um ritual de passagem, um encantamento, um exercício de memória coletiva, uma dramatização mitológica.

A experiência solitária do compositor que produz uma música interiorizada, que diz respeito aos seus sentimentos pessoais e às suas percepções subjetivas do mundo, e do ouvinte que consome esta música na sua privacidade – tão típicas da música ocidental de hoje em dia • inexistem no universo musical nativo. Bem ao contrário, a dimensão social da música indígena já se depreende dos primeiros relatos sobre o Brasil – como neste que vem da parte do padre Fernão Cardim, durante uma visitação em 1583, onde o jesuíta surpreende em determinada tribo uma celebração coletiva da guerra (ou talvez uma demonstração simbólica de força):

Não se lhes entende o que cantam, mas disseram-me os padres que cantavam em trova quantas façanhas e mortes tinham feito os seus antepassados. Arremedam pássaros, cobras, e outros animais, tudo trovado por comparações, para se incitarem a pelear (CARDIN, 1980. p.152).

Ao mesmo tempo em que ignora o individualismo musical, a musicalidade indígena desconhece este conjunto de fatores que José Miguel Wisnik chamou de “recalque do ruído”, e que se tornou tão típico da música ocidental a partir de certa altura do seu desenvolvimento, só vindo a ser questionado por algumas das novas tendências do século XX. Assim, “a inviolabilidade da partitura escrita, o horror ao erro, o uso exclusivo de instrumentos melódicos afinados, o silêncio exigido à platéia”, e mesmo esta “câmara de silêncio onde o ruído estaria idealmente excluído” (WISNIK, 2000, p.42), e que vem a ser a sala de concerto instituída pela tradição musical burguesa – nada seria mais estranho ao universo sonoro dos nativos brasileiros.

A música indígena ocorre ao ar livre, ou numa grande oca se for o caso, mas sempre coexistindo com um mundo de ruídos externos que podem vir da própria natureza ou das atividades cotidianas. Chamar estes sons de ruídos, aliás, é já uma projeção de categorias ocidentais que não tem qualquer sentido a partir da ótica indígena, já que o som produzido pelo nativo não se quer isolado ou contrastado em relação ao som produzido pela natureza.

Basta lembrar a passagem acima citada, em que o cronista do século XVI surpreende os indígenas em uma prática musical onomatopéica, com imitação de pássaros e outros animais. Seria dizer que não apenas o indígena integra os seus sons musicais aos sons da floresta, usando-os como ambiente de fundo, como também procura em algumas oportunidades ele mesmo produzir os sons típicos da floresta. Exemplos significativos de integração entre Homem e Natureza.

Foi este mundo sonoro impregnado de práticas coletivas – e de interações diversas com a exuberante natureza que o envolvia – o que mais impressionou os viajantes austríacos Spix e Martius nas suas estadias entre os povos nativos. Por ora, limitaremos a transcrever a significativa descrição da *Dança dos Puris*, registrada pelos dois viajantes na sua obra *Viagem pelo Brasil* (SPIX e MARTOUS, 1938, p.247):

Os homens puseram-se em fila; atrás deles puseram-se igualmente em fila as mulheres. Os meninos, aos dois ou três, abraçaram-se aos pais; as meninas agarravam-se por trás, às coxas das mães. Nesta atitude, puseram-se eles a cantar o triste “*Han-jo-há, há, há, há, há*”. Com meneios tristonhos, foram repetidas dança e cantiga, e ambas as fileiras se moveram num compassado andamento a três tempos [... segue-se uma pormenorizada descrição da coreografia ...]

[..} Um negro, que viveu muito tempo entre os Puris, nos interpretou aquelas palavras plangentes, cantadas na dança, dizendo: ‘• É a queixa de uma flor, que se queria colher de uma árvore, mas que havia caído em terra’. A idéia que nos ocorria, diante deste quadro melancólico, era de saudade de um paraíso perdido. Quanto mais se prolongava a dança dos Puris, tanto mais se excitavam eles, e tanto mais alto elevavam as vozes.

Depois, passaram de uma toada para outra, e a dança tomou feição inteiramente diversa. As mulheres remexiam os quadris fortemente, ora para a frente, ora para trás, e os homens davam umbigadas; [...] Esta dança, cuja pantomina parece significar os instintos sexuais, tem muita semelhança com o batuque etiópico, e talvez tenha passado dos negros para os indígenas americanos.

Texto notável, que traz à tona tanto as dimensões imediatamente perceptíveis na música indígena como as traduções culturais involuntariamente encaminhadas pelos próprios observadores europeus. A música é coletiva: homens, mulheres e crianças – todos dela participam. Apenas os observadores europeus, habituados às relações típicas das salas de concerto, as encaram como espetáculo – já que do ponto de vista dos nativos todos estão diretamente integrados à música, participando como produtores e fruidores. Também são os espectadores austríacos que traduzem a rítmica indígena em termos de um “andamento compassado a três tempos”, da mesma forma que procuram traduzir o mito narrado através de uma analogia com o “Paraíso Perdido” – fantasia literária bem conhecida naquele início de século.

Do ponto de vista nativo, a música aqui celebrada em forma de dança é parte integrante da festa, da coreografia que inclui os dois sexos e todas as idades, do exercício de memória coletiva, do mito dramatizado – esta dramatização mítica que sintomaticamente fala

por inversão da integração entre homem e natureza (a folha caída em terra é puro desperdício, que não tem lugar no modo de vida indígena).

Também percebemos na sucessão de uma dança mais melancólica a outra – mais rápida e envolvendo movimentos sensuais – a riqueza de sentimentos que podem ser conduzidos pela musicalidade nativa. Por fim, a comparação, estabelecida pelos viajantes austríacos entre a *Dança dos Puris* e o *Batuque Etíope*, é mais um sinal destes tateamentos típicos dos observadores europeus na sua ânsia de compreender o novo através de adaptações com relação ao já conhecido – isto que termina por falsear involuntariamente a realidade cultural indígena no que ela tem de mais específico.

Vale dizer, os viajantes europeus – e outros estudiosos que depois deles vieram – estão sempre em busca de comparar o sistema cultural e musical dos indígenas com o seu próprio, com o oriental, ou com os negros, ao invés de tentar resgatar uma identidade que lhe seja própria.

Deve-se ainda acrescentar que a poderosa dimensão social da música indígena não necessariamente tem de tomar a forma de uma manifestação coletiva. O canto emitido individualmente também tem o seu lugar, mas é preciso compreender que este canto atende sempre a uma função social bem marcada: pode ser o fio condutor de um encantamento utilizado para curar doenças ou evocar a chuva, no benefício de toda a comunidade; ou pode ser a canção que se abre para o registro da memória coletiva ou para a dramatização de um mito, através de cuja reprodução a comunidade inteira procura uma forma de autoconhecimento.

Era em vista das suas potencialidades sociais que o canto individual devia ser preservado, tal como atesta o Padre Fernão Cardim neste curioso texto de 1585 em que menciona, de passagem, a prática da antropofagia – esse fator tão presente no imaginário de medo e estranhamento que assaltava os exploradores europeus do século XVI:

São muito estimados entre elles os cantores, assim homens como mulheres, em tanto que se tomão um contrário bom cantor e inventor de trovas, por isso lhe dão a vida e não no comem nem aos filhos (CARDIM, 19890. p.93)

Outro depoimento sobre o aproveitamento social do canto emitido individualmente nos chega do século XIX, do livro de Jean

Baptiste Debret sobre a sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. O pintor-viajante nos deixa entrever que, ao atingir avançada idade e passar a ser “cercado em sua tribo por toda espécie de deferências e sinais de respeito”, o índio reconhecidamente experiente passa a incorporar novas funções sociais, sobretudo simbólicas, e que também encontram um veículo apropriado na música:

é ele que se encarrega do discurso aos guerreiros no momento da partida; às vezes chega a acompanhá-los até o campo de batalha para entoar o hino de combate, cujas palavras são tão enérgicas quanto a melodia é monótona, verdadeira salmodia que sobe e desce constantemente através de três ou quatro notas e é executada, ainda por cima, com voz rouca e trêmula (DEBRET, sd., p.23)

Conforme se vê, o canto indígena, mesmo quando individual, conserva funções sociais muito bem definidas. Ele é emitido em benefício da comunidade, e é desconhecida tanto a “catarse subjetiva” como o “experimentalismo sonoro” que constrói a música pela música.

ASPECTOS MÚSICAIS PROPRIAMENTE DITOS

Feitas estas observações iniciais concernentes aos seus aspectos sociais, vejamos em seguida algumas características da música indígena mais referentes à sua constituição intervalar e às alturas melódicas utilizadas. Deve-se, antes de mais nada, compreender que os povos indígenas não constituem uma realidade cultural única e monolítica, mas sim um grande número de culturas particulares com suas próprias práticas musicais e sistemas de produção sonora⁶. Estas realidades particulares podem encontrar

⁶ Os índios brasileiros pertencem na época da chegada dos europeus a três troncos lingüísticos bem diferenciados, cada qual com a sua diversidade de tribos: o *Tupi* (abarcando as tribos tupi-guaranis, manducuru, juruna, ariqueme, tupari), o *Macro-Gê* (abarcando os jê, bororo, cariri, coroados, maxcali, camacã) e o *Aruaque*. Havia ainda inúmeras outras tribos que os antropólogos não conseguiram agrupar em nenhum destes grandes troncos – como os tucanos, caraíbas, xirianá, maçu, nhanbiqãra, panos, muras, borás, guaicurús, catuquina e txapacura). Este pequeno painel pode dar uma idéia desta vasta diversidade nativa que, desde os tempos da chegada dos portugueses, o colonizador europeu procurou reduzir e aprisionar dentro da palavra “índio”.

uma série de identidades e afinidades no que concerne aos já referidos aspectos sociais da música; contudo, no que concerne às seqüências escalares utilizadas pelos vários grupos indígenas, há uma grande gama de variações que devem ser consideradas.



Geralmente podem ser encontrados os sons tendentes à fixação em uma determinada cultura musical através de um exame do seu instrumental. Os grupos indígenas denominados “parecis”, por exemplo, possuem três tipos básicos de ‘lautas, que abarcam no seu conjunto os seguintes sons (ROQUETE PINTO, 1935, p.136):

Esta abrangência não significa, por outro lado, que os indígenas parecis utilizem necessariamente uma escala heptatônica, embora esta possibilidade esteja contida no seu aparato instrumental⁷. Na verdade, no conjunto de fonogramas produzidos pela Missão Rondon, e também nas melodias recolhidas por Spix e Martius, transparecem muito mais habitualmente modelos tetracórdicos recortados deste universo maior de possibilidades. É por exemplo bastante comum a elaboração de melodias, entre os parecis, a partir da seguinte seqüência de notas:



Tetracórdio recorrente na música pareci.

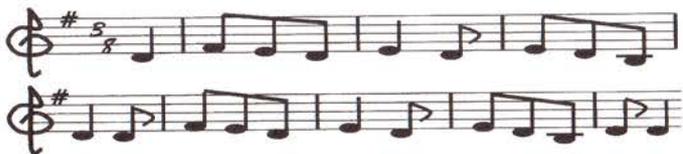
É neste tetracórdio que se baseia a melodia “Teirú”, que aliás se celebrou por Villa-Lobos ter nela baseado o primeiro dos seus “Três Poemas Indígenas”, para canto e orquestra⁸:

⁷ A tese de que o modelo escalar heptatônico é o predominante entre o indígenas brasileiros é defendida por Luís Heitor Correa de Azevedo (1931 p. 20-23). Mas, na verdade, os próprios exemplos mostrados por este autor revelam que o âmbito de notas extraído das flautas parecis oferece apenas um material primordial para recortes posteriores, já que os exemplos melódicos relativos a este grupo indígena mais se enquadram em modelo pentatônicos defectivos, como o tetracórdio acima exposto.

⁸ *Teirú*. Melodia Pareci recolhida pela Missão Rondon. (ROQUETE PINTO, 1935, p. 328). Fonograma 14.595 do Museu Nacional.



O tetracórdio que dá origem à melodia acima reproduzida (si-re-mi-fá#) poderia ser examinado como uma escala pentatônica defectiva (re-mi-fá#-la-si, na qual está ausente o lá). De qualquer maneira, ainda isto seria tentar adaptar o sistema indígena a outro mais conhecido (o pentatônico oriental) ao invés de considerar o tetracórdio pareci como um material escalar autônomo. Melhor, talvez, é mesmo considerar que a melódica pareci contenta-se em criar seqüências musicais sobre quatro notas apenas, formando uma escala tetratônica muito particular. A confirmação de que a melodia acima não é um caso isolado está assegurada por uma série de outras fundamentadas em uma escala de quatro sons do mesmo tipo. É o caso, por exemplo, da melodia pareci “Ualalocê” (ROQUETE PINTO, 1935, p. 324), que corresponde ao fonograma 14.594 do Museu Nacional e que também atraiu a atenção dos nossos compositores eruditos:



Esta e a melodia anterior já nos colocam diante de um primeiro fator recorrente na música indígena: a utilização restrita do âmbito sonoro. Dificilmente uma música indígena ultrapassa a oitava, e habitualmente restringe-se a âmbitos ainda menores. No caso das melodias atrás transcritas (*Teirú* e *Ualalocê*) este âmbito está contido em um espaço de “quinta justa” (si-fa#).

A aventura melódica vivenciada pela música ocidental • que a partir das extensões mais restritas dos primeiros cantos gregorianos foi enfrentando, no seu desenvolvimento histórico, o desafio de estender cada vez mais o seu âmbito para oitavas mais agudas e mais graves • é desprezada pela melódica indígena.

Apenas para citar um último exemplo, é este tetracórdio que está na base da seguinte melodia indígena, correspondente ao fonograma 14.600 do Museu Nacional (ROQUETE PINTO, 1935, p.330):



De uma maneira resumida, procuramos dar a perceber com estes exemplos que a melódica indígena não investe na aventura das amplitudes melódicas, tal como ocorre na música do ocidente europeu ao longo de seu desenvolvimento histórico. Ao contrário, a grande maioria das melodias indígenas utiliza-se de recursos melódicos relativamente simples, embora seja importante lembrar enriquecimentos relevantes como a presença de materiais escalares que, vistos a partir do olhar ocidental, remetem ao uso de cromatismo. Da mesma forma, ocorrem em algumas oportunidades a prática da repetição variada de uma mesma melodia, notando-se ainda exemplos de diálogos entre vozes masculinas e femininas que repetem motivos temáticos a alturas diversificadas.

Aqui o historiador-antropólogo e o musicólogo devem se pôr em guarda contra preconceitos carregados de resíduos evolucionistas. Embora os motivos temáticos indígenas utilizem-se amiúde de materiais escalares simplificados, não se pense que esta música é necessariamente pobre ou simplória, como chegaram a propor alguns dos musicólogos do início do século (que a viam do ponto de vista de uma produção cultural primitiva). Já mencionamos o fenômeno da “limpeza” de sons que o ocidental é levado a empreender, quando procura transferir um trecho de música indígena para a sua linguagem gráfica e traduzi-lo para o seu sistema de escuta.

Para restituir o universo sonoro dos indígenas à sua riqueza primordial, seria o caso, por exemplo, de recuperar a prática de “cantos multiplicados”, através dos quais os índios costumam elaborar uma espécie de simultaneidade polifônica (mas de um outro tipo de polifonia) com sucessivas defasagens de um mesmo trecho melódico. A experiência pode ser feita pedindo-se que quaisquer das melodias que registramos até aqui sejam entoadas

por diferentes cantores ou grupos de cantores, mas com defasagens mínimas. O resultado sonoro é uma complexa teia de vozes não coincidentes que entoam, apesar disto, o mesmo motivo. O sucessivo e o simultâneo travam aqui um diálogo não conhecido na prática da música ocidental-européia, e vem daí a dificuldade de esta música ser assimilada pelo ouvido formado no padrão ocidental de escuta.

Por outro lado, deve-se notar que a modalidade do canto ancorado no efeito das vozes multiplicadas não é decorrência de uma incapacidade de cantar rigorosamente em fase, já que o canto em uníssono também tem plena manifestação entre os indígenas. Fernão Cardim, autor do primeiro “tratado sobre a terra e as gentes do Brasil”, já reconhecia que os índios “têm tal compasso e ordem, que às vezes cem homens bailando e cantando em carreira, enfiados uns atrás dos outros, acabam todos juntamente com uma pancada, como se estivessem todos em um lugar” (CARDIM, 1980, p.93). Cantar em uníssono ou multiplicar as vozes é portanto uma questão de opção, uma alternativa que tem tudo a ver com o tipo de uso social que se pretende emprestar à música.

Para finalizar e resumir a questão mais ampla da assimilação da música indígena, a partir destes e de outros exemplos, poderíamos reforçar mais uma vez este registro de que os tateamentos aculturantes do homem ocidental que enfrenta um estranhamento em relação à cultura indígena são via de regra interferidos por uma postura difícil de superar. Da mesma forma que este homem ocidental tende a interpretar os textos e gestos indígenas a partir das suas “tábuas de leitura”, tende a captar as novas realidades sonoras com que se defronta a partir de suas próprias “tábuas de escuta”. Desta forma, avalia as demais civilizações musicais a partir da sua própria história particular. As escalas utilizadas por outros povos são confrontadas com a sua aventura histórica das amplitudes melódicas e harmônicas (modulações, âmbito escalar abrangendo diversas oitavas, e assim por diante). Os ritmos irregulares e “não medidos” são desconstruídos na sua essência por uma leitura calcada na aventura do ritmo mensurado, esta que foi acionada a partir do momento em que o músico ocidental abandonou o ritmo lingüístico não-medido dos primitivos cantos gregorianos e trovadorescos em benefício da “música mensurada”, da pulsação rítmica regular, das barras de compasso instituidoras de uma métrica recorrente a partir do período renascentista. As riquezas vocais timbrísticas e as

micro-oscilações são depreciadas em nome da nota precisa, “afinada”, limpa de ruídos e de oscilações. A sociabilidade da música é esquecida em nome de uma música individualista que separa produtor e consumidor, que institui a sala de concerto como lugar isolante para uma música que aparta de si o ruído e a própria vida exterior. Eis aqui, em termos muito sintéticos, a “tábua de escuta” do Ocidente.

Destacamos, portanto, a necessidade de que historiadores, antropólogos e musicólogos examinem a música produzida pelos índios brasileiros levando sempre em consideração, tanto quanto possível, os próprios parâmetros das sociedades nativas examinadas, conforme estes aspectos que foram discutidos no presente artigo: os usos sociais da música e da dança, a ausência de um desejo de explorar extensas amplitudes melódicas, a interação entre a música e as sonoridades da natureza, a prática musical indígena como um processo aberto onde a música é recriada no próprio instante de sua execução, a inexistência de uma separação entre o produtor de música e o espectador ou ouvinte. Restituir à música indígena estes parâmetros originais é contribuir para a sua compreensão efetiva. E, conseqüentemente, para a sua preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário de. *Compêndio de História da Música*, São Paulo: L.G. Miranda, 1933.
- ANDRADE, Mário de. *Música de Feitiçaria no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.
- AZEVEDO, Luís Heitor Correa. de *Escala, Ritmo e Melodia na Música dos Índigenas brasileiros*. Rio de Janeiro: Rodrigues e Cia., 1938.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- COLBACCHINI, D. Antônio. *I Bororos Prientali “Orarimugudoge” del Matto Grosso (Brasile)*. Torino: Società Editrice Internazionale, sd..
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- GALLET, Luciano. *Estudos de Folclore*. Rio de Janeiro: Carlos Wehrs & Cia., 1934.
- MANIZER, H. H. (*Música e instrumentos de música de algumas tribus do Brasil ...*, Revista Brasileira de Música, Rio de Janeiro, 1934. Volume I, 4● Fascículo.
- ROQUETE PINTO, E.. *Rondônia* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

- ROSEN, Charles. *A Geração Romântica*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- SPIX J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos/Imprensa Nacional, 1938. 4 vol.
- SPIX J. B. von e MARTIUS, C. F. P. von. *Brasilianische Volkslieder und Indianische Melodien*. Musikbeilage zu Reise in Brasilien. S. 1. n. d.
- STEINEN, Karl von den. *Unter den Naturvoelkern Zentral-Brasiliens. Reiseschilderung und Ergebnisse der Zweiten Schingú-Expedition. 1887-1888. Zweite Auflage des Volksausgabe*. Berlin: Geographische Verlagsbuchhandlung Dietrich Reimer, 1897.
- WISNIK, José Miguel *O Som e o Sentido*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- YASSER, Joseph. "La tonalité évolutive" In *La Revue Musicale*. Paris, n°81 (Fev. 1938).

NOTAS SOBRE OS HOLANDESES NA AMAZÔNIA NO PERÍODO COLONIAL

Reginaldo Gomes de Oliveira*

RESUMO

Neste trabalho apresento de forma sintética dados do processo de colonização holandesa na Amazônia. A idéia central desse breve estudo tem como foco a Colônia do Essequibo, como presença política e militar, que viveu uma intensa e dinâmica reelaboração cultural e física devido ao forte contato com os índios da região.

Palavras-chave: Índios – Holandeses na Amazônia – Etno-história.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima.

INTRODUÇÃO

Estas páginas foram escritas após reunir fragmentos de conhecimentos coletados durante as minhas leituras e discussões com os alunos em sala de aula sobre o século XVII e a presença holandesa na Amazônia. Desde então, tenho recebido pedido desses alunos para publicar um trabalho sobre essa problemática que é pouco estudada pela nossa historiografia brasileira. A partir de uma experiência sócio-cultural concreta como nativo dessa região amazônica, que é a minha, e contato com experiências de colegas professores e pesquisadores, é que, agora, apresento a minha reflexão nesse artigo. Espero que ele, por sua vez, provoque outros textos e releituras sobre as Histórias Regionais da Amazônia.

O sucesso do holandês na colônia do Essequibo, das brigas entre os indígenas aliados dos soldados holandeses contra os do lado espanhol, no interior dessa região próxima aos rios Orinoco, Essequibo, Uraricoera, Tacutu e Branco, ainda é um evento obscuro na historiografia brasileira quando trata do assunto colonial amazônico dos séculos XVII e XVIII. Para o português estabelecido no rio Negro, em meados do século XVIII, a denominada região da colônia holandesa no Essequibo era bastante vaga, pois tal região não constava em suas informações cartográficas. Nos mapas da época, a ligação da região do Essequibo com o interior amazônico via os rios Rupununi, Tacutu, Cotingo, Uraricoera, Branco e Negro era desconhecida, porém, era disputada pelas nações espanholas, holandesas e portuguesas.

OS PRIMEIROS EUROPEUS NA COSTA NORDESTE DA AMÉRICA DO SUL

A historiografia que explica o olhar do europeu sobre as terras da costa nordeste da América do Sul, onde hoje é a República Cooperativa da Guiana¹, oferece como um dos primeiros dados os relatos da terceira viagem feita por Cristóvão Colombo pelo Atlântico Norte em 1498.

¹ O termo Guiana significa “terra de águas”. Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch Settle in Guyana** no site www.guyana.org, visitado em 20/02/2006 às 10:12. É um vocábulo indígena que descreve a região cheia de pântanos, rios, igarapés, lagos. Termo que popularizou na fase colonial toda a costa nordeste da América do Sul entre a foz do rio Orinoco e a do rio Amazonas.

No ano seguinte, Américo Vespúcio navegou pela costa da Guiana ampliando as informações e em 1500 Vicente Pinzon também navegou pela referida região costeira, mas não houve intenção de colonização por parte desses navegantes europeus.

Desde 1494, quando os reis católicos da Espanha solicitaram ao Papa Alexandre IV que reconhecesse as novas terras descobertas por Colombo como posse espanhola, vigorava o Tratado de Tordesilhas que dividiu o Novo Mundo entre as duas Coroas Ibéricas: Espanha e Portugal.

A historiografia propagou que o Papa traçou uma linha abaixo do Hemisfério Ocidental e tudo que estivesse a Leste seria de Portugal e o que estivesse a Oeste pertenceria à Espanha. Os autores desse tratado ignoraram as reivindicações dos outros países emergentes na Europa do final do século XV, cujos navios também navegavam pelo Novo Mundo, pela disputa do poder político e econômico sobre o Atlântico. A Inglaterra, a França e a Holanda começaram a lutar contra essa divisão do Novo Mundo e declararam ocupar as terras pertencentes aos reinos Ibéricos Católicos.

No entanto, os espanhóis só começaram o seu interesse pelas terras do Atlântico Norte quando Francisco Pizarro achou ouro na área indígena dos Inca, no Peru. Foi nesse período que eles ouviram também uma história lendária sobre a cidade de Manoa² e o príncipe El Dorado. Juan Martinez foi o único sobrevivente de uma expedição comandada por Don Pedro Malaver da Silva, por volta de 1530, que explorou a região do rio Orinoco. Poucos sabem dos relatos dessa expedição, mas encontramos algumas notas que explicaram a capturação de Martinez pelos índios do tronco lingüístico karib. Disseram que ele foi levado com os olhos vendados para a cidade de Manoa onde conheceu o príncipe El Dorado. Depois de liberto, Martinez chegou na ilha de Margarita e Trinidad e espalhou essa fantástica história aguçando o imaginário do homem europeu em busca de tesouros no interior da costa da Guiana, popular “costa selvagem”³.

² Uma cidade com palácios cravejados de pedras preciosas, ruas e rios cobertos de ouro, que era governada por um príncipe que cobria todo o corpo de ouro. A cidade de Manoa estaria localizada na margem do lago denominado Parima, entre as planícies que circundam o rio Essequibo e o rio Orinoco (IBGE, 1981).

³ Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch Settle in Guyana. Op. cit.**

Em fins do século XVII, Antônio de Berrio era o governador espanhol de Trinidad e foi o responsável pela condução de três expedições pela região do rio Orinoco em 1584, 1585 e 1591. Em um dos trechos de seu relatório de Berrio descreveu sobre a cidade de Manoa e o príncipe El Dorado, apontando para a região do rio Caroni, um afluente do rio Orinoco, como o provável lugar do Lago Parima onde estaria a referida cidade⁴.

Ao buscarmos fontes historiográficas⁵ que explicassem essas expedições na costa da Guiana, constatamos que Sir Walter Raleigh, homem de negócios, exímio explorador com experiência militar e favorito da Rainha Elizabeth da Inglaterra, coordenou em 1594 uma expedição à região da Guiana, para confirmar as informações sobre a cidade de Manoa e o príncipe El Dorado. Raleigh enviou uma expedição comandada pelo capitão Jacob Whiddon à região da Guiana com o objetivo de traçar a cartografia para a cidade de Manoa. O capitão retornou para a Inglaterra e apresentou um relatório com detalhes da existência do mito branco (El Dorado). Durante o ano de 1595, o próprio Raleigh decidiu comandar uma expedição e navegou pela região do rio Orinoco em busca do caminho para o vale amazônico onde estaria o Lago Parima e a cidade de Manoa. Por conta da formação montanhosa dessa região criando uma grande muralha entre a savana amazônica e a região do Orinoco Sir Raleigh não encontrou a trilha que os índios utilizavam para chegar ao El Dorado.

De volta para a Inglaterra, para ganhar prestígio e incentivar a instalação de uma colônia inglesa na Guiana, Sir Walter Raleigh publicou suas notas de viagens lançando um livro com o título "The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Empyre of Guyana" (London, 1596), descrevendo detalhes de suas expedições e explicando a beleza e a riqueza da região, com rios gloriosos, variedades de pássaros, plantas, frutos deliciosos e a Manoa do El Dorado. Raleigh comentou do seu encontro com os índios guerreiros do grupo Karíb, que de acordo com olhar dele eram canibais e mantinham alianças comerciais com os holandeses instalados na região denominada de "Pomeroon Coast", hoje Guiana (SAN MARTIN, 2002).

⁴ Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch Settle in Guyana** no site www.guyana.org, visitado em 20/02/2006 às 10:27.

⁵ Cf. ACUÑA, 1994; BOXER, 1961; HULSMAN, 2005; OLIVEIRA, 2003; SAN MARTIN, 2002.

Na publicação de Raleigh é que encontramos as primeiras notícias da colônia holandesa na Amazônia. Ao estudar os índios brasileiros no Brasil Holandês (do século XVII), HULSMAN (2005:51) fez referência ao irlandês Bernardo O' Brien del Carpio que escreveu em 1637, em Madri para o rei da Espanha Felipe IV, dando notícias das atividades dos holandeses na Amazônia. Na percepção desse irlandês, que visitou essa região num navio holandês em 1635, os homens dos Países Baixos mantinham relações de negócios e serviços com os ameríndios.

Há um texto de Charles Boxer (1961) que apresentou estudos dos holandeses no Brasil colonial e comentou da presença de uma colônia holandesa na área chamada Pomeroon Coast, por volta de 1581. Ali, os holandeses iniciaram uma exploração comercial com os índios (Caribe, Arawak, Warrau) por meio de troca de sal, diversificando depois para o tabaco, o algodão e os “paus-de-tinta”, consolidando a exploração desse comércio e a circulação de manufaturados europeus por todo o decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Outras informações sobre a cidade de Manoa e o seu príncipe El Dorado foram divulgadas entre 1539 e 1542, pelo espanhol Francisco Orellana que navegou pelo rio das Amazonas, partindo do Peru até o Atlântico. Orellana percorreu diferentes labirintos aquáticos entre os rios afluentes do Amazonas, igarapés e igapós. Ele pretendia elaborar um mapa preciso e revelador do caminho para Manoa, que provavelmente estaria na planície amazônica em direção a Guiana. Sem entender direito a língua dos diversificados grupos de índios, Orellana nunca tinha certeza do melhor caminho fluvial a ser seguido entre os rios Amazonas e Negro para a cidade de Manoa.

Durante a exploração no rio das Amazonas e do rio Negro, a expedição portuguesa comandada por Pedro Teixeira (1637⁶) deu notícias também do Lago Dourado, que estaria localizado no Novo Reino de Granada, em uma região que diziam existir um rio que sai pelo Norte (provavelmente o rio Orinoco) e por diferentes afluentes deságua no Amazonas.

⁶ Há divergências entre os autores sobre a data, o local exato da partida da expedição e o número de pessoas que calculam acima de duas mil, mas o problema fica resolvido com a própria narrativa de Cristóbal de Acuña, o cronista de Pedro Teixeira, que colocou como início da viagem 17 de outubro de 1637 e a chegada no Gão-Pará em 12 de dezembro de 1639. A autorização foi dada por Felipe IV que era o rei da “União Ibérica” (ACUÑA, 1641; reedição pela AGIR em 1994).

Essas informações revelaram que a colônia holandesa na costa da Guiana tinha importância geopolítica significativa. Ao ocupar a região costeira entre a foz dos rios Orinoco (domínio espanhol) e a do Amazonas (domínio português), o holandês estabeleceu representações desse poder político e econômico instalando postos de comércio e normas para garantir sua permanência tanto na costa como no interior e rios da Amazônia.

O colonizador holandês olhava para o interior da Amazônia que lhe era totalmente desconhecida, mas contava com alianças dos nativos de uma realidade colonial europeia em disputa por territórios, com a prática de outros costumes culturais e que, segundo indícios de testemunhos indígenas, estaria cheia de riquezas minerais.

Aproveitando a aliança comercial e a relação amigável com os índios, o holandês foi alargando um pouco mais o empreendimento mercantil e, a partir da ação dos indígenas, organizaram a política do comércio em toda a região em direção ao interior amazônico: entre os rios Essequibo, Orinoco, Branco, Negro e Amazonas. Adicionando-se a isto os contatos com as ilhas do mar Caribe.

Pode-se dizer que, utilizando estratégias de cooptação, o campo de poder holandês estendeu-se ao longo da costa da Guiana e penetrou no interior da selva e savana, por meio dos rios navegáveis ou das trilhas terrestres, a fim de intensificar e expandir tanto a rota comercial como o aumento dos lucros. Foi nesse campo de poder que o holandês se mostrou, dialogou e se estabilizou pelas trocas, que se construiu rotas e nas alianças com os grupos indígenas se constitui a imensa rede de comércio amazônico e caribenho.

A inexistência de uma estrutura de poder intermediária facilitou para os holandeses investirem numa política comercial, apoiada numa rede de domínio "capitalista", sobre as populações indígenas dos referidos rios citados acima. Esse controle do poder europeu sobre essa região de paisagem complexa, intercalada por serras, savanas e florestas, plena de rotas para longas e perigosas caminhadas até os rios navegáveis tornou possível o gerenciamento das relações indígenas, em favor dos holandeses, que souberam se aproveitar das fragmentações interétnicas.

Nesse ambiente, de exploração econômica e alianças culturais, o habitante holandês fez do mercado de trocas a sua arma de dominação colonizadora. Assim sendo, as diferentes etnias indígenas se articulavam numa estrutura política de poder pelo comércio, que se dava por meio dos casamentos e estreitavam os

laços entre os índios. Tal processo político, enfraquecendo as alianças intertribais, acentuou consideravelmente as disputas, incentivando as guerras ligadas à posse de terra e o aprisionamento de índios derrotados nesses confrontos, que eram traficados como escravos (OLIVEIRA, 2003).

O fato de serem favorecidos pela política econômica, pela cultura europeia e certa flexibilidade nas negociações com os índios, impondo sobre estes uma tecnologia mercantil diferenciada, os holandeses tiveram êxito durante esse período colonial no Novo Mundo, desenvolvendo habilidades postas no aproveitamento das tecnologias dos ameríndios que os opositores espanhóis não souberam conquistar na costa da Guiana.

O INÍCIO DO ESPAÇO GEOCULTURAL HOLANDÊS NA AMAZÔNIA

O estudo da História Regional e da História dos Povos Indígenas na Amazônia durante os séculos XVI e XVII é árduo por dificuldades no cruzamento das informações, a maior parte das fontes disponíveis foram escritas por europeus e nem sempre o pesquisador que mora em Roraima tem possibilidade de visitar os diferentes arquivos instalados nos grandes centros acadêmicos nacionais ou internacionais.

Culturalmente os índios não registraram sua história em documentos escritos no formato da cultura europeia de concepção de um Mundo Moderno. Quase todos os dados que dispomos revelam que as relações entre o povo holandês e o índio amazônico, durante a expansão holandesa no século XVII, aparecem caracterizadas nas trocas comerciais, no processo sócio-econômico de triunfo holandês. Isso é comprovado mais claramente com a permanência do holandês na Amazônia entre o final do século XVI até o começo do século XIX, quando a região passou para o poder Britânico (1814).

A história do povo holandês começou no final do século XVI, quando em 1581 as Províncias Unidas dos Países Baixos governadas pela Espanha ganharam sua independência. A Holanda era parte dessas províncias e uma guerra entre os Países Baixos e a Espanha se estendeu até 1648, mas tiveram alguns intervalos de paz.

O holandês, após sua independência, também se tornou inimigo de Portugal que foi unificado em 1580 até 1640 com a Espanha (União Ibérica). Assim, as colônias portuguesas também eram alvos de ataques holandeses.

Foi no começo do século XVII que a pequena nação, as Províncias Unidas dos Países Baixos, com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e Orientais⁷ tornou-se a principal nação comercial da Europa, com a mais importante potência naval e conhecedora das rotas oceânicas do Atlântico. Amsterdã era a capital (comercial e financeira) dos Países Baixos que tinham no seu interior jogos políticos com interesses diversos em relação ao Novo Mundo. Essa nação estendeu suas redes comerciais por toda parte do planeta, estabelecendo colônias em lugares tão distantes quanto em Java (ilha da Indonésia) como na região do rio Essequibo (hoje Guiana, na América do Sul).

Foi nessa proposta de rotas comerciais e diversificados negócios que a colônia holandesa do Essequibo foi instalada em 1616. Tal colônia, fundada na cultura do açúcar, plantações de cacau e algodão nas margens do rios, desempenhou o mais importante papel administrativo e militar no começo do século XVII na região. Nessa empreitada a grande mão-de-obra foi do escravo africano, mas a farta utilização dos serviços dos índios foi de fundamental importância na valorização política e econômica do Essequibo (FARAGE, 1991).

A região do Essequibo foi um ponto ideal para a ocupação holandesa pela costa, quando em 1615 estiveram nessa citada região fazendo contatos e comercialização com os índios. O holandês não encontrava nessa escondida terra amazônica representante da Espanha e nem de Portugal. Os recursos dessa terra ampliavam o poder político e davam aos holandeses muitos lucros. Os bens europeus (tecidos, espelhos, armas, pólvoras, facões, etc.) eram trocados pelos bens tropicais como madeira, tintas, óleos entre outras especiarias e drogas do sertão. Nesse período, os espanhóis estavam presos na região do Orinoco e não

⁷ A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e Orientais foi fundada por uma carta-patente do Estado Geral dos Países Baixos, em 3 de junho de 1621. Uma das metas da Companhia era o de proteger e oficializar o comércio de contrabando conduzido pelos holandeses nas áreas costeiras da América, da África e outras regiões de posse dos Reinos Ibéricos: Espanha e Portugal. A Companhia tinha amplos poderes políticos e econômicos para negociar tratados, fazer guerra e paz com representantes dos povos nativos, designar funcionários, governadores ou legisladores para suas posses que estavam sob as leis dos Países Baixos. Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch West Indian Company**, no www.guyana.org, visita em 24/02/2006 às 11:27.

encontravam a trilha pelo interior até o Essequibo (utilizada pelos índios) e os portugueses no Grão-Pará (1616) também desconheciam o caminho fluvial para o rio dos holandeses (Essequibo com provável extensão até o rio Branco).

Desse modo, a colônia holandesa do Essequibo liderou o poder político e comercial na Guiana que sentiu a necessidade da construção de um forte para defesa militar nessa região que despertava interesses da sociedade européia das nações rivais, ciosa de riquezas, triunfos, honra e poder. Em 1616, o Forte Kijkoveral foi construído dando maior apoio à política expansionista do holandês. Estrategicamente estava localizado numa pequena ilha na junção dos rios Cuyuni e Mazaruni, afluentes do Essequibo e ficou sob a liderança de Groenewagen (DREYFUS, 1993). O nome do forte é derivado do holandês e significa "Olhar tudo de cima" por causa da predominante visão do rio e da região.

Em 1621, o governo geral dos Países Baixos passou para o recente Estado Holandês, por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o controle do posto comercial e militar do Essequibo. Assim, esse local de trocas e defesa ficou sob a administração holandesa até o começo do século XIX. Embora essa região tenha sido reivindicada pelos espanhóis com base no Tratado de Tordesilhas, enviando patrulhas periódicas por toda a costa no início do século XVII, os holandeses ganharam o reconhecimento oficial da posse dessas terras com a assinatura do Tratado de Munster, em 1648⁸.

Em 1627, após a instalação da colônia do Essequibo, a Companhia estabeleceu uma segunda colônia no rio Berbice, a sudeste do Essequibo. No ano de 1741, entre o Essequibo e Berbice, foi instalada a colônia do Demerara que em 1773 emergiu como uma colônia governada diretamente pela Companhia das Índias Ocidentais. Pelos tempos de 1680, o holandês mantinha um posto de comércio com os índios na região de savana norte e oeste do rio Cuyuni. Na região oeste do rio Orinoco, os espanhóis mantinham um comércio de cavalos e alguns desses cavalos foram levados para o Forte Kijkoveral, onde foram enviados para os moinhos de açúcar das plantações do Essequibo. Além do sucesso na agricultura, esses colonos holandeses, com posto de comércio ao longo do rio Essequibo, aprenderam com os índios técnicas de caça e pesca aumentando os produtos para a comercialização⁹.

⁸ Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch West Indian Company**, no www.guyana.org, visita 24/02/2006 às 16:34.

⁹ Idem, Op. Cit.

Outro tema que merece atenção nessa empreitada, foi a constatação da participação da comunidade judia junto ao holandês que viajara para o Novo Mundo e tornaram-se ricos comerciantes e prósperos fazendeiros. Com o processo inquisidor da Igreja Católica nos reinos Ibéricos, vários grupos de judeus que possuíam negócios e propriedades na costa brasileira fugiram para as ilhas do mar Caribe ou para a costa da Guiana, onde a boa hospitalidade das outras nações européias, entre elas a Holanda, foi celebrada com esse novo imigrante que era o homem do capital¹⁰.

A presença dos judeus na formação histórica das ilhas do Caribe e das Américas precisa ser mais bem estudada, mas é sabido que o imigrante judeu contribuiu para o poder holandês nessa região e tiveram muitos êxitos nos seus diferentes modos de fazer negócios. Esses judeus estavam na vanguarda dos colonos do século XVII, que deram importantes contribuições na construção sócio-econômica e cultural nessa região do Novo Mundo.

Nesse cenário de florestas, montanhas e savanas com muita água, a palmeira de buriti e cajueiros selvagens eram abundantes. Esses frutos, peixes e animais da selva faziam parte da dieta dos distintos grupos de índios¹¹ que habitavam os diferentes ambientes dessa região amazônica e que mantinham forte contato com outros grupos das ilhas caribenhas. A mandioca foi o principal produto nessa dieta, na produção de variados pratos ou produtos alimentícios.

Assim sendo, a cultura da mandioca, da cerâmica e da cestaria auxiliou no desenvolvimento tecnológico dos grupos indígenas que em seus diferentes comportamentos culturais souberam utilizar essas técnicas na organização dos seus processos históricos. A utilização da pedra, da cerâmica, da tecelagem, da agricultura, da pesca, da coleta e caça, entre outros afazeres deram aos grupos indígenas dessa complexa região a divisão sexual do trabalho e dos ritos que foram dando marcas nos seus territórios. Existem na savana de Roraima enormes blocos de pedras que trazem gravadas o registro pré-histórico desses ameríndios, por meio de desenhos ou pinturas e que necessitam de

¹⁰ Idem.

¹¹ Grupos indígenas Caribe, Arawak, Akawois ou Waikas na costa e ilhas. Havia notícias também de grupos denominados como Makuxi, Wapixana, Manoa ou Manao, Pakaraima, Patamona, Paraviana, Omágua, Tecuna entre outros grupos lingüísticos de difícil identificação na época (ACUÑA, 1994; BOXER, 1961; DREYFUS, 1993; FARAGE, 1991; OLIVEIRA, 2003; REIS, 1989; SAN MARTIN, 2002).

estudos para compreendermos esse referido processo da nossa história amazônica com possível diálogo com os grupos culturais da região caribenha.

Alguns estudos antropológicos, lingüísticos, arqueológicos e etno-históricos revelaram que esses índios conheciam e percorriam essa região de planície entre as bacias dos rios Orinoco, Essequibo, Amazonas e as ilhas do mar Caribe. Antes do encontro com os europeus os índios tinham o poder político sobre as rotas comerciais. Supõe-se que essas redes de relações eram estendidas desde as ilhas em direção à costa no Atlântico Norte (Guiana/Essequibo) estendendo-se para o interior amazônico, entre múltiplos negócios, alianças ou contatos com os índios dos Andes, do Pará, do Maranhão e do Mato Grosso. Podemos dizer que, os contatos e os diálogos nessa rede de múltiplas relações de vivência sócio-política entre os grupos indígenas, originaram-se impérios pelos quais os índios foram organizando suas culturas e sociedades.

O impacto da colonização européia sobre essas alianças e movimentações dos distintos grupos de índios foi grande e não temos notícias de estudos mais atentos ao encontro do homem europeu do século XVII e esses ameríndios, dentro de diversificadas realidades caribenhas, amazônicas, andinas. Contudo, podemos arriscar em dizer que o mundo holandês centrado na colônia do Essequibo aos poucos foi tomando posse das aldeias ou de seus povos, rompendo os liames comerciais e culturais intertribais e até mesmo com os impérios europeus vizinhos¹².

Para esses diferentes grupos indígenas da Amazônia que ora eram aliados dos espanhóis, ou dos ingleses, ou dos franceses, ou dos portugueses, parece que recebiam dos holandeses um tratamento menos violento. No entanto, essa ação diferente na dominação do ameríndio utilizada pela colônia do Essequibo e pelos outros países europeus na América do Sul é um tema que merece um estudo mais aprofundado. Apesar disso, observamos que a colônia do Essequibo com o Forte Kijkoveral eram o lugar de ajuda militar e proteção para os tratados de paz entre os indígenas em disputas, tanto entre si ou os que fugiam do poder de força das outras potências européias¹³.

¹² Cf. Amazônia e Karíb: Visões e Leituras Etno-históricas. Texto que resultou do encontro entre os professores doutores Odileiz Cruz e Reginaldo Oliveira da UFRR com Lodewijk Hulsmann/ Universidade de Amsterdam, durante a V Semana de Letras/ UFRR, em maio de 2006.

¹³ Idem

Os ataques de piratas ingleses, franceses e espanhóis tanto na região do Pomeroon coast como na colônia do Essequibo, buscando alianças com os indígenas para enfraquecer o poder holandês se fizeram presentes no século XVII e começo do XVIII. No entanto, o holandês resistiu e sempre contava com alianças indígenas na matança dos invasores.

Dentro desse contexto de disputas de poder político no Atlântico Norte e busca da rota para a cidade de Manoa, os representantes das outras potências européias olhavam a colônia do Essequibo, que dominava as trilhas para o interior amazônico, como um entrave para as pretensões de ocupação do grande vale da bacia do rio Branco que era totalmente desconhecida pelo europeu da primeira metade do século XVII. Isso parece ser comprovado quando analisamos mapas confeccionados nesse período. O mapa publicado na Holanda em 1662 de Guilherme Blaeus sobre o Litoral Amazônico, conhecido como “Atlas Major” mostra um imenso lago denominado “Parime Lacus” e uma cadeia de montanhas que se abre em “V” na direção Norte Sul ocupando parte do território de Roraima, Amazonas e Venezuela, hoje. Um outro mapa dessa mesma região elaborado por Samuel Bucley em 1698, com base nas informações de Acuña (1641) que foi o cronista da expedição de Pedro Teixeira, também mostra um curioso lago com rios que deságuam no rio Orinoco. O rio Orinoco se mostra com ligação direta com o rio Negro e Amazonas. Não há referência ao rio Branco que na nossa historiografia é dito ter sido descoberto por Pedro Teixeira.

Por sua vez, inconformados com o sucesso dos holandeses, os espanhóis enviavam relatórios ao rei da Espanha descrevendo as atividades e abusos dos holandeses nessa região da costa da Guiana, do Essequibo e ilhas do mar Caribe. Denunciaram que os holandeses do Essequibo atacaram em 1637¹⁴ as ilhas de Trinidad e Santo Thomé e que em 1638 estavam ocupando novas terras, fundando novas colônias e ampliando as alianças com os índios do Orinoco, especialmente os grupos Caribes. Para aplacar os embates de seus representantes nessas regiões em constantes conflitos, a Companhia das Índias Ocidentais e o Rei da Espanha estavam sempre renovando acordos de entendimentos e de paz.

¹⁴ **Reclamação de 1637** à Corte da Espanha, entre as denúncias estavam também os casamentos entre as mulheres índias e os holandeses que recebiam privilégios com essas uniões (DREYFUS, 1993).

Nesse período de guerras entre as nações européias, cada distrito da colônia holandesa do Essequibo era organizado com instruções militares de defesa. Para tal ação, foram designados pelo Tribunal de Políticas do Essequibo comissários para visitarem as plantações e organizarem os colonos contra os ataques dos corsários europeus que também tinham aliados indígenas. Dentro desse contexto de relações comerciais a política de cooperação militar foi outro caminho utilizado para o êxito da colônia no Essequibo.

De certa maneira, nesse ambiente de lutas, o holandês também estaria interessado na lenda do El Dorado e começou a empreender expedições para o Sul da região do Essequibo. Em meados do século XVIII, o holandês chegou e tomou posse dos rios Tacutu e Branco, mas não encontrou o tal lago Parima e a cidade dourada. Nessas viagens deu notícias de aldeamentos espanhóis próximos dessas áreas, onde travaram batalhas e expulsaram os representantes da Espanha.

Por volta de 1739/1740, com a morte do comandante Gelskerke que era o governador da colônia do Essequibo, o comandante Laurens Storm van Gravesande foi nomeado para administrar a referida colônia. Esse novo governador trouxe para o Essequibo novas políticas agrícolas e educacionais, reorganizou regulamentos para melhorar a vida dos colonos. Gravesande nomeou membros colonos para o Conselho de Política e Conselho de Justiça, instalados na Colônia do Essequibo, democratizando o poder. Com apoio da Companhia das Índias Ocidentais investiu numa indústria mineradora na colônia. Pesquisas geológicas foram realizadas nos distritos de Mazaruni e de Cuyuni¹⁵.

O Governador Gravesande, por meio dessas novas medidas políticas, fortaleceu o poder sobre toda a bacia do Essequibo, ampliou as alianças com os índios que viajavam em direção aos rios Branco, Negro, Amazonas e também ao Orinoco. Esses índios operavam na rede de comércio dos holandeses, realizando perigosas caminhadas ou navegando em pequenas canoas, reafirmando alianças e estabelecendo contatos com outros grupos de índios, que eram seduzidos para atuarem na malha comercial de diversificado produto europeu e tropical.

¹⁵ Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch settle in Guyana**, no www.guyana.org, visita em 20/02/2006 às 11:10.

Foi nesse período que Gravesande enviou o agrimensor Nicolau Horstman numa expedição para localizar a fonte do rio Essequibo e marcar a região com uma bandeira da Holanda. Após essa missão, correu rumores na colônia holandesa que Horstman¹⁶ havia abandonado a região do Essequibo e que ele tinha ido trabalhar para os portugueses no Grão-Pará.

Com a expansão agrícola, a população de escravos africanos cresceu na costa da Guiana e no Essequibo. Semelhante aos outros colonizadores europeus, o colono holandês dava tratamento severo e castigos brutais aos africanos. Quando tinham oportunidades os escravos africanos fugiam para o interior da floresta em direção ao Orinoco ou ao Grão-Pará. Ao serem capturados com ajuda dos índios, os escravos africanos sofriam castigos até a morte como exemplo para outros escravos (africanos ou indígenas) não planejarem fugas¹⁷.

A partir de 1762, essa região dos holandeses viveu múltiplas rebeliões de escravos africanos, os quais receberam auxílios dos índios. A insegurança brotou em vários pontos e os colonos holandeses tiveram dificuldades para conter os rebeldes. Os africanos se uniam aos outros escravos e fugiam todos para a floresta.

No âmbito dessa problemática, com as constantes rebeliões dos escravos, das guerras entre as nações européias que sempre ocupavam por tempos efêmeros a costa da Guiana, do avanço pelo interior das comissões de demarcações de terras dos espanhóis e dos portugueses (Tratado de Madri, 1750), a colônia holandesa na Amazônia entrou em declínio. Aproveitando-se desse clima de

¹⁶ As notícias sobre o desertor holandês Nicolau Horstman são confusas e merecem mais estudos. Alguns textos etnohistóricos dão notícias que o desertor holandês foi preso próximo ao rio Negro e levado para o Grão-Pará, onde em 1739 o seu depoimento transformou-se no primeiro documento escrito revelando detalhes sobre a rota fluvial ligando os rios Essequibo, Branco, Negro e Amazonas. Além das informações cartográficas deu esclarecimentos sobre a ação mineralógica no Alto Essequibo pelos holandeses. Essas informações foram publicadas pelo francês Charles Marie de La Condamine que esteve na região amazônica em 1743. Essa publicação francesa tornou-se instrumento básico para a cartografia dos viajantes do século XVIII (REIS, 1989; FARAGE, 1991; DREYFUS, 1993; OLIVEIRA, 2003).

¹⁷ Cf. Federal Research Division of the Library of Congress. **The Dutch settle in Guyana**, no www.guyana.org, visita em 20/02/2006 às 11:27.

conflito vivido pelo holandês na região, os ingleses e franceses começam a tomar posse de terras na costa da Guiana.

Na segunda metade do século XVIII, Lobo D'Almada em nome dos interesses do reino de Portugal fez acusações contra holandeses e espanhóis (crônicas, cartas), denunciando que esses estrangeiros não tinham interesse em evangelizar e nem "civilizar" o índio da região amazônica. Esses europeus estavam mais voltados para o comércio e o tráfico de escravos índios para a colônia holandesa do Essequibo (REIS, 1989; FARAGE, 1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olharmos esse lugar do Essequibo, que foi o berço do poder holandês, um lugar de poder como um jogo político que comandou o mundo real da costa amazônica colonial, por meio do imaginário que tramitou em distintos modelos de relações indígenas e holandesas, identificamos o ato de criação espontânea dos colonos no controle dos grupos indígenas.

Pensando nesse jogo de interesses que tramita por modelos que comandam as relações sociais, Georges Balandier (1982), nos fornece dados para pensarmos esses argumentos na costa da Amazônia sob o comando holandês. Podemos imaginar que cada representante dos povos indígenas, mesmo de grupos étnicos distintos, marcou de um modo novo o seu território, o seu espaço político de poder estabelecido pela hierarquia do campo de poder da colônia holandesa do Essequibo.

Antes do contato europeu, esses ameríndios mantiveram redes políticas e de trocas comerciais no sistema tradicional de organização coletiva, bem articulados com a circulação de bens ou produtos e dos índios escravizados durante as guerras tribais. Podemos supor que, ao fazer uso dessa rede de poder indígena, de alianças e tratados de paz por meio de matrimônios, da circulação de mercadorias e tráfico indígena, o holandês do final do século XVI encontrou na costa da Guiana uma forte rede comercial indígena e foi criativo na utilização desses mecanismos em proveito próprio, ao colocar em circulação os manufaturados europeus na consolidada malha comercial Caribe e Amazônia.

Governando dos bastidores do Essequibo, o imaginário poder holandês se fez presente nessas múltiplas estratégias e talentos para a condução das práticas coletivas indígenas dentro das práticas individuais dos representantes, que incorporavam todos (índios e holandeses) num universo de ações do jogo da sociedade europeia do mundo moderno do século XVII.

Diferentes das notícias do poder político e econômico das colônias rivais (Portugal e Espanha), que estabeleceram a marca dos seus territórios usando a força e a violência para controlar os índios nos aldeamentos, tendo esse poder constantemente ameaçado pela fuga dos índios, parece que os holandeses souberam criar situações e circunstâncias para marcarem presença nos seus territórios reunindo alianças e não aldeamentos, tomando posse de territórios por meio da representação de vastas nações de índios.

Entretanto, esse mito sobre o herói holandês na Amazônia colonial, de autoridade democrática firmadas nas alianças com os representantes indígenas, dentro de uma ordem onde tudo parecia em harmonia, precisa de mais análises pelos nossos estudiosos da Amazônia.

Nessas ritualizações de negócios, por exemplo, não temos clareza da língua oficial usada tornando os representantes índios cúmplices dos colonos no Essequibo. A transposição da prática política e econômica do mundo moderno europeu, que é de outro modelo cultural, parece ter se adaptado na íntima relação de parentesco e trocas vividas pelos índios no espaço sócio-cultural amazônico.

Em 1814, esse território holandês na Amazônia foi formalmente entregue para o reino Britânico durante a Convenção de Londres. Alguns anos depois, em 1831, as colônias do Essequibo, Berbice, Demerara foram unificadas como Guiana Britânica, permanecendo assim até 1966 quando ganharam a independência do controle Britânico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACUÑA, Cristóbal de (1641). **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1654**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.
- DREYFUS, Simone. "Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796". In: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/FAPESP, 1993.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões – os povos indígenas do rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

HULSMAN, Lodewijk. **Brazilian Indians in the Dutch Republic: The remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1665.** Amsterdam, 2005.

IBGE. **Atlas de Roraima.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Rio de Janeiro, 1981.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima.** São Paulo, 2003. Tese de doutorado/USP.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas.** Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SAN MARTIN. Walter Raleigh. **O Caminho do Eldorado** (The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Emphyre of Guiana, 1595); adaptação e notas. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2002.

Site consultado: www.guyana.org

LANÇAMENTOS DA EdUFRR

Primeiro semestre de 2007:

Normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR – baseadas nas normas da ABNT

Angela Maria Moreira Silva

**Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade
sócio-ambiental**

Sandra Maria Franco Buenafuente (organizadora)



“COMO NOS VELHOS TEMPOS”: O RIO DE JANEIRO E A MEMÓRIA DA CIDADE

Luciana Nascimento*

Dedico este trabalho a Aline Cristina, Menina do Rio que se tornou Menina das Minas.

RESUMO

Este trabalho pretende tecer algumas considerações sobre a imagem da cidade do Rio de Janeiro, na letra da música “Como nos velhos tempos”, de Chico Anísio e Nonato Buzar, buscando enfocar a urbe como texto e registro da memória de um tempo.

Palavras-chave: Poesia – cidade – modernidade.

* Mestre em Estudos Literários pela UFMG; Doutora em Teoria e História Literárias pela UNICAMP. Professora Adjunta do Departamento de Letras da UFAC.

A cidade pode ser entendida como pólo imantado que atrai, reúne e concentra os homens. Ela é o templo onde o homem celebra e promove dia após dia a sua habilidade de interagir e reinventar o meio ambiente. Fruto da imaginação e do trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Nesse sentido, falar sobre a cidade, essa vasta rede de múltiplas significações, pode ser uma atividade prazerosa, é uma oportunidade de ler, reler e repensar esse espaço criado em que se vive, onde as pessoas se agregam e desagregam e cada indivíduo é um e, simultaneamente, fragmento de um conjunto, parte de um coletivo.

Ao ler a cidade do Rio de Janeiro através da ótica da letra da música “Como nos velhos tempos”, de Chico Anísio e Nonato Buzar, nos é facultado desenhá-la, pois cada conjunto de versos apresenta fragmentos da cidade, que ao serem suturados em seu conjunto constroem um sentido, a partir de estilhaços, disseminados no discurso da canção. “Como nos Velhos Tempos” se inicia, no então, tempo presente -1979-, cujo movimento de memória se faz pelo “ontem no amanhã”, tecendo uma recordação dos anos 20, 30, 40 e 50:

Quero o bate-papo na esquina,
Eu quero o Rio Antigo
com crianças na calçada
Brincando sem perigo,
sem metrô e sem frescão,
O ontem no amanhã.
Eu que pego Bonde 12 de Ipanema,
Pra ver o Oscarito e o grande Otelo no cinema,
Domingo no Rian.
Me deixa eu quere mais, mais paz
Quero um pregão de garrafeiros,
Zizinho no gramado,
Eu quero um samba sincopado,
Taioba, bagageiro,
E o desafinado que o Jobim sacou.

Nesse primeiro conjunto de versos, Nonato Buzar e Chico Anísio partem da exposição dos velhos costumes, da conversa na esquina e das brincadeiras nas calçadas, que são interpeladas pela

presença de meios de transporte modernos, como o metrô ou o frescão-ônibus de tarifa diferenciada, aparelhado com ar-condicionado, em oposição ao “taioba”, vagão de bagagens, configurando, portanto, a perda de elos comuns que antes uniam os indivíduos a uma tradição social.

Lucrecia D’Alessio Ferrara ao fazer referência aos estilhaços da memória urbana, nos afirma que a cidade atual apresenta um processo generalizado, que tem como índice aniquilação do monumento e a apoteose do documento, anunciando, segundo a autora, uma renúncia à cidade como alegoria da história. (FERRARA, 1996.p.20)

Sob o ponto de vista nostálgico, os espaços perdidos são lugares que evocam tempos distintos, vividos pessoal e coletivamente. São memórias que, a partir de fatos, procuram unir presente e passado da cidade.

Referindo-se tanto a objetos como a lugares, Halbwachs acredita que o apego a eles e o desejo de que não mudem não pode ser explicado em termos de comodidade ou de estética, se explica pelo fato de que “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros.”(HALBWACHS, 1990. p.20)

Tal qual Kublai Khan, o narrador de “As Cidades Invisíveis”, de Ítalo Calvino, que constrói imagens urbanas através da memória, Buzar e Chico Anísio reconstróem um Rio de Janeiro, no qual predominava uma euforia nacionalista com os campeonatos de futebol e com a famosa canção de louvor à terra, de Ari Barroso.

Relembrando o narrador de Calvino, o qual constrói imagens das cidades com a memória, lancemos um olhar sobre o que o viajante nos diz sobre a cidade de Zenóbia e suas mudanças urbanísticas: “não se sabe qual necessidade ou mandamento ou desejo induziu os fundadores de Zenóbia a dar essa forma à cidade, portanto, não se sabe se este foi satisfeito pela cidade tal como é atualmente, desenvolvida, talvez, por meio de superposições do indecifrável projeto inicial.”(CALVINO, 1995.p.36). A citação de Calvino nos aponta para a perda de uma idéia original, indecifrável, a qual a memória cultural tenta recupera, como é o caso da canção de Buzar e Chico Anísio, que evoca uma “cidade sem aterro, como Deus criou”. (ANÍSIO E BUZAR, 2004, faixa 8)

Há sobre uma cidade, outras urbes que têm o mesmo nome e que representam as muitas transformações pelas quais a mesma passa. Afinal, a cidade “nunca deixa mostrar suas rugas”.

A cidade, então se oferece à múltiplas leituras. Conforme sugere Kevin Lynch, em seu livro, *A imagem da cidade*, podemos

reencontrar a imagem da cidade nos leitores da mesma. Estes, por sua vez, escolhem pontos de referência para articular seu discurso.(LYNCH, 1982,p.20)

No discurso da canção, vai-se perdendo a legibilidade da cidade e da vida social de uma época, onde um sujeito estilizado lê ruínas, não reconhece a sua cidade e é justamente, através de uma escrita de fragmentos da memória, que o mesmo procura ler a cidade. No Rio de Janeiro das vozes evocadoras do passado, inscreve-se a memória. Dessa forma, cidade e memória encontram-se unidas pela redundância, como diz Calvino pela voz de Marco Polo: “a cidade é redundante:ela se repete de maneira que qualquer coisa se grava no espírito. A memória é redundante: ela repete seus signos para que a cidade comece a existir”.

A memória dos lugares que vão desaparecendo, fisicamente, devido ao desgaste do tempo e à intervenção da engenharia, tem seu espaço como objeto de saudade e de nostalgia, na letra da música de Chico Anísio e Nonato Buzar. Na canção “Como nos velhos tempos”, o Hotel Leblon é citado e o mesmo data dos anos 30, sendo a sua crônica repleta de trejeitos ocultos e curiosas histórias, bem com figura também, o corredor cultural da Lapa, o Capela Lanches e outros lugares da cidade, que remetem à uma memória emotiva das reminiscências. Walter Benjamin afirma que a imagem da cidade como reminiscência, não é representada pela “Rua de Mão Única”(BENJAMIN, 1987.p.30), mas por uma contramão, porque busca rememorar não a lembrança do que foi perdido, mas acender a curiosidade do porquê foram perdidos tais espaços, procedimento que recupera a memória urbana, tal qual podemos encontrar em “ Como nos velhos tempos”, de Chico Anísio e Nonato Buzar:

Eu que pego no meu rádio uma novela,
Depois vou à Lapa, faço um lanche no Capela,
Mais tarde eu ela, para os lados do Hotel Leblon.

Na canção, as reminiscências de um tempo passado cruzam os aspectos individual e coletivo num turbilhão alegórico, que mesclam a imagem da cidade como referente à uma imagem construída pelos autores, o que denota a busca de um espaço perdido, que é recuperado pela rememoração a nomes que marcaram e criaram, de certa forma, uma identidade da época, como Sérgio Porto, Walter Pinto, Ary Barroso e Dalva de Oliveira:

Quero o programa calouros
com Ary Barroso
O Lamartine me ensinando
Um lá, lá, lá, lá, lá, gostoso
Quero o Café Nice
De onde o samba vem.
Quero a Cinelândia estreando "E o vento levou"
Um velho samba do Ataulfo
Que ninguém jamais gravou
PRK30 que valia 100
Como nos velhos tempos.
(...)
Quero um som de fossa da Dolores
Uma valsa do Orestes, zum-zum dos Cafajestes
Um bife lá no Lamas,
Cidade sem aterro como Deus criou.
Quero o chá dançante lá no clube
Com Waldir Calmon
Trio de Ouro com a Dalva
Estrela Dalva do Brasil
Quero o Sergio Porto
E o seu bom humor.
Eu quero ver o Show do Walter Pinto
com mulheres mil
O Rio aceso em lâmpioes
E violões quem não viu
Não pode entender o que é paz e amor.

Ao reverenciar a memória de grandes personalidades já falecidas, Buzar e Anísio, chegam à derradeira constatação da inexorabilidade do tempo, numa trágica tomada de consciência, na qual se reafirma uma tradição. No que pesem as dificuldades, o elemento afetivo se faz presente, inclusive como vozes que ecoam de um passado e que instiga no sujeito poético o desejo de saber o porquê foram perdidos os lugares e os fatos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única*. Obras escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUZAR, Nonato e ANYSIO, Chico. Rio Antigo. Como nos velhos tempos. Rio 2004.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades Invisíveis*. 8 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

SOBRE OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ANTROPOLOGIA

Wanderley Gurgel de Almeida¹

RESUMO

Apresenta os elementos utilizados para a fundamentação teórica da Antropologia, segundo releitura dos clássicos desta Ciência. Vem da preocupação de se obter um delineamento de categorias e definições como as de Etnografia, Etnologia e Antropologia; tempo e espaço; sociedade e cultura. Considerando os textos examinados e compreendidos no presente trabalho, conclui-se que as discussões acerca de teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo não possuem fronteiras e vêm marcando a construção da Antropologia desde ontem até a contemporaneidade, consistindo-se uma via de afirmação teórico-metodológica.

Palavras-chave: Teoria e Prática – Objeto/Sujeito – Trabalho de Campo.

¹ Licenciado em Ciências Sociais e especialista em Metodologia do Ensino Superior e da Pesquisa Científica pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte; mestrando em Antropologia Social (2006) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Formador de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Estadual de Roraima.

RESENHA

É indiscutível o valor de uma entre as Ciências Sociais, a Antropologia, para compreender, explicar e sugerir possíveis intervenções institucionais. Uma formação que atenda a este fim se inicia, portanto, com o *conhecimento acerca dos elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*, porque se correria o risco de analisar a algo que não se sabe bem do que é, ou seja, daquilo de que se está estudando. Assim, este texto não pretende trazer nenhum posicionamento ou discussão inédita, mas apenas exercitar uma elaboração teórico-metodológica, como um material a mais para ser criticado por aqueles que fazem e/ou interessam-se pela Antropologia Social.

Toma-se a princípio, o texto de Lévy-Strauss (1975). Na primeira parte – Introdução: história e etnologia (p.13- 41) –, mediante a tessitura em que ele dispõe e conjuga suas idéias, trata da história da Antropologia em seus espaços e tempo bem como dos grupos por ela estudados quando de seu advento, avaliando, analisando e conceituando categorias. Traz, também, sua opinião sobre a finalidade da Etnologia e estabelece ponderações metodológicas.

A seguir, soma-se o trabalho de Cardoso de Oliveira (1988). Na sua abordagem das categorias do pensamento antropológico, ele desenvolve o texto mediante relação às contribuições de filósofos, sociólogos e antropólogos.

Correlata à elaboração de Cardoso de Oliveira, considera-se a boa argumentação feita por Jean Copans (1989), quando procura dar uma interpretação às fases de organização da Antropologia ao que categorizou “tempo e tradição”, mediante ponderação quanto: tarefas, desafios e matrizes desta ciência.

Uma vez alcançada uma trilha na história da Antropologia, viés que todos os textos permitem, e munindo-se dos pilares teoria e prática, carece-se de uma reflexão sobre **um sentido de sociedade**, sem a qual a identificação dos *elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*, cair-se-ia no discurso vaziam. Mesmo reconhecendo que os três primeiros Autores fazem considerações filosóficas, isto vem bem mais à tona por Viveiros de Castro (2002) quando: persegue a necessidade de um sentido ou condição (p. 297-300); busca concepções que contemplem a variedade de sociedades humanas (p. 300-302); quer delimitar fronteiras e antinomia *desta* com a cultura (p. 302-306); resgata a classificação de *seus* tipos (p.306-312) e as deficiências paradigmáticas que as têm acompanhado (p.312-316).

Se convier uma problematização que possa mobilizar esta discussão, seria: há elementos comuns entre as teorias antropológicas? Sendo a resposta afirmativa, que elementos são estes e em que “medida” se (des) completam? Como isto se amolda em face do contexto que propiciou o nascimento da Antropologia?

Escrito por volta do ano de 1949, tempo em que a reconstrução da França¹ iniciara, **Lévi-Strauss** (1908-) produz o texto ora examinado. Publicando-o pela primeira vez em 1958 [Francês] e 1975 [Português], seu esforço concentra-se na elaboração de uma Antropologia sólida, uma Antropologia eminentemente voltada para as *estruturas dos fenômenos sociais*. Trata-se de um texto bem escrito em que logo distingue Etnologia de História – o objeto eixo. Para a primeira, arcaria a finalidade de buscar nesses fenômenos, as *razões inconscientes*, espaço sobre os quais essas estruturas se firmariam, enquanto que a segunda, se responsabilizaria por encontrar os *fatos conscientes* por sua coleta e organização de documentos (p.14-5).

Correlacionando a problematização posta com o texto de Lévi-Strauss, há de se concluir que ele assume uma elaboração consistente. Empenha-se, pois, em ratificar a necessidade de categorização [razões inconscientes/conscientes - normas]; de sujeito-objeto [forma/conteúdo] e um outro elemento de prática metodológica concreta e individualizada [definição de campo].

Pelas faces em que defendia a manifestação do objeto de estudo da Etnologia, percebe-se a inter-relação destes ao seu princípio filosófico [já que era filósofo] forjado a partir da lingüística saussureana e de Roman Jakobson; da Psicologia da Gestalt, de Max Wertheimer; da reflexão do *Ser*, de Jean-Paul Sartre, mobilizando-os de tal modo a conjecturar que uma sociedade se mantém por quanto suas instituições se articulam, condição prévia inspirada nos trabalhos de Franz Boas (1858-1942) por ocasião de seus estudos com a Antropologia americana e de seus próprios trabalhos de campo, numa modelagem construída segundo uma realidade empírica. Entre tantos conceitos por ele criados, elabora o de *estrutura* como um sistema de relações recíprocas entre parentesco, economia e linguagem.

Lévi-Strauss, assim, conjuga-se a seu tempo e espaço, não apenas sob uma condição epistemológica para a Etnologia. Mais do

¹ Dada a grande destruição por ocasião da II Guerra Mundial.

que isto dialoga com e sobre os problemas de seu tempo, por exemplo, como reorganizar as idéias que delineariam a reorganização da sociedade ocidental.

Submetendo as mesmas interrogantes ao texto de Cardoso de Oliveira (1988), encontrar-se-á uma mesma preocupação filosófica, sociológica e antropológica para o estabelecimento destes *elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia*.

Primeiro, por que ao escrevê-lo para uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia [Brasília, abril de 1984] – período antecedente a redemocratização do Brasil e faz, logo na abertura, referência a um evento similar [Normandia – Fr, agosto de 1955], citando o filósofo alemão Martin Heidegger que questionava uma nova tendência sua: o *Ser da Filosofia*, “... *pautada no esmiuçamento da tradição e da linguagem, submetidas ambas a um infalível exercício hermenêutico*” (p. 13). Isto fazia, provavelmente, com a intenção de se refletir sobre que Antropologia seria importante para o Brasil, tanto no sentido epistemológico quanto político.

Considerando ser uma “empresa” [grifo nosso] de caráter interpretativo, mas com um bom nível de compreensão de si “estranhando-se a si mesmo” [grifo do Autor] (op. Cit), Cardoso de Oliveira, assim como Lévy-Strauss, pensará sobre uma finalidade para a Antropologia:

(...) não seria a boa etnografia função dessa mesma capacidade de espantar-se, menos talvez com o outro, mas certamente mais consigo mesmo, com esse ‘estranho’ modo de conhecer que para nós se configura ser a Antropologia? Conhecer o outro e conhecer-se não são, afinal de contas, para essa modalidade de antropologia (sic), as faces de uma mesma moeda? (p. 14).

Examinado a esta e a outras seções do texto em foco, identifica-se o empenho de Cardoso de Oliveira pelas mesmas categorias: teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo. Para elaborar seu posicionamento, refere-se ao representante da tradição intelectualista ou racionalista – Durkheim, a Rivers – tradição empirista anglo-saxão, e a Boas – do culturalismo americano. Não se referindo a Lévy-Strauss, este antropólogo reconhece a necessidade não só de se pensar nos fundamentos desta ciência, mas em se atribuir a isto um compromisso que rompesse com o modelo profissionalístico, livresco, enfim, a ciência

pela ciência. E interroga sobre: “(...) *os modos de viver, de pensar e de conhecer de outros povos ou de diferentes setores da sociedade a que pertencemos?*” Afinal, qual seria, então a “*matriz disciplinar*” (p. 15). Para ele, uma definição seria “*a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de co-existirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes*” (op.cit.).

Interpretando as fases da história da Antropologia, Cardoso de Oliveira esboça, encontra-se uma caracterização cartesiana. Assim informa:

Na linha horizontal abrigaria as tradições intelectualista e empirista [...], a linha vertical conteria as perspectivas polarizadas no interior da “categoria” tempo (ou crono, se preferirem), sendo uma sincrônica [...] e outra diacrônica [...]. Os espaços assim obtidos ficam divididos em quatro domínios, estruturalmente determinados [...] a tradição intelectualista cruzada com a perspectiva sincrônica; criando um lugar a ser ocupado pelo “paradigma racionalista” [...] a “Escola Francesa de Sociologia”; [...] no segundo, a tradição empirista cruzada com a mesma perspectiva sincrônica, redundando no domínio do “paradigma estrutural-funcionalista, expresso na “Escola Britânica de Antropologia”; [...] no terceiro, continuando nessa mesma tradição empirista mas cruzando com a perspectiva diacrônica, abrir-se-ia o domínio do “paradigma culturalista, na forma em que é atualizado pela “Escola Histórico-Cultural norte americana”; e, finalmente, [...] retomando a tradição intelectualista e cruzando com a mesma perspectiva diacrônica, ter-se-ia o quarto domínio – o de um “paradigma [...] hermenêutico”, gerador de uma modalidade de antropologia (sic) dita “interpretativa” (p.16-7).

Notadamente, tanto Lévy-Strauss quanto Cardoso de Oliveira, concordam que *os elementos que fundamentam as perspectivas teóricas da Antropologia advêm com* a própria história desta ciência de tal modo que teoria e prática, objeto/sujeito e trabalho de campo tornam-se contíguas quando da organização das “comunidades do pensamento antropológico” (p.17). Este antropólogo após recuperar a toda uma geração de produções do século XIX, refere-se a Clifford Geertz para criticar ao “conceito de homem criado pelo estruturalismo [...] dissociado de qualquer historicidade...” (p.18.), o que também o faz com aqueles do século XX, sendo que a noção de tempo, importante para Lévy-Strauss, é excluída por Radcliffe-

Brown; e, em Rivers, expulsava-se o indivíduo como objeto de investigação da Antropologia.

O mesmo acontece com a noção de tempo. Boas e Kroeber “recuperam a noção de cultura desprezada por River e renegada por Radcliffe-Brown” (p.19). E, com Tylor o *tempo* volta com a reintrodução da história junto com o interesse pelo indivíduo como no pensamento de Ruth Benedict, Margareth Mead, Kluckhoh, Sapir, que se voltam para entender processos de mudança.

Cardoso de Oliveira em seu texto, conclui que:

Os paradigmas sobrevivem, vivendo um modo de simultaneidade, onde todos *valem* à sua maneira (própria de conhecer), à condição de não se desconhecerem uns aos outros, vivenciando uma tensão da qual – a meu ver – nenhum dentre nós pode se furtar de levar em conta na atualização competente de sua disciplina e de seu ensino (p.22-3).

Assim, ante o exposto, Cardoso de Oliveira aproxima-se ao mesmo “alinhamento” em que Malinowski, Evans-Pritchard, Leach, Schneider, Godelier e Louis Dumont: àquela de não ter nenhuma filiação, ao contrário de Lévy-Strauss que se declara estruturalista (p. 23).

Em seu texto, **Jean Copans** (1989) novamente obtém-se os percursos históricos, filosóficos e sociológicos da Antropologia. Considerando-se que no final da década de 80, inicia-se a um período de releitura dos clássicos das Ciências Sociais, o Autor (a.n.?) avalia como uma “curiosidade natural” (p.17), o intuito de se entender melhor os princípios de uma ciência., para o aprimoramento do estudo dos fenômenos humanos e sociais, particularmente, o que não é exclusivo a esta ou aquela ciência, apesar de tratarem de um mesmo objeto: o *outro*.

Se durante a Idade Média o discurso sobre o *outro* servia mais à defesa de colonizadores no ocidente, recai sobre ela a primeira reflexão ideológica a partir do conteúdo de crônicas, memórias, ou seja, da literatura proto-antropológica de Árabes, Persas, Indianos, Chineses, o que melhor é sistematizado nos dois últimos séculos (XVII e XVIII) da Idade Média, “[...] sobre a natureza das sociedades e do Homem em geral” (p.18). É inegável que todos os elementos recuperados desses documentos e as reflexões que deles vieram, permitiram um sutil conhecimento sobre o *seu* passado, como aqueles citados pelo Autor [Fontenelle, Bayle, Montesquieu, entre outros] que procuraram “... explicar as diferenças e as semelhanças,

[as origens e as evoluções das sociedades” (p. 18), literatura em que são mencionadas pela primeira vez, as duas palavras originárias para a Antropologia: *etnologia* em 1787 (Chavannes, *apud* COPANS, *op.cit*), como um ramo da filosofia da história e *etnografia* (Balbi, *apud* COPANS, *op.cit*), referindo-se à classificação de grupos humanos a partir de suas características lingüísticas.

O mesmo Autor também lembra “do projeto teórico dos trabalhos de campo” (op. Cit.), local em que também considera uma mudança na utilização de método e técnicas, tendo havido uma “migração” no final do século XVII, do estudo literário para um outro, por exemplo, uma preocupação mais empírica voltada para a Antropologia Física, sempre na busca de uma reconstituição de uma linha evolutiva humana.

E ao mencionar um “*panorama de um itinerário teórico*” (p. 19), refere-se a ele como uma realidade e uma comodidade ilusória. Faz isto assinalando que, sempre, a literatura científica durante todo esse tempo, vem permanecendo em um posicionamento pendular, ora em que esta escola antropológica é competente, ora uma outra, até mesmo baseando-se em evidências². Algo semelhante foi posto por Cardoso de Oliveira reconsiderado neste trabalho, exceto não fossem as críticas parcialmente favoráveis, que Copans faz tão bem àquelas produções de Morgan, Tylor, Boas, Malinowski, Lévy-Strauss e à geração culturalista americana (p. 19-22).

Com relação ao texto de **Eduardo Viveiro de Castro** (2002), sobre “*o conceito de sociedade em antropologia*”, deve-se considerar que por ser uma produção contemporânea a Spencer, comenta o Autor em uma nota de rodapé, trata-se de um conteúdo, estilo e dimensões limitados e de que se deve mesmo é tê-lo como um “mapa muito geral” (p.297).

Ele inicia afirmando ser o conceito de sociedade, inerente, constitutivo e exclusivo à natureza humana, mais precisamente, o corolário de que todo comportamento humano será menos somático que conseqüente de uma assimilação coletivamente adquirida. Portanto, instituído, melhor denominado por Lévy-Strauss (1967) e Fortes (1983) de sentido moral e prescritivo-regulativo ou cognitivo e descritivo-constitutivo.

² O autor neste momento do texto está se referindo aqueles que se seguravam na idéia de evolução histórica baseada no progresso técnico e econômico do início do século XIX.

Quanto aos conceitos de sociedade que são encontrados no texto, o primeiro contempla:

Uma designação aplicável a um grupo humano com alguma das seguintes propriedades: territorialidade, recrutamento principalmente por reprodução sexual de seus membros; organização institucional relativamente auto-suficiente e capaz de persistir para além do período de vida de um indivíduo; distintividade cultural (Firth, *apud* CASTRO, p.298).

Firth categorizará que se o objeto da Antropologia está na sociedade, considerar-se-á dois componentes: o institucional-relacional [povo] ou o cultural-ideacional do grupo [sistema ou organização social]. Ao aspecto teórico, assinala que este amadurecimento a que se procura trazer com a problematização expressa na página 3 deste trabalho, advêm desde a instauração do método comparativo, o culturalismo e o funcionalismo que, juntos, se opuseram àquelas tipologias especulativas de Boas; ao universalismo de Malinowski; dos estruturalismos de Radcliffe-Brown e Lévy-Strauss e o neo-evolucionismo de White e Steward.

Nos anos 60, a Etnografia deixa o olhar exclusivo do etnógrafo, transitando para outros e diversos olhares, ao que diz a nomenclatura “etnoconcepções” (p.299), todavia limitada a uma concepção maior, a de cultura. Isto termina por concorrer para o domínio de uma entre as duas imagens de sociedade: *societas* [individualista – horizonte pré-moderno] e *universitas* [holística - jusnaturalismo] (Dumont, *apud* CASTRO, p. 300). Assim, reconceitua-se *sociedade* como

Um artifício resultante da adesão consensual dos indivíduos, guiados racionalmente por interesses, a um conjunto de normas convencionais [...] fundada na idéia de um todo orgânico preexistente empírica ou moralmente a seus membros que dele emanam e retiram sua substância: a sociedade é uma unidade corporada orientada por um valor transcendente; ela é um universal concreto onde a natureza humana se realiza (op. Cit.).

Da essência holística, elaborou-se a denominação Antropologia Social – britânica – do racionalismo francês e escocês [XVII] e a Cultural – americana – radicada ao Romantismo alemão [XIX] diretamente da obra de Boas vinculando o *individualismo* da *societas* e o *holismo* da *universitas* (p. 301), condições que

tangeram para o seio da Antropologia os pares binários natureza/cultura e indivíduo/sociedade construindo o seguimento que persegue: continuidade/descontinuidade, sociedade/cultura, o que parece, vêm percorrendo a reflexão desde Spencer, Durkheim e Boas entre seus contemporâneos. Um dilema teórico que ainda enfrenta as mais calorosas discussões até os dias de hoje.

FONTES CONSULTADAS:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e tradição: interpretando a antropologia, *in: Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988, p. 13-25.

COPANS, Jean. Da Etnologia á Antropologia. *In: Antropologia, ciência das sociedades primitivas?*, Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 13-23.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O conceito de sociedade em Antropologia, *In: A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002, p. 297-316.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução: história e etnologia. *In: Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985, p. 13-41.

Normas para publicação

- 1 - A Revista Textos & Debates aceita, para publicação, trabalhos inéditos na forma de artigos, comunicações, resenhas, nas áreas de Sociologia, História, Ciências Políticas, Antropologia e áreas afins.
- 2 - Os trabalhos deverão ser encaminhados em disquete 3 1/2, acompanhados de duas cópias impressas.
- 3 - Os artigos não devem passar de 20 laudas, no editor Word, digitado em espaço simples, letra arial, corpo 12. Figuras, tabelas e outros elementos gráficos devem estar formatados e devidamente integrados ao texto, não sendo permitido anexo.
- 4 - Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol.
- 5 - As referências bibliográficas deverão ser incorporadas no próprio texto - ex: (VARELA, 1993). As notas de rodapé deverão ser reservadas para informações complementares.
- 6 - O título deverá vir em maiúsculas e centralizado. O nome do autor deverá vir logo abaixo do título à direita, seguido logo abaixo dos dados sobre o(s) autor(es).
- 7 - Devem constar no artigo resumo na língua do texto (português ou espanhol), com no máximo 10 linhas, e três palavras-chave.
- 8 - A bibliografia deverá vir no final do trabalho, obedecendo às normas da ABNT.
- 9 - As resenhas deverão ter no máximo 5 laudas, respeitando a mesma formatação dos artigos.
- 10 - É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou a sua tradução para outro idioma sem a autorização do Conselho Editorial.
- 11 - A revisão gramatical de cada um dos artigos é de responsabilidade do próprio autor.
- 12 - Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.
- 13 - Todos os artigos e material enviado, mesmo não sendo publicados, não serão devolvidos.
- 14 - Todos os textos serão submetidos à análise de dois (02) ou mais membros do Conselho Editorial.

15 – Os artigos deverão ser enviados a Revista Textos & Debates:
Centro de Ciências Humanas - CCH-UFRR, Campus do
Paricarana
Av. Ene Garcez, n. 2413, Bloco I, Sala 122, , Bairro do Aeroporto,
Boa Vista-RR.
CEP 69.304-000.
Telefone/fax (95) 6213158

Observações:

- Devem ser incluídos endereço e telefone para possível contato durante a fase de editoração.

Os artigos publicados na revista poderão também ser disponibilizado em publicação virtual da Revista Textos & Debates. Com a publicação do artigo, o autor receberá um (1) exemplar da revista.

Informações:

Centro de Ciências Humanas - (95) 621.3158
Professora Ana Lúcia (Deptº Ciências Sociais) - (095)621.3160
Professor Maria Luiza Fernandes (Deptº de História) - (095)
621.3161